

A Defesa Nacional



10 DE JANEIRO
1945

NÚMERO
368

CEL. RENATO BATISTA NUNES

TEN-CEL. LIMA FIGUEIREDO

CAP. JOSE VALLES

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXII

Brasil - Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 1945

N. 368

SUMÁRIO:

	Págs.
Editorial	5
As transmissões na batalha — Major Antonio Moreira Coimbra	9
Excertos — Trad. do Cel. R. B. Nunes	21
Os exércitos russos empregam as forças moveis — Trad. do Ten.-Cel. Armando Vasconcelos	29
A D. I. Norte-Americana — Major R. D.	33
IV — Destruções, cálculo das cargas de explosivos — Cap. Tasso de Aquino	39
Escolas de instrução e combate	47
Do vocabulário ortográfico e outras coisas mais — Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento	49
“Guerra total em termos russos” — Major Adalardo Fialho	53
O homem de Estado e o Comandante-chefe — Trad. do Cel. R. B. Nunes	59
Nova concepção do recrutamento para reserva das for- ças armadas — Ten.-Cel. Olympio Mourão	67
A abdicação de San Martin — Trad. do Cap. Floriano Möller	73
Livros novos	77
Revistas em revista	83
Boletim	89
Noticiário & Legislação	93

EDITORIAL

Se 1943 caracterizou-se por ter sido o ano em que as forças das Nações Unidas arrebataram definitivamente a iniciativa aos nazistas, 1944 realizou plenamente a etapa subsequente, na ordem lógica, pois nele tiveram curso as operações destinadas à destruição sistemática do poderio militar inimigo. Um sumário retrospecto do ano de guerra que se escoou o demonstrará.

Positivamente, o fato culminante de 1944, no terreno das operações militares, foi a chamada "invasão", tão reclamada pela opinião dos povos aliados, prometida pelo comando anglo-americano e desdenhada pela propaganda nazista. Essa gigantesca operação trifíbia, sem paralelo nos anais militares, correspondeu ao inicio da fase decisiva da guerra. E, com efeito, o seu desenvolvimento posterior, após a rutura das linhas germânicas na Normandia, acarretou a libertação dos territórios da França e da Bélgica, bem como a eliminação de respeitáveis parcelas da Wehrmacht. E tendo ocorrido em 6 de junho os primeiros desembarques na costa normanda, já a 11 de setembro se dava o primeiro cruzamento da fronteira alemã por tropas aliadas, e a 21 de outubro caía conquistada a cidade de Aachen.

Na frente italiana, simultaneamente, houve acontecimentos decisivos: a perfuração da barreira

de Cassino, a que se seguiu a libertação de Roma, o desmoronamento da "Linha Adolf Hitler", e a penetração na "Linha Gótica".

A frente oriental, que vinha sendo desde antes o sorvedouro da Wehrmacht e o palco das mais ruidosas desilusões nazistas, em 1944 experimentou sucessos de profundos efeitos para o desfecho da guerra. E' assim que o Exército Vermelho tendo concluído, numa arrancada, a libertação de todo o seu território nacional, prosseguiu, no mesmo ritmo irresistível, além fronteiras, e eis a restauração das repúblicas do Báltico, bem como a debandada, e mais que debandada, a inversão de posição dos sítelites Rumânia, Bulgária e Finlândia. Só restou a Hungria, onde a ocupação alemã, ainda muito forte, frustrou a capitulação, mas ao terminar o ano já os russos batiam às portas da sua capital, a estas horas convertida em ruínas, para servir os interesses militares da Alemanha. Inclua-se ainda no crédito guerreiro dos russos, em 1944, a invasão da Prússia oriental, a penetração na Tchecoslováquia, e a libertação de quase metade do território polonês, além da junção com as forças do Marechal Tito.

Foi ainda de 1944, na Europa, o coroamento da luta dos patriotas iugoslavos, expulsando o invasor da sua pátria nunca subjugada, e a restauração da Grécia, onde os britânicos, desembarcando em 5 de outubro, já no dia 14 entravam em Atenas.

Abramos espaço aqui para assinalar um fato particularmente grato entre aqueles que marcaram a atividade aliada no ano que findou. Quere-

mos referir-nos à participação das nossas forças de terra e ar na batalha da Itália. Pela primeira vez uma nação sul-americana enviou seus soldados a combateram além-atlântico. A presença, pois, da Força Expedicionária Brasileira numa frente europeia, e mais a sua destacada atuação contra os veteranos da Wehrmacht, ocupam uma das páginas mais significativas do calendário guerreiro de 1944.

Contra o Japão foi substancial o progresso dos anglo-americanos. Podemos caraterizá-lo pelos seguintes fatos: recalcamento dos nipônicos na Birmânia, com a circunstância de ocorrerem essas operações após uma custosa tentativa de invasão da Índia; conquista das ilhas Salomão, Gilbert, Marshall, Carolinas, Marianas e dois terços da Nova Guiné; volta de Mac Arthur às Filipinas, dominando rapidamente a ilha de Leyte, com o que as forças japonesas do arquipélago ficaram seccionadas ao meio; e ainda, fato muito importante pelo seu alcance estratégico, o início do bombardeio sistemático dos centros industriais do Mikado pelas fortalezas voadoras B-29.

E' evidente que o Japão, depois de ter sido contido na sua expansão conquistadora, já entrou francamente a ser comprimido, mesmo com as sobras do poderio aliado concentrado na Europa.

E a guerra no mar? A sua parte mais significativa foi vivida no Pacífico, onde a esquadra japonesa sofreu uma desastrosa derrota na ação

que se desdobrou pelo golfo de Leyte, pelo estreito de Surigao e para leste de Samar.

Na Europa, em todo caso, sempre houve o afundamento do "Schernhorst" e do "Tirpits", o que equivaleu à anulação final do poderio naval alemão.

Quanto à campanha submarina, já dominada, foi praticamente extinta com a perda das bases da costa francesa.

O ano não terminou, todavia, sem que esse grandioso quadro de esmagadoras vitórias das Nações Unidas fosse perturbado. A 16 de dezembro von Rundstedt lançou-se inesperadamente a uma poderosa ofensiva e rompeu as linhas aliadas guarnecidias pelo 1.^o Exército norte-americano. Até que os aliados se refizessem, os germânicos internaram-se a fundo pela Bélgica, criando mesmō uma atmosfera de apreensão. Mas ao expirar o ano já estavam sendo contidos, e não tardariam a sentir o peso da reação aliada.

O Gen. Montgomery disse com clareza o que aconteceu nesse lance final de 1944: "Devemos admitir que o inimigo nos deu um golpe fundo e nos fez recuar. Mas nós nos restabelecemos. Ele não foi capaz de obter nenhuma vantagem do seu êxito inicial. Faliu, portanto, Rundstedt no seu propósito estratégico, a não ser que o fim em vista tivesse sido menor que o que ele próprio fez ver aos seus soldados. Já agora ele foi forçado a passar à defensiva, no terreno, e tem à sua frente forças adequadamente balanceadas para se aproveitarem da iniciativa que ele perdeu".

Palestra realizada pelo Major Antônio Moreira Coimbra, na Escola Técnica do Exército.

AS TRANSMISSÕES NA BATALHA

— Emprego tático e características técnicas —

SUMÁRIO

- I — As ligações e as transmissões
- II — Evolução Histórica
- III — Organização das Transmissões
 - A) — Nos Exércitos Nacionais e Estrangeiros
 - 1) — Orgãos de Direção
 - 2) — Orgãos de Execução
- IV — Emprego das Transmissões
 - A) — Princípios de Emprego
 - B) — A solução de um caso concreto
- V — Conclusão

INTRODUÇÃO

Meus Senhores:

Eis-me aqui, em cumprimento a uma ordem emanada do Comando da Escola de Estado Maior, pronto para, dentro do tempo que me foi destinado, evidenciar-vos, senão relembrar-vos, o papel importantíssimo desempenhado pelas Transmissões, a arma do Comando, na Batalha.

E fóra de dúvida que, dentro do tempo concedido e das considerações de ordem psicológica que contraditam dilata-lo, não temos a pretensão de esmiuçar as Transmissões. Quando muito, vamos esforçar-nos por esboçar, em rápidos traços, como se apresenta o problema *transmissões* ao tático e ao técnico, qual a sua solução, precedendo esse estudo, naturalmente, das considerações necessárias à nítida compreensão do quadro geral em que se situa e comumente se apresenta.

E nosso intuito, reavivando os conhecimentos auridos no passado, pondo à margem estereis discussões de ordem tática e técnica, fazer-vos viver o problema como ele realmente se apresenta ao tático e ao técnico, de cujo trabalho harmônico e fecundo, brotam as soluções lógicas consentâneas com a vontade do Chefe.

I — AS LIGAÇÕES E AS TRANSMISSÕES

A execução da decisão e a evolução consequente à ação do inimigo e às modificações apresentadas pelo terreno, constantes a missão e os meios, reposam na *informação*.

E a informação, sob qualquer aspeto a base das decisões do comando, as quais transformadas em ordens devem chegar aos escalões subordinados em tempo de serem executadas, cientes os escalões superiores e vizinhos e os demais interessados no desenvolvimento das operações.

Entretanto, para receber informações e relatórios é preciso que os diferentes escalões se mantenham, em contato pessoal ou material, entre si, coisa que se obtém pela *ligação*.

Qualquer que seja a ligação a realizar, há sempre um conjunto de meios pessoais ou materiais necessário à sua realização, que genericamente denominamos de *transmissões*.

As *transmissões* são portanto um conjunto de meios cuja finalidade é a obtenção da *ligação*.

A ligação é um princípio de comando, intimamente relacionado com a ação tática ou estratégica, enquanto que as *transmissões* são um conjunto de meios de execução, de caráter essencialmente técnico, permitindo o contato direto ou indireto entre os diferentes escalões.

Eis porque, envolvendo necessidades interdependentes de ordem tática e técnica, longe de se dissociarem, tendo em vista um rendimento máximo, o tático e o técnico devem constituir um todo, complementando-se os respectivos trabalhos, tudo tendo em vista tornar efetivo e facilitar a ação de comando, ação que, salvante o contato pessoal — vis à vis — na batalha moderna, exige o emprego de meios, — os agentes de transmissão e os processos que exigem a utilização de aparelhos e artifícios —, e uma atuação na batalha que não só enquadram as transmissões como uma verdadeira *arma*, como também, em certas ocasiões, um instrumento de manobra apreciável, nas mãos do comando.

Entretanto, não se trata sómente de *ligar*, é preciso também proporcionar a todos os escalões os meios necessários à realização das ligações, bem como conservá-los e recuperá-los e dai constituirem as Transmissões um *Serviço provéedor*.

II — EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A ligação, na acepção moderna de seu significado, não era conhecida até o princípio do século XIX. Resumia-se, o exercício da ligação na remessa de agentes de transmissão por parte dos chefes e da tropa, coisa plenamente justificada pela extensão dos campos de batalha, onde os Exércitos ficavam sob as vistas diretas dos respectivos chefes, e desse modo facilitada a ação de comando. Os entre-chóques decidiam-se em horas, os efetivos em presença atuavam emmassados, a batalha se resumia em um ato ou numa série de átos executados em espaços limitados ao horizonte visível. A ação do comando fazia sentir-se descontinuamente. Esse o quadro geral nos tempos dos grandes Capitães, inclusive Aníbal, Gustavo Adolfo e Frederico.

A organização divisionária, introduzida por CARNOT, e maravilhosamente adaptada ao campo da luta, por NAPOLEÃO, combinando armas e aliando a requisição local à pilhagem, permitiram a "souplesse" e a rapidez tão características às manobras do côrso genial.

Entretanto é ainda o Chefe, tendo sob suas vistas o campo de batalha, que a concebe e decide. Em Austerlitz, em espaço restrito, NAPOLEÃO, conduz à vitória seus 150.000 homens. Mas a ambição napoleônica crescia sempre e com ela se intensificavam cada vez mais suas forças e seus espaços de manobra. Surgem as Grandes Unidades onde a Artilharia e a Infantaria sentem a necessidade da ligação para atuarem eficientemente. Não é mais possível ao Chefe atuar em toda a parte, há necessidade de elementos de ligação entre si e a tropa, elementos dotados da rapidez exigida pela natureza da intervenção. Crescem as necessidades de Comando, começam a surgir os Estados Maiores, a princípio representados por um Berthier inexpressivo, evoluídos mais tarde para um elemento anônimo precioso à elaboração e à execução das Decisões do Chefe.

Felismente, a técnica evoluía, pari-passu, com as necessidades táticas de ligação. O agente de transmissão e a sinalização ótica são acrescidos, em 1791, com o telégrafo ótico, em 1823, com o telégrafo MORSE, em 1877, com o telefone e finalmente a rádio, nos tempos atuais, surge como uma verdadeira fáda maravilhosa permitindo, malgrado suas desvantagens, a realização rápida das ligações, inicialmente, mediante emprêgo dos sinais Morse e ulteriormente permitindo o contacto a viva voz possibilitando, nos dias que correm, as ligações tão úteis à condução da batalha de blindados e a realização das múltiplas combinações, entre as forças terrestres, aéreas e navais.

O aparecimento desses meios e a evolução da batalha em largura e profundidade, exigiram a organização de tropas encarregadas do seu manejo e emprêgo, surgindo assim as unidades especializadas, que aparecidas pela primeira vez no Exército Alemão em 1856, com efetivos reduzidos, contam já, em 1870, com 10 unidades de telégrafos de campanha e 6 de etapas.

Tôdas as unidades de telégrafos eram parte integrante dos Batalhões de Engenharia, constituindo os sapadores telegrafistas, como até bem pouco entre nós, as Cias. de Transmissões incorporadas aos B. E.; essa situação perdurou até 1899, nos Exércitos das Grandes Potências, quando se separaram definitivamente, os novos especialistas e constituíram-se em unidades homogêneas e independentes.

Em 1905 os japoneses aproveitando as experiências das Guerras de 66 e 70, reorganizaram o seu Exército dotando-o de Unidades de Telegrafistas, em que o principal meio era o telefone.

Na batalha de MUKDEN, o General Oyama, Comandante em Chefe, dirige as operações de seus quatro Exércitos, de um ponto situado muito atras da frente; pelo contrário, os russos, combatiam sob as vistas diretas de seu chefe, presente num trecho restrito do campo de batalha. E os resultados da coordenação e da ação direta do chefe, não se fizeram esperar PORTO ARTHUR, ainda espéra pelos Russos.

Os ensinamentos da campanha de 1904, foram depressa esquecidos e ao iniciar-se a Guerra de 1914, as deficiencias de organização e a precariedade dos efetivos rapidamente se fizeram sentir ao lado francês, enquanto que, do lado alemão, uma organização mais acurada aliada a uma técnica que aos poucos demonstrou a sua superioridade, colhia melhores resultados.

Durante a GRANDE GUERRA, notáveis foram os progressos de ambos os lados principalmente no emprêgo e utilização dos meios elétricos, principalmente, os radioelétricos, onde a T. P. S. e os aparelhos de O. A., inicialmente, e após o advento das ondas contínuas, a regeneração introduzida por SCHNELL, permitiu os alcances insuspeitados, através os vetores especial e superficial, mais tarde encima-

dos pelo utilíssimo emprêgo das ondas ultra-curtas e sonoras, hoje convenientemente controladas por uma técnica que sob todos os aspectos decidiu, pode afirmar-se, a sorte das armas aliadas no presente conflito.

E, para demonstrar-vos a natureza dos progressos realizados durante a Grande Guerra no tocante às transmissões, na falta de dados positivos da que se desenrola, basta assinalar-vos que, antes do seu inicio, o Exército Francês, apresentava um efetivo de 4.000 homens de tropas de transmissões e um Regulamento de Transmissões de 20 páginas, ao seu término evoluidos para 40.000 homens e 130 páginas, onde a confusão entre os termos ligação e transmissões era ainda sensível. De uma dezena de quilômetros de fio telefônico necessários às ligações de Comando passa-se à cifra de 920.000 km de circuitos utilizados em 1917, pelos alemães.

A importância sempre crescente das ligações e as exigências evidenciadas nos períodos de manobras post-conflito de 1914-1918, cada vez mais ressaltavam a importância da Arma do Comando a ponto de, no inicio do atual conflito, as unidades de Transmissões terem evoluído, em alguns Exércitos, nas D.I. e C. Ex., ao tipo Batalhão e contarem os Exércitos com uma série de unidades especializadas no emprêgo dos diferentes meios.

Atualmente, o tipo de unidade divisionária de Transmissões mais consagrado é a Cia. de Transmissões, onde a aparelhagem rádio oscila entre duas e quatro centenas e o fio telefônico se avisa dos 600 quilômetros, sendo ainda dotadas de *teletypewriters*.

E a evolução prossegue sua marcha, constatando-se ainda no conflito atual progressos técnicos de alta monta, onde as necessidades sempre crescentes da batalha, aliada à rapidez da ação, exigiram e exigem uma formação técnica aprimorada das tropas e quadros, aliada a métodos de emprêgo que permitam a obtenção do máximo de rendimento.

III — ORGANIZAÇÃO DAS TRANSMISSÕES

A) Nos Exércitos Nacional e Estrangeiros

A organização dos Exércitos Modernos, considera ora as Transmissões, independentes das demais Armas e Serviços, como uma Arma e um serviço, ora dependentes da Arma de Engenharia, situando-se os Exércitos Inglês e Americano, dentre os primeiros e o Francês, no inicio do atual conflito e o nosso, dentre os últimos.

Quer parecer-nos que as Transmissões, quer pelo modo de emprêgo, quer pela natureza da instrução especializada, quer pelos progressos e soma de órgãos de direção e execução alcançados na maior.

dade que já atingiu, precisa emancipar-se, no Exército Nacional, da Arma de Engenharia, libertando esta da grande tarefa e soma de responsabilidades que lhe cabem na batalha, beneficiando-se assim de uma autonomia que permitirá atender e acompanhar as crescentes necessidades do Comando Moderno.

As vantagens de uma tal organização superam de tal modo os seus inconvenientes, que estamos convictos ser uma questão de tempo a sua realização entre nós.

A síntese de organização que segue é a adotada no Exército Nacional e com pequenas variantes nos demais Exércitos.

1) Orgãos de Direção.

Tendo em vista facilitar a compreensão do assunto, admitamos, esquematicamente, um teatro de operações T (1.^o G. Ex.), onde operam os I e II Exércitos, constituídos cada um dos respectivos Q. G. e dois C. Ex., estes por sua vez enquadrando duas D. F. cada um.

— TEATRO DE OPERAÇÕES T —

(Cmdo. Chefe — G. Q. G.)								Zona de Atq.	Zona de Operações	Zona dos Exércitos
I Exército				II Exército						
(Comandante das Transmissões)				(Comandante das Transmissões)				Zona de Atq.	Zona de Operações	Zona dos Exércitos
1. ^o C. Ex.	2. ^o C. Ex.	3. ^o C. Ex.	4. ^o C. Ex.	Cmt. das Trns.	Cmt. das Trns.	Cmt. das Trns.	Cmt. das Trns.			
1.1 B. I.	2.1 B. I.	3.1 B. I.	4.1 B. I.	5.1 B. I.	6.1 B. I.	7.1 B. I.	8.1 B. I.			
(CORPOS DE TROPA)								Encarregado das Trans.		

No G. Q. G. um *Diretor* do Serviço das Transmissões incumbe-se de um lado das ligações do Cmdo. Chefe com os Exércitos, incumbe-lhe, das ligações de retaguarda, no interior do território. É auxiliado por um funcionário superior da Repartição Geral dos Telégrafos (Chefe do Serviço de 2.^o Linha).

No Exército, no C. Ex., D. I., D. M. M. e D. C., um oficial superior de Engenharia desempenha o papel de *Comandante das Transmissões*, que trabalha nos respectivos E. M. em íntima ligação com o Chefe do Estado Maior e 3.^a Seção.

Nos *Corpos de tropa* (R. I., R. C., R. M. M., Btl., etc.), porém, o Chefe mais graduado das transmissões é denominado *Encarregado das Transmissões*.

O Cmt. das Transmissões do Ex., C. Ex. D. I., D. C., D. M. M., etc., desempenha um tríplice papel:

- 1.^o — E' o Cmt. das unidades de transmissões da G. U., tendo as mesmas atribuições que um Cmt. de Corpo de Tropa;
- 2.^o — E' o Chefe do Serviço de Transmissões;
- 3.^o — E' o Conselheiro Técnico do Comando.

Tem pois, o Cmt. das Transmissões nessas G. U. as mesmas atribuições que os demais Cmts. de Armas e Serviços. (I. D., A. D., E. D., etc.). Recebe do Chefe do E. M. as *diretrizes para as Transmissões e do Comandante das Transmissões* do escalão superior as *Ordens e Instruções Técnicas*, tudo relativas à operação projetada e elabora a proposta relativa ao funcionamento das Transmissões no Escalão considerado, que aprovada pelo Chefe do E. M., dá lugar conforme o caso, ao Plano, às *Instruções e Ordens para as Transmissões* aos escalões subordinados, as quais, assinadas pelo Chefe do E. M., definem precisamente, a sua responsabilidade e o quantum de atenção que o Comando empresta ao problema vital das ligações e transmissões.

Além das relações que mantém o Chefe do E. M., na ânsia de interir-se com a devida antecedência das operações em curso e projetos de operações futuras, trabalho indispensável à eficiência das Transmissões, mantém, o Cmt. das Transmissões, as seguinte relações:

- Com os Comandos de Armas e Chefes de Serviços;
- Com a 2.^a Sec. do E. M. — Plano de busca de informação (radio.marcação e escuta); cooperação do Serviço de Transmissões, cifra, códigos, precauções especiais a tomar no emprego das transmissões;
- Com a 3.^a Sec. do E. M.: operação projetada, manobra, dispositivo, execução, P. C.;
- Com a 4.^a Secção do E.M.: Transportes, mão de obra e reaprovisionamento.

O Serviço de Transmissões é o único Serviço Provedor cujo emprego não é regulado pela 2.^a Parte da Ordem de Operações, nem mesmo

As forças motorizadas quando em apoio ou não das mecanizadas se enquadraram nas prescrições acima, salientando-se, entretanto, devido à profundidade das colunas (uma D.I.M. pode chegar em coluna de estrada a 120 km.) a necessidade de ligações radio terrestres e aéreas em permanência, aquelas entre as diferentes unidades componentes, a fim de que os elementos constitutivos da coluna possam em tempo tomar as disposições necessárias para se furtarem ou se defenderem desses ataques, precaução que se aplica também às forças blindadas.

B) — A SOLUÇÃO DE UM CASO CONCRETO

Fixado pelo Comando o fim a atingir, dito o *que quer, quando e onde quer*, resume-se a solução de um caso concreto de Transmissões na intervenção do Diretor ou do Cmt. das Transmissões, coadjuvados pelos respectivos adjuntos, que planejará e proporá *como* satisfazer as necessidades do Comando, dando lugar aos *Planos e Ordens de Transmissões* consequentes que, como vimos anteriormente, usinadas pelo chefe do E. M., definem precisamente sua responsabilidade.

Localizados os P. C., prescritos ou não, conforme o caso, os eixos de transmissões e C.A.I., definida a natureza das ligações e expressos os prazos e as restrições de emprego, o confronto das *necessidades em meios de transmissões*, permitirá concluir-se sobre as *possibilidades e, respeitados os princípios de emprégio, chegar-se à solução lógica do problema transmissões*.

De que se trata, pois, em ultima análise? Ao Chefe do E. M. de dizer, *que, quando e onde ligar* (problema ligações) e ao Diretor ou Cmt. das Transmissões, de dizer *como ligar* (problema transmissões).

Entretanto, para que se possa ordenar com segurança, é preciso que se conheça o *que se quer* e o *como se quer*. E, pois, evidente que, o conhecimento das necessidades táticas de ligação sómente, não basta, é mistério que se conheçam também os meios e os processos que permitão a satisfação daquelas necessidades, isto é, a sua organização, o seu funcionamento, as suas características de emprégio e possibilidades, a fim de que não se incorra na sanção de pedir-se o impossível ao técnico, evidenciando-se ignorância e, o que é pior, perdendo-se o único fator irrecuperável, o *tempo*, com as repercuções imprevisíveis sobre o fim que se tem em vista atingir: — bater o inimigo.

Isto não significa que o tático deva conhecer profundamente a técnica. Bastam-lhe os rudimentos elementares e alguns dados que permitam a rápida avaliação das possibilidades dos meios, além do perfeito conhecimento das prescrições regulamentares relativas à organização das transmissões em campanha, para decidir com acerto, valendo-se, sempre que preciso, do auxílio de seu consultor técnico.

O método clássico de raciocínio, análise dos fatores da decisão sob o ponto de vista ligações e transmissões, com a apreciação do fator *tempo* no balanceamento dos meios, é o guia seguro e eficaz à obtenção da solução lógica, tática e técnica, para cada caso considerado.

E, pois, a solução de um caso concreto de transmissões, um trabalho de íntima cooperação e harmonia, entre o tático — Chefe do E. M. — de um lado e o técnico — Diretor ou Cmt. das Transmissões — de outro, donde resultam as Diretrizes, Propostas, Planos e Ordens, que constituem a Decisão do Comando e das Transmissões, e cuja execução repousa no grão de eficiência de uma trópa altamente treinada e eminentemente técnica.

V — CONCLUSÃO

A importância das transmissões é de tal ordem que condiciona a realização da batalha no tempo. É claro e evidente que tudo pode estar preparado à sua execução — equipamento das bases de operações ultimado, potência de fogo necessária, etc., — mas se o exercício do comando não puder ser levado a termo por falta de tempo à realização do dispositivo e funcionamento das transmissões, a batalha só poderá ser encetada em condições precárias e correndo-se os riscos ad vindos em consequência.

Os relatórios dos comandantes das forças em operações no conflito atual, não raro, evidenciam falhas no emprego tático e técnico das transmissões perfeitamente evitáveis, sanáveis, à luz das prescrições técnicas e da regulamentação existente antes do seu inicio, certamente devido à própria essência da preparação acelerada das trópas técnicas e devido à urgência de emprego, malgrado a excelência qualitativa dos meios materiais: — ora, é a confiança excessiva no funcionamento do rádio, sujeito aos nossos conhecidos atmosféricos, às surpresas do *fading*, à absorção pelas massas magnéticas, à interferência deliberada do inimigo, à maior ou menor ionização do meio de propagação, etc., ora é a interferência causada pelas próprias emissões amigas, que são apontadas como causas de insucesso, e tudo perfeitamente evitável, pois o estudo da propagação das ondas eletro-magnéticas, através o desenvolvimento das equações de Maxwell, e a prática de todos os dias, tornam conhecidas do técnico e dos leigos em parte, esses fenômenos, proporcionando áqueles, os remédios para saná-los senão totalmente, pelo menos a atenuar-lhes os efeitos. Quanto ao emprego de um único meio — o radioelétrico, no caso — não encon-

tra qualquer justificativa, é princípio corriqueiro em todos os regulamentos e manuais de emprego das transmissões quando prescrevem que *todos os meios de transmissões* devem ser organizados como se cada um bastasse a si mesmo.

A necessidade do conhecimento por parte do técnico das *necessidades táticas* e por parte do tático das características técnicas e processos de emprego dos meios de transmissões é indiscutível e essencial.

Nem sempre as soluções técnicas satisfazem as exigências táticas, e dentre outros exemplos, a citação do seguinte servirá para tornar patente essa verdade :

— para o técnico o melhor processo para ligar um C. T. qualquer a outro, telefonicamente, por meio de um certo número de circuitos, seria o emprego de um cabo multipar constituído desse número de circuitos; ao tático, porém, que quer a ligação em permanência e não ignora que uma simples granada ou bomba pode suprimi-la, não agrada essa solução — prefere a multiplicação de circuitos por itinerários diferentes como uma garantia maior ao sucesso das ligações.

Eis, aí, meus senhores, num simples exemplo, entre os inúmeros que se podem apresentar, a demonstração evidente da necessidade de um trabalho de colaboração íntima do tático e do técnico visando proporcionar ao Comando os meios de transmissões que se beneficiando da técnica satisfaçam cabalmente as exigências táticas.

Quanto à fabricação de material em escala capaz de atender, dentro de um período razoável, às necessidades do Exército, quer parecer-nos que é tarefa da Indústria Civil que deve ser incentivada sob todas as formas, naturalmente visando satisfazer, com rapidez e perfeição, aos reclamos da mobilização, incumbindo ao técnico, em estreita ligação com o tático, a orientação visando assegurar a adaptação dessas indústrias às necessidades militares e os trabalhos diretamente relacionados com a técnica de laboratório e com a manutenção e transformação dos materiais, de acordo com as exigências ditadas pelo emprego tático.

Grandes foram os progressos da moderna técnica através a criação de novos meios de Transmissões ou o aperfeiçoamento dos existentes. Maiores serão os progressos futuros, os quais exigirão, cada vez mais, o trabalho coordenado e produtivo de conjugado tática-técnica, motivo por que almejamos seja, esta palestra, o prelúdio de outras tantas que se seguirão, em futuro próximo, alimentando a indestrutível amizade que se votam as Escolas Técnicas do Exército e a de Estado Maior.

EXCERTO

Études sur le combat. — Cel ARDANT DU PICQ
— 1821 — 1870.

Trad. do Cel. R. B. NUNES

I — O combate antigo (1)

O homem não combate pela luta, mas pela vitória; faz tudo quanto depende dele para suprimir a primeira e garantir a segunda. Outra não é a causa do aperfeiçoamento contínuo dos engenhos de guerra: destruir o inimigo, permanecendo de pé. A bravura absoluta, que não foge ao combate embora em condições de desigualdade, que se entrega a Deus ou ao destino, esta bravura não é natural no homem; é resultante da cultura moral, é infinitamente rara. Diante do perigo, o sentimento animal da conservação predomina sempre; o homem calcula suas probabilidades, e com quantos erros...

O homem tem, portanto, horror à morte. Para as almas de escol, o dever rigoroso, que sómente elas podem compreender e cumprir, faz às vezes marchar para a frente; a massa, porém, recua sempre à vista do fantasma. A disciplina tem por fim dominar este horror, mediante um horror mais forte: o da punição ou da vergonha. Mas chega sempre o momento em que o horror natural prevalece contra a disciplina, e o combatente foge. — "Para, para! resiste alguns minutos, um instante mais, e serás vencedor; não estás ferido, sequer, — se voltares as costas serás morto!" — Ele não ouve; não pode mais ouvir. Está dominado pelo pavor! — Quantos exércitos juraram vencer ou morrer? Quantos compriram o juramento? A História registra, não os exércitos, mas as almas firmes, que souberam combater até à morte e o devotamento das Termópilas é imortal com justiça.

O combate real, sendo a prova rude que se sabe, para impô-la com probabilidade de êxito a uma multidão humana, não basta que esta multidão se componha de homens valentes como os gauleses, como os germanos.

(1) — Ver "A Defesa Nacional" de novembro.

Faltam-lhe, e lhe damos, chefes que comandem com firmeza e decisão. Boas armas, u'a maneira de combater adequada a essas armas e às do inimigo e ao que se pode conseguir das fôrças físicas e morais do homem; e mais ainda, um fracionamento racional que permita a direção e o emprêgo de todos os esforços, até o do último homem.

Excitámos essa multidão com paixões, — desejo violento de independência, — fanatismo religioso, — amor à glória, — avidez de posse, — e uma lei disciplinar terrível que proíbe subtrair-se à ação, impõe a mais perfeita solidariedade, de alto a baixo, entre tódas as frações, entre os chefes, entre os chefes e os soldados, entre os soldados.

Temos, então, um exército sólido? Ainda não. A solidariedade, — primeira e suprema força dos exércitos, — é imposta, na verdade, por leis severas de disciplina, secundadas por poderosas paixões; mas impor não é bastante. A vigilância à qual ninguém possa escapar no combate, que garanta a observância da disciplina, deve garantir a solidariedade contra os desfalecimentos em face do perigo, estes desfalecimentos que conhecemos; e para ser sentida, o que importa no mais alto grau para que exerça forte pressão moral e *faça avançar toda a gente*, pelo receio ou como ponto de honra, essa vigilância, olho de todos visando cada qual, exige que em todos os grupos os homens se conheçam bem e que a compreendam como um direito e um dever de salvação comum.

E' necessário, então, que uma organização judiciosamente ordenada, e é por aí que cumpre começar, coloque de maneira permanente os mesmos chefes e os mesmos soldados nos mesmos grupos de combatentes, de tal maneira que os chefes e os camaradas do tempo de paz ou dos campos de exercícios, sejam os chefes e os camaradas da guerra. Do hábito de viverem juntos, de obedecer aos mesmos chefes, de comandar os mesmos homens, de partilhar fadigas e repouso, de cooperar com pessoas que se entendem rapidamente na execução dos movimentos e das evoluções guerreiras, nascem a fraternidade, a união, o espírito de profissão, o sentimento palpável, numa palavra, a compreensão e a solidariedade.

E assim aparece a confiança.

Não a confiança entusiasta e irrefletida dos exércitos tumultuários ou improvisados que vai até ao perigo e desaparece tão rapidamente para ceder o lugar ao sentimento contrário, que vê por toda parte a traição; mas esta confiança íntima, firme, consciente, que não se esquece no momento da ação, e que é a única capaz de formar verdadeiros combatentes.

Temos agora um exército; e não nos é mais difícil explicar porque homens animados por paixões empolgantes, homens que sabem

até morrer sem vacilar, sem empalidecer, realmente fortes diante da morte, mas sem disciplina, sem organização sólida, deixam-se vencer por outros individualmente menos valentes, porém solidamente, verdadeiros combatentes.

Costuma-se representar uma multidão armada derribando todos os obstáculos, arrastada por um impeto de paixões.

Há mais de pitoresco do que de verdade nessa imaginação. Se o combate fosse obra individual, os homens apaixonados, corajosos, que compõem essa multidão, teriam mais probabilidades de vitória; mas numa tropa, seja ela qual for, uma vez defronte do inimigo, cada qual comprehende que seu papel não é obra de um único, é obra coletiva e simultânea, e no meio de companheiros que o acaso reuniu na véspera, com chefes desconhecidos, sente instintivamente a falta de união, e pergunta a si mesmo se pode contar com êles. Pensamento de desconfiança que produzira os piores resultados na primeira hesitação, ao primeiro perigo sério que, por um momento, detiver o impulso apaixonado.

E' que a solidariedade e a confiança não se impõem; elas só nascem do conhecimento mútuo que gera o ponto de honra, que cria a união, de onde decorre, por sua vez, o sentimento da força; é este sentimento que dá a coragem de afrontar, pela confiança de conseguir; — a coragem, isto é, a predominância da vontade sobre o instinto, cuja duração mais ou menos longa, produz a vitória ou a derrota.

Sómente a solidariedade forma, portanto, combatentes. Mas como em tudo há gradações, vejamos se o combate de nossos dias é, a este respeito, menos exigente que o combate antigo.

No combate antigo, só existe perigo de perto. Se uma tropa tinha força moral bastante para aproximar-se do inimigo até ao comprimento do gládio, (e as multidões asiáticas muitas vezes não a tinham), havia combate. Quem quer que se achasse a essa distância sabia que se virasse as costas seria morto, porque já vimos que os vencedores perdiam poucos homens e os vencidos eram exterminados; este simples raciocínio mantinha os homens e os forçava a combater, embora por instantes.

Hoje, a não ser em circunstâncias raríssimas e excepcionais, que fazem duas tropas encontrar-se cara a cara, o combate se engaja e se executa de longe. O perigo começa a grande distância, e é preciso marchar para a frente durante muito tempo sob a ação de projéteis, a cada passo mais densos. O vencido perde prisioneiros, mas, quase sempre, em mortos e feridos, não perde mais que o vencedor.

No combate antigo combatia-se em grupos cerrados, num espaço restrito, em terreno descoberto onde todos se viam mutuamente, sem o ruído ensurdecedor das armas atuais. Marchava-se em ordem para

o local da ação e não obrigava a movimentos desordenados, a milhares de passos do ponto de partida. A vigilância dos chefes era fácil e os desfalecimentos individuais logo reprimidos. Sómente a pavor geral levava à fuga.

Hoje, o combate se processa em espaços imensos, ao longo de grandes linhas delgadas, cortada a cada passo por acidentes e obstáculos do terreno. Desde o momento em que se engaja a ação, desde que há tiros de fuzil, os homens dispersados em atiradores (1870), ou perdidos na desordem de uma marcha rápida, (1) escapam à vigilância dos chefes; certo número, mais ou menos elevado, dissimula-se, subtrai-se à ação e, diminuindo na mesma proporção o efeito material e moral desta e a confiança dos bravos que ficam, pode ocasionar a derrota. Nas tropas sem coesão, esse movimento começa a 50 léguas do inimigo; muitos homens baixam aos hospitais sem outra doença que a falta de moral, a qual se transforma rapidamente em doença real. A disciplina draconiana não é mais de nossos dias; sómente a coesão pode supri-la.

Vejamos o homem, entretanto, mais de perto, num e noutro combate. Sou forte, destro, vigoroso, exercitado, cheio de sangue frio, de presença de espírito; tenho boas armas ofensivas e defensivas, companheiros firmes, desde muito os mesmos, que não me deixarão abater sem me socorrer; eu com êles, êles comigo, somos invencíveis, invulneráveis até; travamos vinte combates e nenhum de nós ficou no campo; — basta que nos apoiemos a tempo, *vemos claramente*, estamos alerta para substituir-nos, para pôr um combatente descansado em frente de um adversário fatigado; somos da legião de Mário, dos 50 mil que detivemos a maré furiosa dos cimbros, dos quais matamos 140 mil, aprisionamos 60 mil, perdendo dos nossos apenas 200 ou 300 desajeados.

Hoje, por muito forte, firme, exercitado, corajoso que seja, já não posso mais dizer: eu voltarei. Não tenho que lutar com homens, que não temo, mas com a fatalidade do ferro e do chumbo. — A morte está no ar, invisível e cega, com sopros terríveis que fazem curvar a cabeça. — Por bons, por bravos, por firmes e devotados que sejam meus companheiros, êles não me garantem mais. Sómente, — e quanto isto é abstrato e menos imediatamente compreensível para todos do que o apoio material do combate antigo — sómente se me afigura que quanto maior for o número dos que se arriscam a um perigoso acaso, maior será para cada um a probabilidade de escapar-lhe; sei também que se tivermos certeza de que nada nos faltará no momento da ação, nós nos sentiremos e seremos mais fortes, mais resolutamente iniciaremos e sustentaremos a luta, e mais depressa ela terminará.

(1) — Resultado forçado do aperfeiçoamento dos engenhos.

A luta terminará! Mas para terminá-la é preciso lançar-se para a frente, é preciso buscar o inimigo e, infante ou cavalariano, estamos nus contra o ferro, nus contra o chumbo, que não erram de perto. Marchemos apesar de tudo, impávidos, resolutamente; nosso adversário não resistirá diante do tiro a queima-roupa de nosso fuzil, porque a luta corporal não se verifica nunca, estamos certos disto, — disseram-nos mil vezes, — e já o vimos. — Se, entretanto, hoje não for assim!... — Se ele também atirar-nos à queima-roupa!...

Como isto está longe da confiança romana!

Mostramos, por outro lado, quanto na antiguidade era ao mesmo tempo difícil e perigoso para o soldado retirar-se da ação; hoje, a tentação é muito mais forte, a facilidade maior, e o perigo menor.

Hoje, portanto, o combate exige coesão moral e solidariedade mais cerrada do que nunca. Uma última observação sobre a dificuldade de dirigir, completará a demonstração.

Depois da invenção das armas de fogo, do mosquetão, do fuzil, do canhão, as distâncias de auxílio e de apoio mútuos aumentaram entre as diferentes armas. Portanto, quanto mais se sentem isoladas, mais necessitam de força moral.

Por outro lado, a facilidade de comunicações de toda natureza, permite reunir num dado terreno forças numéricamente consideráveis. Por essas razões, dissemos, os campos de batalha tornam-se imensos.

Abranger o conjunto, é cada vez mais difícil, e a dificuldade aumentando com a distância, a direção, mais do que nunca, tende a escapar ao chefe supremo, aos chefes subalternos. Esta espécie de desordem inevitável que uma tropa em ação apresenta sempre, aumenta progressivamente com o efeito moral dos engenhos, a ponto que no meio dos ruidos e das flutuações das linhas de combate, os soldados perdem muitas vezes os chefes, e estes seus soldados.

Nas tropas imediata e *estreitamente engajadas*, os pequenos grupos, da esquadra à companhia, são os únicos que se mantêm, quando bem constituídos, e servem de ponto de apoio ou de reunião aos desorientados; e, pela força das cousas, as batalhas tendem, hoje mais do que em qualquer tempo, para transformar-se em batalhas de soldados.

Isto não deve ser assim.

Que não deve ser assim, não discutimos, mas é.

Além das precrições regulamentares de tática e de disciplina, impõe-se a todos num exército, esta necessidade de puro bom senso, que é a reação contra a predominância, prenhe de acasos, da ação do soldado sobre a do chefe, e de retardá-la até aos limites do possível, e por todos os meios, o momento em que o soldado escapa ao chefe.

Mas o fato persiste, e este fato e as preocupações que suscita, completam a demonstração da verdade enunciada acima: o combate

exige hoje, para ser executado com plena eficácia, uma coesão moral, uma solidariedade mais cerrada do que em qualquer tempo. Verdade quase ingênuas, tanto é evidente que quanto mais os laços táticos se distendem tanto mais fortes devem ser, se não quisermos que se rompan.

* * *

Outras considerações que possam surgir d'este estudo ficam a cargo das meditações do leitor, porque para serem traduzidas em aplicações atuais, para que se imponham com a autoridade irrecusável do fato, precisavam apoiar-se num estudo sincero do combate moderno, e este estudo não pode ser feito apenas com os relatos dos historiadores.

Estes expõem bem, de maneira geral, a ação dos corpos de tropa. Mas a ação minuciosa e a ação individual do soldado, em suas narrativas como na realidade, permanecem envoltas numa nuvem de pó. Entretanto, cumpre distinguir ambas as ações, porque sua concordância mútua é a justificação e o ponto de partida de todos os processos de combate passados, presentes e futuros. — Onde encontrar tais narrativas?

São raríssimas as descrições que pintem a ação bem de perto, pormenorizadas, — porque cada minúcia tem sua importância, — de atores ou de testemunhas que tenham sabido observar e capazes de se relembrar do que viram. E isto é que seria necessário para um estudo do combate moderno.

O número de feridos, o gênero e o lugar dos ferimentos dizem, frequentemente, mais do que as longas descrições, quando, por vezes, não as desmente. — E' preciso conseguir saber como o homem, e no gênero homem, como o francês (1) combatia outrora. — Como, e até que ponto, sob a pressão do perigo e do instinto de conservação, *forçosamente, inevitavelmente, seguia, despresava ou esquecia* os métodos ordenados ou recomendado, para combater desta ou daquela maneira que lhe era *imposta, indicada* por seu instinto ou por sua inteligência guerreira.

Quando soubermos isto, sinceramente, sem ilusões, estaremos muito perto de saber como ele se comportará amanhã, com e ao encontro dos engenhos hoje mais destruidores que ontem. — Desde já, entretanto, pelo que conhecemos do passado, sabendo que o homem só é capaz de suportar o terror até determinado ponto, sabendo que a ação moral da destruição cresce proporcionalmente à sua potência e rapidez, podemos prejulgar que: amanhã, mais do que nunca, serão impraticáveis os métodos compassados aos quais a ilusão do campo de

(1) — O brasileiro, diríamos no nosso caso.

tiro e o desprezo de nossa própria experiência parecem condusir-nos; — amanhã, mais do que noutrós tempos, predominará o valor individual do soldado e dos grupos, e, por conseguinte, a solidez da disciplina.

Sómente o estudo do passado poderá facultar-nós o *sentimento do praticável*, e fazer-nos ver como amanhã, *forçosamente, inevitavelmente*, o soldado combaterá.

Com conhecimento de causa, prevenidos, evitaremos decepções, porque poderemos, com antecedência, prescrever tal processo de combate, tal organização, tais disposições primárias *adequadas a esta maneira forçada, inevitável, de combater*, e que se destinam a regularizar o combate na medida do *possível*; por conseguinte, *restara o menos possível ao acaso, conservar-se-á durante o maior tempo, nas mãos do chefe, a direção do combatente que lhe escapa de improviso*, quando os *processos ordenados contrariam de maneira absoluta o instinto dos combatentes*.

E' o único meio de salvaguardar a disciplina que as desodebiências táticas destroem precisamente no momento em que ela é mais necessária.

Cuidado, porém; trata-se das disposições primárias, antes da ação, e de processos de combate, e não de manobras.

As manobras são a marcha das tropas para o terreno da ação e a disposição, nesse terreno, da maior como da menor das frações constituidas, com tódas as garantias de *ordem e de celeridade possíveis*. — Elas não constituem a ação; a ação vem depois.

E' a confusão da manobra e da ação que gera em muitos espíritos desconfiança e a dúvida em relação às manobras regulamentares, — boas, muito boas, porque, em seu conjunto, mostram os meios de executar todos os movimentos, de tomar todos os dispositivos possíveis, com tóda a rapidez e ordem *praticamente realizáveis*.

Mudá-las, discuti-las, não adianta a questão de um passo. Resta sempre o problema da *ação definitiva*; sua solução está no *estudo sincero do que se passava ontem, e sómente dêle se pode concluir o que se passará amanhã*, — e então, tudo mais vem por si.

* * *

Eis o estudo que resta fazer, ou antes, escrever, pois o fizeram todos aqueles chefes a quem as provas da guerra conferiram valor e autoridade morais reconhecidas em todo o exército, e dos quais se dizia: — ele conhece o soldado e sabe empregá-lo bem.

Conhece o soldado e sabe empregá-lo bem... — Que sabiam mais do que isto os romanos, criando a legião? — Mas, como sabiam bem êstes mestres do combate! Sua experiência *incessante*, e a reflexão profunda, puderam, só por si, conduzi-los a um conhecimento tão completo.

A experiência, hoje, é intermitente: é preciso, portanto, colhê-la cuidadosamente, e o estudo a fazer seria útil para aquéle fim, além de estimular a reflexão, mesmo daqueles que sabem, principalmente dos que sabem. E de vez que os extremos se tocam em tantas cousas, — quem sabe se, assim como nos tempos antigos da luta a ponta de espada e de pique, viram-se exércitos vencer outros exércitos sólidos na proporção de um contra dois, — quem sabe se o aperfeiçoamento incessante das armas de destruição longínqua poderá reproduzir essas vitórias heróicas, em igualdade de armas, do menor contra o maior número, graças à combinação do bom senso, ou do gênio, do moral e do engenho?

(Continua)

* * *

ERRATA — Nos “Excertos” do número anterior há vários erros tipográficos, dentre os quais convém corrigir os seguintes: pág. 1.071, l. 9: ler *tomarem*, e não *tornarem*; l. 13, ler *impassível*, e não *impossível*; pág. 1.074, ler *adotaram*, e não *dotaram*; pág. 1.076, l. 15, ler *combates*, e não *combatentes*.

Espadas que protegem
- precisam também
de Proteção!

Brasso
dá brilho
aos metais!



Os Exércitos Russos Empregam as Fôrças Moveis

A CAVALARIA COMO ARMA OFENSIVA

(Artigo do Cel. P. Kolomeistsev do Exército Soviético, transcrito do Moscow-News). — Tradução do Ten. Cel. ARMANDO VACONCELOS

Os relatórios frequentemente recebidos da frente, referem-se à participação de grandes formações de Cavalaria nas operações ofensivas do Exército Vermelho.

As formações de Cavalaria são lançadas: em perseguição do inimigo em retirada, para conter os contra-ataques de tanques, auxiliar o alargamento das brechas abertas nas defesas inimigas e capturar as cabeças de pontes transpondo rios fortemente defendidos.

Há apenas uma forma de luta em que a Cavalaria Soviética ainda não tomou parte no atual período de guerra. Seu equipamento técnico tem alcançado tal vulto que se tem mostrado eficiente contra as ações maciças da aviação e dos tanques e tem permitido à nobre arma, executar suas missões normais.

I — A CAVALARIA E OS TANQUES

A experiência tem revelado uma eficiência particular na ação coordenada da Cavalaria com os tanques. No último ano, por ocasião da arrancada para W., houve oportunidade para lançar a maior parte dessas forças na estrada para acometer o 6º Exército alemão.

As operações da Cavalaria Soviética têm demonstrado uma satisfatória eficiência no desenrolar da ofensiva do Exército Vermelho, particularmente na sua ala S. E' já conhecido o resultado do movimento de desbordamento profundo, que se executou por um grupo combinado de Cavalaria e tanques, contra as defesas alemãs dispostas ao longo do Rio Mius cujo dorso era balizado por uma estrada que estava em poder do inimigo agrupado em Tangarog.

II — A CAVALARIA ATACADA PELO AR

Quando os alemães perceberam que os cavalarianos soviéticos estavam operando à sua retaguarda, arremessaram contra eles grandes forças aéreas visando esmagá-los. Durante um só dia, cerca de 1.500 raides foram realizados pela Luftwaffe. Não obstante ter sofrido algumas baixas, a cavalaria provou que não era mais vulnerável ao ataque aéreo do que a I. ou outra arma terrestre, conquanto seja certo que o infante tem mais facilidade de adaptar-se rapidamente ao terreno e abrigar-se contra as bombas destruidoras. Em contraposição, a cavalaria é mais móvel, característica essa que lhe permite manobrar e furtar-se dos ataques aéreos, dispersando rapidamente suas formações e deslocar-se através de locais abrigados.

Não obstante, as unidades da Cavalaria Soviética são equipadas com poderosos canhões anti-aéreos, em tal proporção que os incursores inimigos são forçados a conservar-se em considerável altitude tendo que lançar suas bombas sem pontaria adequada.

Mas do nosso lado as grandes forças de cavalaria soviética que operaram a W. de Tangorog eram também apoiadas por aviões de aço e bombardeio. Os caças travam combate com os bombardeiros até que se afastem da zona dos objetivos por onde se deslocam os cavalarianos. Esta estreita coordenação entre a cavalaria e a aviação deve ser mantida enquanto durar o "raide", como medida de proteção.

III — A CAVALARIA ATACADA PELOS TANQUES

Os alemães por essa ocasião também lançaram grandes formações de tanques contra a Cavalaria. Aqui, ainda uma vez, os cavalarianos revelaram que são mais lobos do que cordeiros. As "panzers" se defrontaram com pesado fogo da artilharia orgânica das unidades de cavalaria, ao mesmo tempo que foram alvo das granadas dos canhões de todos os calibres arremessadas pelas armas anti-tanques.

As batalhas com os tanques alemães foram extraordinariamente selvagens. Sem embargo, o inimigo foi impotente para conter a Cavalaria Soviética, dada sua defesa contra tanques que tem aumentado consideravelmente desde o começo da guerra. Certamente, seria um grave erro exagerar o perigo de um inimigo blindado, mas, não é de mais repetir que este perigo não é maior para a cavalaria em marcha do que para qualquer outra arma.

IV — O CAVALO E O MOTOR

Todavia, a mais valiosa característica da cavalaria está na sua extrema mobilidade, a que só as forças mecanizadas excedem.

Quão efetiva, então, se tornará a estreita coordenação do cavalo e do motor que está sendo plenamente praticada pelo Exército Vermelho?

O princípio da tática soviética *no emprego da cavalaria não está sendo influenciado pelos seus méritos respectivos do cavalo e do motor, mas pelas suas vantagens conjugadas.*

Não será difícil imaginar a força representada por uma Cavalaria e um grupo de tanques penetrando fundamentalmente atrás das linhas alemãs.

Os tanques, movimentam-se sobre os flancos e na vanguarda da cavalaria, quebram a resistência inimiga. Quando as defesas são muito fortes, os cavalarianos apeiam e, apoiados por sua Artilharia, atacam tal como a infantaria, acompanhando os tanques em furiosa perseguição contra o inimigo em retirada.

V — FORÇAMENTO DE RIOS

No decurso das operações da presente ofensiva do Exército Vermelho, a qualidade básica da cavalaria — sua habilidade em realizar rápidas manobras em todas as direções e em qualquer terreno transitável pelo homem e por um animal — tem sido utilizada com grande eficiência no forcamento para atravessar rios. Basta recordar as proezas dos Corpos de Cavalaria comandados pelo Major General Krynkov, que, irrompendo através das linhas inimigas, conquistaram uma cabeça de ponte na margem W. do Rio Desna, mantendo-se firme até a chegada da I.

Durante 4 dias foram castigados por desesperados contra-ataques alemães, de tanques e de Infantaria Motorizada, apoiados por grande força aérea.

Alguns exemplos mais poderiam ser citados para mostrar o valor da força em que se transformou a Cavalaria Soviética na presente guerra. Esta velha e experimentada arma tem provado sua potência frequentes vezes na época da guerra dos motores.

Dai, a conclusão feliz do Cel. Kolomeitsev:

A combinação Cavalaria-Tanques tornou-se um poderoso trunfo nas ações móveis dos Exércitos Vermelhos.

Nota do tradutor:

E' muito grato para nós, a leitura desse lacônico mas incisivo artigo, resultado de uma observação prática e real do campo de batalha.

Não pretendemos abrir polêmica em torno da questão que está sendo contravertida entre nós, sempre facilmente seduzidos pelo "imitismo" que tantos prejuízos nos tem proporcionado entravando nosso evolver em matéria de organização, sem levar muito em conta a realidade do meio e as possibilidades do país.

E' preciso discernir nas questões de emprego e não esquecer que uma dada organização deve atender a uma doutrina de guerra bem definida e que não pode perder de vista as condições físicas, geográficas e humanas do país que a adotar e tiver que aplicá-la nos campos de batalha. Não se trata de um conservadorismo miope pelo simples evocar das tradições da arma Nobre que não morre e não morrerá, como apressadamente se apregoa, mas que subsistirá enriquecida na epopéia dessa 2.^a Grande Guerra, reafirmando suas características básicas como Arma Combatente. Montada, completada judiciosamente pelas armas de auto-propulsão, a aviação e as unidades blindadas.

A experiência russa na frente oriental deve ser estudada a merecer, entre nós, madura reflexão, através as palavras simples mas realistas do Cel. P. Kolomeitsev, ator no trágico drama que ensanguenta o mundo, para que dela nos fiquem os verdadeiros ensinamentos colhidos nos campos de batalha que certamente nos orientarão para a solução mais conveniente.

Os blindados, como a aviação em princípio, são a solução complementar que a técnica proporcionou ao Comando para completar as características das armas essenciais. "Uma arma vale pelo que pode dar". "As missões dadas devem estar de acordo com as suas possibilidades e características".

Diz o R. G. M. francês (1937):

"Quelque puissants que soient les fronts fortifiés, la décision, demain comme hier, ne s'obtiendra que par la manoeuvre, dont la vitesse et la mobilité sont les éléments essentiels.

Les progrès de la motorisation donnent la possibilité de déplacer rapidement des forces importantes, ceux de la mechanisation permettent, para la création d'unités appropriées, de garantir la sûreté du mouvement de ces forces et d'appuyer leur action.

Ainsi sont appartues, à côté des grandes Unités du type normal, des forces nouvelles réunies en de grandes unités modernes et formant un "système" capable de mener la bataille para ses propres moyens".

Permanecendo portanto os princípios gerais de emprego, como na aplicação subsistem as "possibilidades adaptadas aos recursos do país". O Comando russo, como qualquer outro, não criou nada de novo mas teve a habilidade de encontrar a solução justa que lhe permitiu atingir sua máxima capacidade ofensiva no sistema potencial que reclama a guerra total.

Cavalo ou motor?...

Creio que a solução justa revelada pelos russos pode ter aplicação aqui.

A hora da decisão sou, não devemos conjeturar, mas procurar uma decisão que seja nacional e adequada à nossa realidade.

A.D.I. NORTE-AMERICANA

— Subsídio para organização da futura D. I. Brasileira —

Major R. D.

"I shall return" — Mac Arthur

Quando se estuda qualquer problema militar, seja ele de que natureza for, deve-se sempre seguir um método apropriado ao fim que se tem em vista. A metodologia, ou melhor, a lógica aplicada aos diversos ramos da ciência humana, ensina que é preciso partir sempre do geral para o particular, do simples para o complexo, do fácil para o difícil, do conhecido para o desconhecido, quando se procuram os fundamentos de qualquer um dos ramos de conhecimentos que a inteligência do homem almeja atingir e, depois, aprofundar-se nêles. Isso foi estabelecido por DESCARTES em sua famosa *teoria sobre o método*, muito familiar a todos nós.

E' comum dizer-se que, dentre os múltiplos assuntos militares, a organização ocupa o ápice, visto abranger a summa de todos os outros conhecimentos que constituem a arte da guerra, também admitida como ciência, nos dias nebulosos de nossa era. Para abordá-la, a organização exige que se tenham conhecimentos, quicás bem aprofundados, do armamento, da tática, da logística, e de muitas outras coisas que possam interessar aos órgãos cuja fixação está em jogo.

Como o Exército brasileiro esteja passando atualmente por uma virtual fase de reorganização, afim de pô-lo em dia com os novos e múltiplos ensinamentos colhidos nesta 2.^a guerra mundial, parecemos, se não util, pelo menos oportuno, resigar alguns dados colhidos da organização da D. I. (tipo normal) do grande país aliado do Brasil, como subsídio para a organização de nossa futura D. I. (crioula).

Por mera questão de método, vamos tratar separadamente do *pessoal* e do *material*, fazendo, ao mesmo passo, algumas considerações em torno dos aspectos mais interessantes que o estudo for indicando. Dado não ser possível, num único artigo, abordar todas as minúcias que o assunto comporta, abusaremos da paciência do benévolo leitor em artigos que serão publicados em série, à proporção que A DEFESA NACIONAL os for acolhendo.

No artigo de hoje, faremos rápido resumo da organização em pessoal da D. I. americana, pondo em destaque o que pudermos salientar e apontando as semelhanças e diferenças que apresenta em

relação à D. I. brasileira territorial, pois a de ultramar é mui análoga à americana, sendo essa, por sua vez, uma adaptação da D. I. francesa.

* * *

A Divisão de Infantaria (1) do Exército estadunidense compõe-se, do ponto de vista pessoal, de três elementos essenciais a qualquer unidade e assás característicos: — de *comando* — da *tropa* — dos *serviços*.

E' supervisionada por um major general, posto esse que, entre nós, corresponde ao divisionário. Tem um efetivo global de 737 oficiais, 44 sub-oficiais (nossa *sub-tenente*) e 13.467 praças, inclusive pessoal do serviço de saúde (não pertencente organicamente ao Btl. de saúde) e do pessoal de serviço religioso, dos quais trataremos em ocasião oportuna.

Os órgãos de comando são grupados num Quartel General Divisionário (abreviatura D H Q em inglês), no qual está compreendido o Estado Maior propriamente dito, somando ao todo 38 oficiais, 8 sub-tenentes e 103 praças. O E. M. é dividido nas clássicas G1, G2, G3 e G4, órgãos ésses que, em nossa organização, se chamam 1.^a, 2.^a, 3.^a, e 4.^a seções. O comando do O. G. D. (abreviatura em português) é exercido por um tenente coronel, que dispõe de um capitão e sete praças para o auxiliarem em suas funções. O sub-chefe do estado maior é um tenente coronel, mas nos Estados Unidos recebe o nome especial de "ajudante geral".

A tropa abrange três escalões: *tropas especiais*, *tropas combatentes* e *órgãos de serviços*.

As primeiras comprehendem: companhia de comando; bandas de música (grupadas, na guerra, por D. I.); serviço de polícia militar; companhia leve de manutenção; companhia de intendência; companhia de transmissões; isso tudo perfaz um total de 38 oficiais, 7 sub-tenentes e 787 praças. As tropas combatentes e os serviços comprehendem a infantaria, artilharia divisionária, esquadrão de reconhecimento divisionário, batalhão de engenharia, batalhão de saúde, num total de 761 oficiais, 29 sub-tenentes e 12.577 praças. Quando os americanos do norte têm necessidade de empregar meios outros, que não fazem parte da organização normal de suas D. I., lançam mão do que se chama *fôrça de tarefa* (*task force*) e que lá se define da seguinte forma: "conjunto de unidades e de órgãos de serviços destinados à execução de determinadas operações, não tendo, por isso mesmo, organização pre-estabelecida; assim é que uma força de tarefa incumbida de determinada operação pode ser particularmente reforçada com unidades blindadas, enquanto que, nouros casos, podem predominar unidades de montanha (dorso), montadas (hipo), anfíbias, etc".

Como se vê, em organização não há rigidez. Há apenas soluções apropriadas para todos os casos particulares que se apresentam.

Seria interessante começar a análise de cada um dos elementos que constituem a D. I., mas, antes disso, seja-nos permitido focalizar um problema que à primeira vista não tem importância. É o da correspondência da hierarquia das praças num e outro exército. Os americanos do norte conseguiram padronizar o assunto e isso tem grande influência, pois, a terminologia é a mesma na D. I. normal, na D. L. (divisão leve), na Divisão Blindada, Divisão Aérea, unidades anti-tanques, anti-aéreas, anfíbias, etc., facilitando grandemente a organização dos quadros de efetivos, tabelas de dotações e tudo o que se relaciona à questão de pessoal e material. A graduação das praças no Exército Norte-Americano é a que se vê abaixo:

Terminologia em inglês

Master sergeant
First sergeant
Technical sergeant
Staff sergeant
Sergeant
Corporal
Technician, grade 3, 4, 5
Private, first class
Private

Tradução ao pé da letra

Sargento mestre ou sargento mór
1.º sargento
Sargento de técnica
Sargento de estado maior
Sargento
Cabo
Técnico, grau 3, 4 e 5
Soldado de 1.ª classe
Soldado

Se analisarmos rapidamente os termos e locuções acima, veremos que há diferenças bem acentuadas entre algumas dessas denominações e as adotadas entre nós:

a) *Sargento mestre* — É uma expressão que não se enquadra à nossa tecnologia hierárquica. Por aproximação podemos assimilá-lo ao *sargento-ajudante*, dos quais ainda temos alguns remanescentes na ativa, constituindo um resquício de tradição entre os dias de ontem e os de hoje. A função dos "brigadas" — desculpem-nos o termo usado antigamente — é agora exercida pelo 1.º *sargento ajudante*.

b) 1.º *sargento* — A nomenclatura em português e inglês é a mesma, mas as funções são diferentes. O nosso 1.º sargento é — em via de regra — o *sargentante da sub-unidade*, auxiliar que presta tão bons serviços ao capitão, quando compenetrado de suas funções.

c) *Sargento de técnica* — É uma designação que não se enquadra ao nosso meio. A palavra técnica, tem outro sentido em nossa linguagem militar. A nosso ver, sargento técnico equivale ao nosso "especialista, ou artifício", isto é, ao sargento que, além do curso de formação normal, feito no C. C. S., revela aptidão especial para determinadas funções, como sejam conhecimentos sobre motores, ele-

tricidade, profissões afins e outras. E' o especialista de projetores, de transmissões, etc., são os depanadores, os motoristas, os mecânicos, os pintores, os vulcanizadores, etc..

d) *Sargento de estado-maior* — Locução que não encontra nenhuma afinidade em nosso meio. Se não estamos enganados, corresponde ao sargento que, além do curso de formação, recebe instrução apropriada a determinadas funções, a saber: auxiliares dos órgãos de comando; datilógrafos, esteno-datilógrafos, estatísticos e arquivistas; contadores, contabilistas, etc.. Trata-se, salvo erro ou má comparação, do que entre nós se chama "Sargento empregado" em determinadas tarefas.

e) *Sargento e cabo* — São aqueles que têm o curso de formação, mas pertencem à fileira, isto é, à tropa propriamente dita. Não existe nesse caso, nenhuma diferença a apontar.

f) *Técnico (3.^º a 5.^º grau)* — Não podemos também utilizar essa designação, que, na América do Norte, corresponde a determinados especialistas ou artífices. Não usam divisas, mas distintivos correspondentes às suas aptidões, ganhando vencimentos superiores aos dos soldados e ficando, na ordem hierárquica, acima déstes.

g) *Soldado de 1.^ª classe* — Corresponde ao nosso antigo anspeçada. Quem começou a vida militar como soldado e passou pelo posto de anspeçada, depois de aprovado no 1.^º concurso de apontadores, conforme se processava entre nós outrora, lembra-se ainda, com saudades, d'este posto. Com que satisfação e alegria o anspeçada recém-promovido formava à direita de seus companheiros, como prêmio bem merecido a seus justos anseios...

h) *Soldado* — Corresponde ao soldado de fileira, isto é, do combatente propriamente dito. Herói anônimo, mas autêntico, que tem todas as virtudes, toda a grandeza do "troupier"... E às vezes, é tão mal compreendido por seus chefes...

Devemos modificar a graduação hierárquica de nossas praças? O bom senso responde logo: *não devemos modificá-la*.

Por que? Por isso que satisfaz plenamente as necessidades de nosso Exército. Tem raízes no passado e na evolução que se processa há quinhentos anos, desde que aqui aportaram as primeiras milícias reinois, trazidas por TOME' DE SOUZA, o felizardo primeiro governador geral destas generosas e encantadoras terras.

* * *

Então, como proceder?

Para esboçar a reorganização de nosso Exército, temos que partir de alicerces bem seguros. A comparação é sediça, mas convém repeti-la, pois, é essencialmente cristã: ninguém constrói edifícios na

areia, mas sobre a pedra extraída de nosso "gneiss", de pura forma-
ão granítica.

O trabalho se apresenta hercúleo. Mas a confiança em nossos chefes, em nossos órgãos técnicos e especializados, de que, em futuro não muito remoto, estaremos com todas as instruções e regulamentos refundidos, de modo a pô-los ao par da grande evolução que há de surgir no após guerra, enche-nos de novo alento e encontrar-nos-á com a plenitude de força que a solução do magno problema exige.

Não vamos fazer esforço dispersivo e individual. Congregando todos os elementos que já existem no nosso meio em profusão, sabendo aproveitá-los como for mais aconselhável — na tropa, nas escolas, nas diretorias, nos gabinetes, nos estados maiores, estamos em condições de elaborar trabalho definitivo e duradouro, depois de colhidos todos os dados e ensinamentos que esta segunda guerra nos há de proporcionar.

Mas, desde agora e com os devidos cuidados, já estamos em condições de preparar o terreno, visando a futura reorganização de nosso exército, nos moldes que todos almejam e dentro de nossas possibilidades reais de transportes, de combustíveis, de produção e de técnica, sem necessidade de copiar ao pé da letra o que nos vem do estrangeiro.

Que é preciso fazer, para não perder tempo? Muito pouco:

- agir sempre, mas agir com segurança, conforme nos ensinou FOCH;
- não complicar as coisas simples com soluções híbridas e estapafúrdias;
- ter paciência e esperar o término da guerra, pois, só assim, será possível tomar decisões sólidas e eficientes.

Como se vê, três coisas apenas são necessárias: *cooperação* — *segurança* — *esforço de consecução*. Nada mais.

Um vigoroso *shake-hands* e até breve.

Rio, em 23-XI-44.

Comissões - Representações - Conta Propria

Baerlein & Cia. Ltda.

Rua Senhor dos Passos, 2B - 1.^o

Tel. 43-1207

ACABA DE SAÍR

FORMULARIO para o processo de desertores e insubmissos

Ten.-Cel. NISO MONTEZUMA

3.^a Edição

ADAPTADO AO CÓDIGO PENAL MILITAR APROVADO PELO DECRETO-LEI N.^o 6.227, DE 24 DE JANEIRO DE 1944 E AUMENTADO COM UM APÊNDICE CONTENDO:

- 1). — A LEGISLAÇÃO SÔBRE O ESTADO DE GUERRA;
- 2). — OFICIAIS DA RESERVA: — instruções para conotação; disponibilidade; insubmissão; tempo de convocação; classificação; uniforme; transporte; ajuda de custo vencimentos; precedência; promoções; mudança de domicílio; permissão para contrair matrimônio; amparo do Estado à família, quando falecem em campanha, etc.;
- 3). — PRAÇAS CONVOCADAS: — alunos de escolas superiores; dispensa diária; que fizeram prova de seleção nos C. ou N. P. O. R.; apresentação; prazo para apresentação; donos ou sócios de casas comerciais; portadores de diplomas; possuidores de curso secundário; incorporação adiada; arrimo de família; operários empregados em obras militares; trabalhadores encaminhados para a extração e exploração de borracha no vale amazônico; operários da Fábrica Nacional de Motores; empregados em construção de aeroportos; pessoal admitido para obras; demissão de empregado convocado; obrigações dos empregados e dos empregadores; em caso de dissolução de firma; mudança de residência; vencimentos e vantagens, etc.;
- 4). — PARECERES E DECISÕES do D. A. S. P. e do MINISTÉRIO DO TRABALHO sobre a situação de funcionários públicos e de empregados, em geral, convocados para o serviço militar ativo;
- 5). — RESERVISTAS E ESTRANGEIROS, operários de Estabelecimentos Fábricas Militares e Civis produtores de materiais bélicos;
- 6). — ESTABELECIMENTOS FÁBRIS CIVIS considerados de interesse militar.
- 7). — A MULHER em face da legislação de guerra;
- 8). — ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR junto às Forças Expedicionárias;
- 9). — C. P. O. R. — Faltas e entradas — tarde de alunos — funcionários ou empregados; frequência; alunos de escolas superiores; execução de proas parciais.

E' UM LIVRO DE INTERÉSSE GERAL

PREÇO: CR\$ 15,00 — Pelo Correio: — Cr\$ 16,00

PEDIDOS: — A DEFESA NACIONAL (4.^a andar da ala dos fundos) Edifício do Ministério da Guerra. — Praça da República — Rio. Telefone: — 43-0563 — Caixa Postal 32 — Rio.

Sendo a edição limitada, convém que os interessados façam seus pedidos.

IV—Destruções, Cálculo das Cargas de Explosivos

CAPITÃO TASSO DE AQUINO,
Cavalaria.

E' inestimável o auxílio que as destruições de toda sorte prestam à determinação de operações militares.

Na ação retardadora e na manobra em retirada, por exemplo, elas são de um valor extraordinário.

A Cavalaria, que desempenha um papel saliente em qualquer dessas operações, tem assim nas destruições um dos mais poderosos meios para retardar o inimigo.

A reduzida dotação de explosivos limita, entretanto, o emprego das destruições pela Cavalaria e exige dos seus oficiais a preparação de um plano e um cuidadoso estudo do material a danificar, para que com a menor quantidade de explosivo, dentro do menor espaço de tempo de preparação, os resultados sejam os maiores.

Esse plano prévio é estabelecido baseado no estudo, no terreno ou na carta, das prováveis destruições a efetuar na zona de ação. Compreende:

- estudo da situação,
- decisão,
- quantidade de explosivo necessário,
- preparação e colocação das cargas.

E' claro que esses trabalhos iniciais terão muito pouco resultado se não possuirem os oficiais e praças de Cavalaria um conhecimento prático e seguro dos explosivos militares, condições e processos de emprego, regras de segurança na condução e estocagem dos mesmos.

Especial atenção deve, dessa maneira, ser devotada a esse ramo da instrução nas unidades de Cavalaria, uma vez que ela não pode ser improvisada.

O desconhecimento ou falta de prática de execução por parte daqueles encarregados de realizar destruições, resultará sérios acidentes, ou, pelo menos, insucesso certo no emprego.

A possibilidade de acidente quase desaparece, entretanto, quando observadas as simples e positivas regras de segurança que regulam o manejo dos explosivos militares.

A confiança que traz o conhecimento das propriedades e característica dos explosivos, e a prática no manejo dos mesmos produzirão os mais formidáveis resultados no seu emprego.

Um explosivo militar deve satisfazer as seguintes condições:

- a) relativa insensibilidade ao choque e ao atrito;
- b) grande poder de destruição;
- c) resistência à ação do tempo e às condições de clima;
- d) inalterável à ação da água;
- e) facilidade de acondicionamento;
- f) grande densidade;
- g) facilmente acionável.

O emprego militar dos explosivos é ditado pela maior ou menor rapidez com que êles passam do estado natural para o gazoso.

Os que mudam de estado de uma maneira relativamente demorada, têm as suas principais aplicações militares nas cargas de projeção dos projéteis, nos cordéis detonantes, nas demolições por pressão e nas aberturas de fossos, para dificultar ou impedir o movimento de tropas motorizadas e mecanizadas.

Os de transformação rápida são largamente empregados nas destruições por choque.

A eficiência no emprego dos explosivos é função, além das exigências de ordem técnica, da propriedade da carga empregada e da colocação da mesma no material a demolir ou danificar.

Trataremos aqui desses dois aspectos que estão intimamente ligados, isto é, cálculo da quantidade de explosivo necessário para demolir determinado material e colocação da carga.

CALCULO DAS CARGAS

As demolições podem ser atingidas por efeito de cargas de pressão e de choque.

Os explosivos de reduzida velocidade de transformação são mais eficazes nas destruições por choque.

Na Escola de Cavalaria dos Estados Unidos são ensinadas fórmulas simples de demolições por efeito de choque e de pressão.

Essas fórmulas são calculadas em pés e polegadas e os resultados representam o número de petardos de 1/2 libra (226 gr.) necessário para a demolição ou danificação de determinado material.

Apesar desse pequeno inconveniente, julgo que o conhecimento dessas fórmulas, será, de alguma maneira, útil aos camaradas de Cavalaria, por isso é muito simples, no caso, a transformação das unidades do nosso sistema nas do sistema inglês, (2,5 cent. correspondem a 1 polegada e 30 cts. a 1 pé). O número de petardos necessário em cada caso será também muito facilmente adaptado. Para isso levar-se-á em conta apenas o peso dos nossos petardos, uma vez que

o poder de destruição dos explosivos que utilizamos é praticamente o mesmo dos utilizados no Exército americano.

O explosivo mais empregado pela Cavalaria nos Estados Unidos é o TNT (trinitrotolueno).

DESTRUÇÃO POR CHOQUE — FÓRMULAS

a) — Demolição de árvores e suportes de madeira:

$$N = \frac{D^2}{20}, \text{ se a carga é colocada externamente.}$$

Nesta fórmula N representa o número de petardos de 226 gr. necessário para a demolição e D o diâmetro do tronco da árvore na parte em que vai ser colocada a carga, ou a menor dimensão do suporte. É expresso em polegadas.

A carga deve ser colocada em direto contâcto com a superfície da árvore ou suporte.

O resultado será tanto maior quanto mais compacta for a carga disposta.

O lado em que foi disposta a carga indica o da queda, a menos que, no caso da árvore, ela seja fortemente inclinada noutra direção ou a força do vento na ocasião seja tal que influa na direção da queda.

Para as cargas internas, a fórmula é:

$$N = \frac{D^2}{125}, \text{ em que } D \text{ e } N \text{ têm as mesmas significações da fórmula anterior.}$$

Nas cargas internas o explosivo deve ser partido em pequenos pedaços e colocados em buracos feitos no tronco da árvore ou no suporte. Um espaço de 2,5 a 5 centímetros deve ser deixado livre de explosivo, para que este seja coberto com areia, terra, ou material equivalente.

Quando um buraco não é bastante para conter toda a carga de explosivo, fazem-se 2 ou mais, o mais próximo possível e por cima um do outro.

As cargas serão preparadas para explodirem ao mesmo tempo.

A operação de partir o explosivo não apresenta nenhum perigo, por isso que os explosivos militares são insensíveis ao choque.

B) — Arrebentamento de barras, e vigas de aço, trilhos de estrada de ferro, etc.

$$N = \frac{3}{4} A, \text{ em que } N \text{ é o número de petardos de 226 gr. necessário para o arrebentamento e } A \text{ a área da seção transversal em polegadas quadradas da peça de aço.}$$

No caso da barra de aço ele é igual ao produto da largura pela espessura da barra em polegadas.

Nos demais casos é igual à soma das áreas das diferentes seções transversais em polegadas quadradas.

A viga de aço, por exemplo, é formada de 3 chapas. Nesse caso o valor de A é igual à soma das áreas das seções transversais em polegadas quadradas das 3 chapas.

Para rebentar barras de aço reforçadas ou estruturas de aço cuja forma não permite perfeito contato entre o explosivo e a superfície do material empregar-se-á a fórmula:

$$N = 2 A.$$

Em qualquer caso a carga de explosivo deve ser disposta em direto contato com a superfície do material, de um mesmo lado da desejada linha de rutura, no sentido de largura.

C) — Demolição de estruturas de concreto, pedra, alvenaria, etc.
 $N = R^3 K C$, para cargas de 100 petardos ou maiores.

$N = R^3 K C + 10\%$ do produto $R^3 K C$ para cargas menores de 100 petardos.

Nestas fórmulas N representa o número de petardos de 226 gr. necessário para a demolição; R a largura em pés da estrutura, a partir da superfície em contato com a carga de explosivo; K , um fator função de R e da qualidade do material; C , um fator função da colocação da carga.

Os valores R , K , C , poderão, como se vê, variar muito. Reduzi aqui, esses valores a um pequeno número, levando em conta que na Cavalaria não possuímos material para, por exemplo, abrir buracos em estruturas de concreto, e não temos, em geral, bastante tempo para essas operações.

A necessidade de economizar explosivo é, dessa maneira, sacrificada pela falta de meios adequados, e pelo fator tempo.

VALOR DE C:

1) — Para carga colocada na base da estrutura, sobre o alicerce, abaixo do solo (coberta).

$$C = 2$$

2) — Carga disposta na base, sobre o sólo:

$$C = 2,5 \text{ (coberta)}$$

$$C = 3,5 \text{ (descoberta)}$$

3) — Carga colocada acima do sólo a uma distância qualquer,
Nesse caso a carga é descoberta:

$$C = 4,5$$

Como nos casos anteriores a carga deve ser disposta sempre em direto contato com a superfície da estrutura, o mais compacta possível e de um mesmo lado.

Para ser considerada coberta é necessário que a espessura da cobertura da carga de explosivo, geralmente terra ou areia, seja pelo menos igual à largura do material que se quer demolir.

VALOR DE K:

O valor de K para os diversos materiais e diferentes valores de R encontra-se na tabela abaixo:

MATERIAL	R	K
Terra	Qualquer valor	0,10
Construção de terra, má alvenaria		0,45
Concreto comum, pedra, boa alvenaria	<ul style="list-style-type: none"> — de 3 pés (90 cm) 3 a 5 pés (90 cm a 1m,50) 5 a 7 pés (1,50 a 2,10 mts.) + de 7 pés 	<ul style="list-style-type: none"> 0,70 0,55 0,50 0,45
Concreto especial, muito boa alvenaria	<ul style="list-style-type: none"> — de 3 pés 3 a 5 pés 5 a 7 pés + de 7 pés 	<ul style="list-style-type: none"> 0,90 0,75 0,65 0,55
Concreto reforçado	<ul style="list-style-type: none"> — de 3 pés 3 a 5 pés 5 a 7 pés + de 7 pés 	<ul style="list-style-type: none"> 1,40 1,10 1,00 0,85

DEMOLIÇÃO DE PONTES:

Uma ponte será completamente destruída se forem cortadas todas as suas longarinas, demolidos todos os seus pilares ou suportes e os seus dois encontros principais.

Essa demolição completa, entretanto, não é necessária, nem se justifica geralmente, por isso que ela consumirá uma quantidade excessiva de explosivo e exigirá considerável tempo para sua preparação.

Levando-se sempre em conta a economia de explosivo, o grau de danificação que se deve imprimir a uma ponte é função do tempo que se deseja retardar o inimigo e do que se dispõe para preparação e execução.

Uma observação cuidadosa da ponte a destruir indicará quais das partes citadas acima deverão receber as cargas, para que se tenha o efeito desejado.

A demolição dos dois encontros principais da ponte é o mais efetivo meio de torná-la inservível por um longo espaço de tempo. Essa demolição não só afeta as longarinas, como o terreno adjacente; será muito difícil reparar a ponte, ou mesmo, construir uma outra no mesmo lugar.

A demolição dos pilares ou suportes centrais, provoca também a destruição da ponte. A reparação é também muito demorada. Ela implica na construção de novos pilares ou suportes e reparações das longarinas.

As demolições pela ação dos explosivos nas partes da ponte que acabamos de tratar, se bem que retardem o inimigo por um prolongado tempo, requerem considerável tempo para preparação e uma quantidade grande de explosivo, se a ponte é de concreto, alvenaria ou aço.

O mais rápido meio de danificar uma ponte é cortar uma ou mais de suas longarinas.

A danificação de pontes por esse meio não retardará o inimigo por muito tempo, por isso que o dano causado é facilmente reparável.

Em qualquer caso, a missão, a quantidade de explosivo disponível e o espaço de tempo que se deseja retardar o inimigo, são que apontam qual das partes da ponte devem receber a carga de explosivo.

A quantidade de explosivo necessária em consequência poderá ser calculada pelas fórmulas dadas atrás quando o explosivo utilizado for de grande velocidade de transformação, como é o caso da melinite.

Se o explosivo utilizado é de reduzida velocidade de transformação, como a dinamite gelatinosa, o nitrato de amônia, etc., empregar-se-á a fórmula das cargas de pressão:

$N = 6A^2L$, em que A é a altura da viga e L a largura, ambas expressas em pés; N o número de petardos ou a quantidade de explosivo necessária quando se multiplica o número achado por 226 gramas. Esta fórmula é empregada apenas para destruição de pontes de concreto.

A demolição é causada pela tremenda pressão exercida sobre as longarinas no momento da explosão.

Os explosivos de reduzida velocidade de transformação, são os indicados para destruições de ponte de concreto por pressão; os de grande velocidade de transformação, entretanto, dão resultados satisfatórios.

Para o cálculo das cargas por essa fórmula devem ser tomados os valores de E e L no mínimo de 30 cm (1 pé).

As cargas de explosivo deverão ser dispostas sobre cada longarina, diretamente sobre o piso da ponte, mais ou menos na metade do lance. Para aumentar a pressão, elas deverão ser cobertas, se possível com sacos de areia, e preparadas para explodirem ao mesmo tempo.

A cobertura de cada carga deve ser no mínimo de 25 centímetros, nas partes superior e laterais.

Washington, maio de 1944.

BANCO NACIONAL DE DESCONTOS

Contas Correntes Populares

Juros de 5 % ao ano

Paga e recebe até às 7 horas da noite

Pague com chéque.

—Quem paga com chéque paga certo.

50 — RUA DA ALFANDEGA — 50

Escolas de Instrução de Combate

Da revista "The Military Engineer" de agosto de 1944.

De acordo com uma informação recebida pelo WAR DEPARTMENT, proveniente da área do Mediterrâneo, as tropas norteamericanas que lutam na Itália, passam à maior parte do tempo entre as operações de combate e as escolas de instrução. Algumas dessas escolas estão localizadas imediatamente atrás do front, a pouca distância dos campos de batalha. Outras, estão situadas mais a retaguarda, na zona de comunicações. Umas destinam-se a veteranos que esperam pelo inicio do segundo "round". Outras, a soldados que se preparam para entrar em combate pela primeira vez.

Existem escolas de todas espécies — infantaria, engenharia, anfíbias, blindadas, de informações, limpeza de minas — porém, quaisquer que sejam suas especialidades ou o local em que estejam situadas em relação à frente, todas elas, indistintamente, podem ser chamadas "ESCOLAS PARA O SALVAMENTO DE VIDAS".

Nos diferentes cursos dados, os instrutores não dispensam os regulamentos, e sim, acrescentam novos capítulos aos existentes. Novos truques, armadilhas, melhores métodos, táticas aperfeiçoadas, enfim, qualquer ensinamento colhido pela experiência amarga do combate, poderá constituir tema para novas classes, e contribuir desse modo para que muitos atiradores nazistas possam comparecer às provas de exame. Ninguém negligencia nesses aprendizados. Uma de tais escolas, especializada em tática de infantaria, destina-se principalmente aos homens que se preparam para entrar em combate pela primeira vez. Os estudantes recebem dos EE.UU. toda instrução que os campos de treinamento lhes pode proporcionar; porém, o Exército considera que nunca eles estarão completamente treinados. Desse modo tais escolas poderão dar ao homem um conhecimento mais atual de acontecimentos recentes desenvolvidos nos campos de batalha.

Estas escolas de comando e treinamento de combate fundamentam-se na bem pensada teoria de que os ruidos — os sons próprios da batalha — são talvez, a mais terrível sensação experimentada pelo soldado que até então não teve oportunidade de entrar em combate. Acostumá-los com antecedência a êsses sons, é o objetivo principal dessas escolas.

Uma das matérias ensinadas consiste na identificação e localização das armas inimigas pelo silvo durante a trajetória de seus projéteis e pelos ruidos feitos ao saírem da arma.

A velocidade do projétil é maior que a do som; em consequência, o ruído do mesmo por sobre nossas cabeças é escutado antes do som produzido por ocasião de seu disparo. Com a prática, e sómente com ela, o soldado pode dizer qual o tipo da arma, sua direção, distância e localização aproximada, assim como informações semelhantes que o auxiliem a defender-se e eliminar a arma inimiga.

Nesses exercícios, entre outras armas de maior calibre, são empregadas as metralhadoras calibre 30 refrigeradas a água e a ar, fuzis automáticos Browning, pistolas metralhadoras, fuzis, metralhadoras c. 50, canhões AC c. 37 mm e morteiros de 60 e 81 mm.

As fases do combate sobre as quais são dispensadas maiores atenções são: progressão sob o fogo da nossa artilharia, iniciação em combates noturnos, progressão sob o fogo inimigo, infiltração dum GC durante a noite, patrulhas diurnas, patrulhas noturnas de reconhecimento, ataque de uma companhia em terreno montanhoso, emboscadas noturnas, uma companhia na defensiva, um GC no ataque, um pelotão no ataque, fogos de assalto, informações noturnas, cobertas e abrigos, rastreamento, observação, avaliação do terreno, aproximação furtiva individual, marchas noturnas guiadas pela bussola, disciplina de marcha, organização do Exército alemão e seu armamento.

Todas estas matérias são ensinadas com auxílio de munição real e também com TNT para simular bombas e booby-traps. Tanto quanto possível são empregadas armas, granadas e uniformes alemães afim de instruir os homens quanto ao que os espera no combate.

Do Vocabulário Ortográfico e outras coisas mais

Ten. Cel Newton Franklin do Nascimento

A língua materna possue muitos defensores — escorreitos e eméritos puristas — que não se cansam de elevá-la aos pináculos da glória e cujas obras, cheias de sonoridade, refletem o ritmo que se desprende de todos os fonemas do mavioso idioma. Aos paladinos que lutaram ou ainda se debatem pela pureza da linguagem, a refrega tem sido rude, cruenta e, por vezes, desvantajosa. A êsses batalhadores — não a mim, mero curioso dos segredos e manejos do vernáculo — ficaria melhor dissertarem sobre o tema que vou enfrentar.

Confesso que não fui lapidado para abordar assuntos de tamanha relevância, os quais exigem conhecimentos que não posso. Convicto, porém, dos benefícios trazidos pelo *Pequeno Vocabulário Ortográfico Brasileiro da Língua Portuguesa*, ousei entrar na arena, para testemunhar de público meu reconhecimento aos criadores dessa obra monumental, maugrado as imperfeições que caracterizam todas as obras humanas.

Mas isso não vem ao caso. Que importa ao idioma que seus defensores sejam perfeitos ou defeituosos, pobres ou opulentos, felizes ou desgraçados, sadios ou enfermos? Ele sabe que essas criaturas foram feitas para pesquisar e produzir e que até o último momento hão de produzir e pesquisar. Não está nas forças de quem escreve lutar contra suas tendências. Mesmo nas horas de desalento ou revolta, instintivamente, sem o sentir nem saber como o faz, o trabalhador intelectual encaixinha-se para a luta de todos os dias. Penso que assim aconteceu a MILTON, o grande pensador inglês que, depois de cego, ainda teve energias para deixar-nos o PARAISO PERDIDO.

DO, uma das obras primas do pensamento humano. Assim também sucedeu a CAMÕES quando, vítima de um naufrágio, encontrou alento para salvar os originais de seu imortal poema — OS LUSIADAS.

Essas fôrças espirituais, que governam o homem, não permitem afastá-lo do seu caminho, sem embargo das vicissitudes que se lhe deparam. Guiados por essa luz que ilumina os cérebros verdadeiramente privilegiados, nossos homens de governo e os responsáveis pelo idioma pátrio se embrenharam com afinco na tarefa de elaboração do vocabulário, cuja lacuna de muito se fazia sentir.

A fundamentação da grafia simplificada foi de sobejo tratada pelo abalisado filólogo DALTRÔ SANTOS, na obra que constitue o volume XLIV de nossa benemérita BIBLIOTECA MILITAR. Conforme afirmação do mestre, foram os aparelhos da erudição seiscentista que sobrecregaram a escrita portuguesa com símbolos de empréstimo, que nenhum valor fonético viriam ter em nossa língua e, pois, representavam já de si uma excrescência, não somente *inútil* senão principalmente *nociva*, pelos muitos erros de grafia que viriam ocasionar entre os ignorantes das fontes etimológicas. Continuar a conservá-los na sua extravagante inutilidade, pontifica mais adiante o ilustre professor, seria o mesmo que escrever *aestimar*, *saeculo*, *faecula*, *graego* e outras palavras mais, com êsses ditongos latinos que se reduziram ao nosso *e*.

Muitas pessoas se insurgem contra os sinais diacríticos. Mas a riqueza de acentos, que pode parecer dificuldade à aquisição das palavras, muito certa se torra com êles a prosódia. Incalculáveis são, portanto, os benefícios trazidos pelo vocabulário compilado por nossa Academia de Letras, vindo atenuar a confusão reinante sobre tal assunto.

Não obstante, seria mais consentâneo e correto chamá-lo simplesmente de VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO BRASILEIRO, ao em vez do nome que lhe foi dado, não só para imprimir-lhe melhor cunho de nacionalidade, mas também devido ao grande número de termos nêle contidos e apenas de uso corrente no BRASIL.

Em boa hora, a douta comissão que o elaborou houve por bem conservar a letra *h* na grafia do grande Estad o que serviu de berço a RUI BARBOSA. Simbolo nacional, de onde raiaram os primórdios de nossa civilização; élo inconfundivel entre o norte e o sul do País, a BAHIA bem merece que se lhe conservem as letras primitivas com que estão gravados seus feitos nas páginas de nossa história.

Muitas outras medidas, bastante acertadas, adotaram os autores do monumental trabalho. Não as citaremos, pois se acham suficientemente explanadas nas instruções para organização do volume que não tem nada de pequeno. Para não faltar á verdade, é grosso e de bastante peso...

E' mui sabido que não existe regra ortográfica que ensine a redação a quem quer que seja. O escrever é um dom que se traz do berço e obedece a certos fatores, todos mui importantes: fórmula elegante, sobriedade, ritmo, concordância e clareza. Que somos nós, senão o conjunto de órgãos que funcionam correntemente, com harmonia e concordância? Não sobrevem a morte, quando um dêles deixa de sincronizar com outros? Assim também acontece à linguagem escrita, que é a fórmula mais segura para traduzir os sentimentos humanos.

Um elemento imprescindível a quem escreve, especialmente aos militares, é a concisão. Ser conciso é tarefa custosa. Por isso mesmo, exige esforço enorme. Sem prejudicar a elegância, o sentido da frase, não é facil exprimir, com poucas palavras, uma idéia qualquer, por mais simples que pareça. A concisão também vem, as mais das vezes, do berço, é inata à criatura, mas pode ser adquirida, através de esmerada educação e alguma perseverança.

Do mesmo modo que é obrigado a cingir-se ao cumprimento exato das leis e regulamentos militares, sem veleidade de transformar-se em literato, pois isso não se coaduna com a profissão, tem o militar o dever restrito de cultivar com esmero a boa linguagem, falada ou escrita.

O idioma nacional constitue um patrimônio recebido dos antepassados, através de evolução lenta, mas assás perceptível. Mutilar êsse idioma adorável e não devotar-lhe o amor e carinho

que tanto merece, corresponde a trair a Pátria, descurando de sua grandeza, coesão e integridade. Por certo, para evitar a desagregação ortográfica que se fazia sentir ostensivamente, o governo decretou as medidas que deram origem ao prestadio vocabulário atualmente em uso, inspirando-nos essas ligeiras considerações.

Para concluir, ao menos uma noção desejo tornar bem frisada. A grafia obedece a regras e convenções, cuja evolução se processa gradualmente. Nenhuma importância tem, à primeira vista, grafar-se *quasi*, *quási*, ou *quase*, pois o adverbio continua a ser sempre o mesmo e não perde seu valor gramatical. Mas, se atentarmos bem ao fenômeno evolutivo da língua, veremos que a última fórmula já é resultante de estudos mais acurados e a ela nos devemos cingir, tanto mais que em matéria de linguagem, como em tudo na vida, devemos ser disciplinados, coerentes, agindo sempre com igualdade de procedimento.

CASPA - QUÉDA DOS CABELOS - CALVICIE
JUVENTUDE ALEXANDRE
ELIMINA A CASPA EVITA A CALVICIE

Fábrica de Meias "S. PAULO"
P. VISETTI & CIA.

Rua Marquez de Itú, 71-79

TELEFONE: 4-6324

Telegrama "Visetti"

SÃO PAULO

«GUERRA TOTAL EM TERMOS RUSSOS»

Tradução do "The Red Army" pelo Major
ADALARDO FIALHO

A espantosa resistência dos exércitos russos diante da máquina de guerra de Hitler e, posteriormente, as suas gigantescas contra-ofensivas maravilharam o mundo. E esse sentimento de admiração foi tanto maior quanto nada, ou quase nada se sabia, até então, a respeito da preparação militar russa para a guerra.

Os soviéticos foram sempre fechados à revelação de segredos militares e a desastrosa guerra com a Finlândia havia contribuído para criar no espírito universal a crença de que a ameaça vermelha não passava de um "bluff".

As linhas abaixo, traduzidas do capítulo "Instruindo a População", do livro "The Red Army", dos escritores russos Michel Berchin e Eliahu Ben Horin, contribuirão bastante para levantar o véu do mistério.

A opinião universal estava redondamente enganada a respeito da Rússia.

Muito ao contrário do que se supunha, a República Socialista Soviética tinha não só elevado ao máximo grau de eficiência o seu Exército, como havia também empenhado a sua população civil 100% na preparação militar do país para a guerra.

E' inutil tentar adiantar qualquer cousa sobre essa preparação.

As linhas que se seguem falarão por si mesmo.

— V —

A preparação militar passou a constituir uma ocupação diária dos trabalhadores, camponeses, estudantes e funcionários públicos da Rússia.

A organização "Osoavialkhim" foi chamada a desempenhar um papel dirigente na militarização da população civil, porém não me-

nos contribuiu para isso a própria estrutura centralizante e interdependente do Estado Socialista.

Em 1927 uma organização chamada "Oso" (para auxiliar a defesa) reuniu-se à "Aviakhim" (para auxiliar a aviação e a química), passando a constituir as duas a "Osoaviakhim".

A nova organização, surgida daquela fusão, cresceu rapidamente.

Em 1º de outubro de 1927 tinha 2.950.000 membros, porém, dois anos mais tarde, seu quadro social já compreendia 5.100.000 membros, dos quais, somente 306.000 eram militares.

Os restantes eram civis, entrados voluntariamente para a organização para se instruirem militarmente.

Daquele total, mais de um milhão eram mulheres.

Em 1929 a "Osoaviakhim" tinha:

- 27.070 grupos organizados para o estudo da ciência militar;
- 15.000 para o estudo do lançamento de granadas;
- 4.080 linhas de tiro;
- 8 escolas circulantes para estudo da arte do tiro;
- 1 escola de tiro;
- 1 estação central experimental de tiro;
- 200 círculos militar-navais;
- 150 grupos de estudo militar-naval;
- 2 estações militar-navais;
- 6 Quartéis-Generais militar-navais;
- 240 grupos de estudo de cavalaria;
- 2 escolas de equitação;
- 1.035 círculos especiais de mulheres para estudo de comunicações e serviço de administração;
- mais de 670 outros grupos de estudo para mulheres;
- 2.000 grupos para estudo da defesa anti-aérea e química;
- 760 grupos para estudo da Aviação e da Química;
- 175 escolas para comandantes de "Aviakhim commands";
- 4 Clubes de aviação;
- 350 círculos para o estudo da aviação;
- 1.050 círculos de aviação de esporte;
- 6 escolas de aviação civil;
- 9 cursos para motoristas;
- 2 cursos para meteorologistas;
- 12 outros cursos de aviação;
- 5 estações de planadores;
- muitas outras organizações.

A "Osoaviakhim" adjudicava insignias especiais aos seus membros formados, compreendendo as letras G. T. O. (iniciais russas de "Preparado para o Trabalho e Defesa").

Nas vésperas da guerra, o quadro social, da "Osoaviakhim" tinha alcançado o incrível total de 12 milhões de membros, metade do qual era detentora das insignias G.T.O.

Todos os ministérios, fábricas e escritórios tinham os seus quadros dirigentes e os seus trabalhadores organizados numa célula da "Osoaviakhim".

Enquanto se pode manter dúvidas sobre a universalidade e profundidade dos conhecimentos difundidos pelo sistema educacional soviético, em geral, e por organizações voluntárias como a "Osoaviakhim", em particular, permanece fóra de dúvida, contudo, que conhecimentos gerais de assuntos de defesa e certos conhecimentos especializados foram espalhados entre largas seções da população russa.

Pode ser expressivo que, em 1937, numa competição internacional de tiro de pequenos calibres, levada a efeito em Londres, a Rússia Soviética tirou o 1.º lugar entre 212 equipes representando 28 países; e que em 1938 a Rússia ganhou todos os primeiros lugares.

Quando lemos sobre a participação magnífica de todas as seções da população russa na defesa de Moscou, Leningrado, Odessa, Kharkov e Sebastopol, devemos saber que aquela participação é o resultado não só do patriotismo e dos altos ideais do povo russo, mas também de conhecimentos especializados largamente disseminados entre a população pela "Osoaviakhim" e pelo sistema educacional soviético.

Foi assim que, quando a juventude de Leningrado e de Moscou foi convocada para o Exército, verificou-se que, graças à instrução previamente recebida por ela, na "Osoaviakhim", 60% dos convocados podiam passar diretamente dos estágios de recruta para a categoria dos "Atiradores de precisão Voroshilov".

Quando a Alemanha lançou o seu ataque, a população não perdeu a cabeça.

O escritor soviético A. Afinogenov, em artigo na imprensa soviética, assim descreve o ataque alemão à cidade "V":

"Os residentes abrigaram-se enquanto os bombardeiros nazistas circulavam em cima.

Poderosas bombas puseram abaixo a Biblioteca, uma escola e o hospital da cidade.

Porem, cinco minutos depois do explodir da primeira bomba, o povo saia dos abrigos, disposto a limitar os estragos.

Desprezando o perigo, todos labutavam para extinguir o fogo iniciado pelas bombas incendiárias.

Um vento vivo alimentou as chamas e parecia que todas as casas de madeira da "V" estavam condenadas à destruição.

Meninos e velhos corriam para extinguir as chamas.

Toalhas molhadas ao redor das faces, uns e outros agarrawam bombas em ignição pelas ventoinhas e as atiravam dos telhados.

No solo, elas eram padejadas para buracos feitos na areia, para o meio das estradas ou para dentro do rio.

Uma guarda local foi formada em "V", integrada por todos aqueles capazes de pegarem em armas.

O armamento mais eficaz era a garrafa cheia com gasolina.

Uma partida de tanques de reconhecimento alemã sofreu os efeitos de uma chuva de garrafas inflamantes.

Motociclistas nazistas eram derrubados de seus selins".

Foi a "*Osoaviakhim*" a responsável por esses sucessos.

Uma parte notável na preparação militar russa foi desempenhada pelas mulheres. Mais de meio milhão de jovens russas passou por tests atléticos que as capacitaram a usar as insignias G.T.O.. Mais de 100.000 usam a insignia Voroshilov para a arte do tiro.

As esportistas soviéticas mantêm diversos "records" mundiais, particularmente em salto de paraquedas e vôos.

Em 1929 a "*Osoaviakhim*" tinha 1.100.000 mulheres membros, das quais 200.000 participavam de trabalhos práticos da organização. Elas constituiam 14% do quadro social dos círculos para estudo da ciência militar; 18% nos círculos para tiro de carabina; 19% nos de aviação e defesa química e 18% nos de cavalaria.

Foram também admitidas nas escolas de instrução dos oficiais do Exército. O "*Voenny Vestnik*" (Mensageiro Militar), número de 29 de agosto de 1929, expõe que, de 116 alunos das escolas militares do distrito de Tula, 9 eram mulheres e, em Kursk, 14, entre 120.

Até 1930 a frequência de mulheres em escolas militares era incidental, porém, a partir de 1930, tomou uma feição oficial. Assim, elas foram admitidas nas escolas de sinaleiros, em Kiev e Lenigrado, nas de armamento, de Tula, nas de serviços especiais, em

Moscou e nas de artilharia, topografia e comunicações militares, em Leningrado.

Ainda que não se lhes outorgando postos de comando, permitiu-se-lhes, contudo, frequentar os mesmos cursos, submeter-se à mesma disciplina e usar o mesmo uniforme dos homens.

A participação das mulheres, todavia, é maior, naturalmente, em papéis não combatentes. Por volta de 1939, havia meio milhão de mulheres trabalhando nas vias-férreas, muitas das quais em postos de responsabilidade. Assim, 400 eram chefes de estação, 1.400 assistentes de chefes e cerca de 10.000 trabalhavam como técnicos.

Na profissão médica, cerca de 60% dos doutores e cirurgiões russos são mulheres.

Na engenharia, a proporção é de 30%.

Dos 601.000 estudantes de universidade e colégios, em 1941, 43% eram mulheres. Elas estão ativas em todos os ramos da indústria e há 19.000.000 de mulheres trabalhando nos campos das fazendas coletivas e do Estado. No começo de 1942 havia 160.000 mulheres motoristas de tratores. A "Osoaviakhim", foi, nominalmente, uma organização de voluntários, porém pode-se duvidar desse caráter de voluntariedade num país como a Rússia.

O mesmo se pode supor quanto à parte desempenhada pelas "Trade Union" soviéticas na militarização da população. Pertencer ou não pertencer a uma "Trade Union" na Rússia Soviética, é o mesmo que merecer viver ou extenuar-se.

Desnecessário é dizer que o partido comunista tem tido um controle absoluto sobre as "Trade Union", fornecendo acima de 90% dos membros de todos os diretorios. Por consequência, se o Presidente do executivo central das "Trade Union" faz um apelo para que "o largo desenvolvimento do esporte do tiro, dos círculos militares e da propaganda em massa dos conhecimentos militares entre os trabalhadores e empregados constitua a mais avançada tarefa das "Trade Union", esse apelo é uma ordem.

Mesmo as "colonias" soviéticas no estrangeiro, entre as quais as embaixadas, as missões técnicas e de comércio, têm os seus círculos locais de instrução militar para homens e mulheres. A ação compulsória de um regime ditatorial pode lá não ser muito bem recebida pelos cidadãos de uma verdadeira democracia, porém isso não muda a verdade de que, assim procedendo, os governantes da Rússia Soviética preparam a sua Nação para a guerra e lhe permitiram sobreviver nos terríveis dias de 1942.

O homem de Estado e o Comandante-chefe

General VON SEECKT. — *Pensées d'un Soldat.*
— Paris. 1932.

Tradução — Cel R. B. NUNES

Cronwell, Frederico, Napoleão... quando o destino reune numa única pessoa o homem de Estado e o General-chefe, é inútil examinar a posição de um em relação ao outro. Como esta união feliz existiu e existirá raramente, como as relações dessas duas forças, na hora em que o destino de um povo está em jogo, foram e serão ainda da mais alta importância, vale a pena fazer uma idéia clara dessas duas esferas de ação que se interpenetram.

Esclareçamos, de início, as duas noções. Por homem de Estado entendemos, nas reflexões que se seguem, o chefe político de um Estado; pouco importa que seja um monarca absoluto ou constitucional; um ditador, um presidente ou um governo mais ou menos anônimo. A cousa essencial é que todos os fios da vida do Estado terminem neste posto e partam dele, e que quem nêle se encontre disponha de todos os "departamentos" para atingir seus fins, para sua política: das finanças, dos negócios estrangeiros e da força armada.

Quando falo do General-chefe, vejo nêle o organizador competente, o ordenador e senhor do exército em tempo de paz. O homem de Estado perguntará a si mesmo o que quer e o que pode. A resposta à primeira pergunta é do domínio puramente político e lhe compete, exclusivamente. Para responder à segunda, deverá levar em conta, em seus cálculos, considerações militares e considerações políticas. A criação e a manutenção da força armada não é questão que dependa sólamente de apreciações e de decisões militares. Ninguém fez mais pelo desenvolvimento do exército prussiano do que o homem de Estado Bismarck, porque tinha necessidade desse exército para realizar seus designios políticos. Sua colaboração com Roon pode qualificar-se de exemplar. Em suas grandes linhas, as questões, de organização militar são de natureza política; por exemplo, a escolha entre o sistema do serviço obrigatório e o do exército profissional. A duração do serviço no primeiro sistema é, quase sempre, resultado de um ajuste entre exigências políticas e exigências militares. A questão financeira intervém igualmente de maneira decisiva nessas questões. De igual

maneira, o departamento dos Negócios Estrangeiros pode ver, nos armamentos do país, um meio de favorecer os interesses que ele visa ou, ao contrário, de prejudicá-los. A corrida aos armamentos e sua limitação, constituem ambas questões políticas, a despeito de seu aspecto militar. Não se pode querer mal ao soldado quando reclama enérgicamente em prol dos interesses que representa, e pelos quais é responsável. Mantê-los no quadro da política geral, é tarefa do homem de Estado. Se a frota alemã, antes da guerra, foi uma das razões da atitude da Inglaterra, a responsabilidade não recai sóbre o departamento da Marinha, mas sóbre o poder político. Não se pode exigir de nenhum soldado que seja partidário entusiasta do desarmamento. Mas ele se acomodará e adaptará quando a política ordenar, quando o homem de Estado o forçar a tanto. As dissensões entre o ministério dos Negócios Estrangeiros e os representantes do exército, são frequentes, e não sómente na Alemanha. Compete ao homem de Estado saná-las. Pela própria natureza de sua tarefa, os dois departamentos são obrigados a manter uma colaboração íntima, permanente e confiante. Enquanto a paz perpétua não fôr garantida, a política exterior deverá considerar as fôrças militares do país e as dos outros.

A autoridade de um país no mundo depende ainda muito de sua potência militar. A política de um país, por muito que aspire os fins mais pacíficos, precisa entretanto admitir que quem a dirige possa recorrer, em última instância, a um forte exército para executar seus planos. Da força deste depende também o ponto até onde pode levar suas pretensões e o que deve admitir da parte dos outros países. O homem de Estado propõe ao General-chefe a questão : "Que podes? que podem os outros?"

Graças a esta troca de idéias, o homem de Estado sabe que valor deve atribuir, em seu jôgo, ao peão militar, e o General-chefe vê em que sentido deve trabalhar para completar seus armamentos. O dever particular do General-chefe é garantir a segurança de seu país contra os ataques inimigos. Deve colaborar com os diversos departamentos da vida civil : as finanças, os transportes, a indústria, o comércio, a agricultura, sem contar os negócios estrangeiros. Cabe ao homem de Estado organizar esta cooperação.

O problema da segurança de um país é, antes de tudo, um problema político. O dever primordial da política exterior é não deixar que as ameaças se realizem, contrapor-se a isto mediante providências adequadas, e garantir-se com aliados no caso em que o país venha a ser verdadeiramente atacado. Se a guerra se deflagrar, a diplomacia deve ter feito todo o possível para que ela possa ser conduzida segundo as condições mais favoráveis. Mercê da diplomacia, o General-chefe saberá que fronteiras deve considerar como mais ameaçadas, onde

poderá encontrar vizinhos hostis ou vizinhos firmes, e que apoio pode esperar com segurança, em caso de guerra. Estará prevenido se novas ameaçadoras se amentoarem nos horizontes políticos, e dai poderá deduzir se convém acelerar e reforçar as medidas de segurança. E' da alcada do General-chefe estabelecer planos para uma guerra eventual, mas necessita para isto, das instruções do homem de Estado. Decidirá quanto a sua ação se souber se é possível, do ponto de vista político, ou desejável, prevenir-se contra um ataque ameaçador, atacando ele próprio, ou se o conjunto da situação exige uma atitude puramente defensiva. O General-chefe exporá os prós e os contras dos métodos, e o homem de Estado decidirá se os interesses políticos e militares são acordes, ou, quando se contrariarem, quais devem prevalecer. Mesmo uma política pacífica baseada únicamente na defesa do país, pode conduzir ofensivamente a guerra que é forçada a fazer, se a ofensiva lhe permite atingir seu fim da maneira mais segura e mais rápida. E' ao General-chefe, e não ao homem de Estado, que compete decidir se a ofensiva, prometendo talvez mais do ponto de vista militar, apresenta desvantagens políticas, ou se é oportuno e possível, em vez de esperar a declaração de guerra do inimigo, antecipar-se-lhe.

O plano do General Schlieffen, para uma guerra em duas frentes, previa a marcha através da Bélgica. O poder político responsável conhecia este plano. Desde que este poder o aceitou, bem como os enormes preparativos necessários a sua execução, assumiu ao mesmo tempo a responsabilidade das consequências políticas que dêle decorriam. E' fora de dúvida que o plano Schlieffen, realizado dentro no espírito de quem o concebera, se lhe apresentasse com muito maiores probabilidades de êxito e, sobretudo, de êxito rápido, do que todos os outros. E, precisamente esta perspectiva de uma guerra curta devia torná-lo simpático a todos. Era tarefa e dever do General-chefe expor de maneira clara e persuasiva ao homem de Estado responsável, as vantagens militares de seu projeto. Mas não era de sua alcada apreciar as consequências e os perigos políticos. Admitamos que o poder político, depois de apreciar-lhe as vantagens militares, e por consequência, no final de contas, políticas, tenha entretanto oposto seu veto ao plano Schlieffen; o General-chefe teria, então, atraído lealmente a atenção sobre as possibilidades menores que teria de cumprir rapidamente, e com êxito, sua missão, e teria elaborado outro plano. Schlieffen, que nos ensinou não haver "um método, um meio, uma solução, mas vários", saberia adaptar-se a novas condições. Não nos cumpre inquerir se ele teria adotado a decisão, como os ingleses preconizaram depois dos fatos ocorridos, de lançar-se, primeiro, com suas forças contra a Rússia, e contentar-se com defender nossas fronteiras ocidentais. A força defensiva da Rússia e o espi-

ço que lhe permite a retirada, são grandes, e a experiência de 1812 despertava receios. O poder político já não podia, então, esperar uma terminação mais rápida da guerra, e sim uma guerra defensiva em sua própria fronteira ocidental. Frederico o Grande ensina que é preciso, às vezes, sacrificar porções do próprio território a fim de obter vantagens militares decisivas; mas os sacrifícios deste gênero são sempre igualmente penosos para o poder político e para o poder militar. Pouco importa a resolução que se haja tomado; havia sempre meios de encontrar uma saída, ainda quando a porta da Bélgica permanecesse fechada. Queremos únicamente estabelecer aqui as responsabilidades com relação ao plano de guerra de 1914, de consequências tão sérias, não para formular críticas depois do fato consumado, mas como exemplo dos princípios que se devem encontrar na base da colaboração entre o poder político e o poder militar. O General-chefe era o responsável pessoal pelo plano, pelas esperanças que nele se podiam depositar, pelas possibilidades de execução e por suas perspectivas militares. Mas o homem de Estado era o responsável pelas consequências políticas desse plano e, por conseguinte, por sua oportunidade no quadro da política geral. O General-chefe é o único culpado de que esse plano não se haja executado segundo o espírito daquele que o concebera, e de que não tenha logrado êxito do ponto de vista militar.

Dai decorre a necessidade, durante os preparativos que visam uma guerra possível, da colaboração do homem de Estado e do General-chefe, e, particularmente, do departamento dos Negócios Estrangeiros e do da Guerra. Quanto mais íntima e confiante for a troca de idéias, melhores serão os resultados para o conjunto. Cumpre, entretanto, não considerar a diplomacia nem a arte da guerra como ciências secretas, cujas fórmulas são apenas acessíveis aos iniciados. Talvez nos tenha faltado essa colaboração antes da guerra; a falta cabe, sem dúvida a ambas as partes.

Ocupemo-nos agora da cooperação durante a guerra. E' indiferente ao General-chefe saber se o homem de Estado faz a guerra, cuja responsabilidade política assume, ainda quando a luta lhe tenha sido imposta, únicamente para defender os direitos do país, ou com um fim determinado.

Seu dever exclusivo é destruir mais depressa e mais completamente possível a potência militar do inimigo, e forçar por este meio o adversário a propor a paz. Na execução dessa tarefa, ele é absolutamente independente. Pode aplicar-se a sua missão o princípio que de uma feita designamos com o nome de "tática de mandato", princípio que, no começo da grande guerra, foi amplamente aplicado, para em seguida cair rapidamente no esquecimento, mas que permanece justo. Entende-se por aquèle nome, em oposição ao sistema em que o Co-

mando intervém imperiosamente nos pormenores de execução, o sistema que indica o fim a realizar, fornece os meios, mas concede plena liberdade quanto à execução. Sistema baseado na idéia salutar de que o responsável pelo êxito deve também poder escolher o caminho que conduz a ele. Furtar-se à responsabilidade, como arcar com responsabilidades demasiado pesadas para as próprias possibilidades, são característicos de um espírito mediocre.

Se o General-chefe colhe a vitória decisiva, brinda com ela o poder político para as novas decisões que este deverá adotar. Em verdade, as coisas raramente se passam de maneira tão simples quanto nesta frase. O que se verificou depois de Sadowa e de Nikolsburgo é excepcional, mas pode servir de exemplo da maneira pela qual se devem alternar os papéis do General-chefe e do homem de Estado.

Na maioria das vezes, no decorrer das campanhas, surgem problemas em que os interesses políticos se mesclam com interesses puramente militares.

Não há uma fórmula para harmonizá-los; sómente o tato de uma parte e de outra, e a consciência do fim comum que se quer realizar podem facilitar as coisas, ou então será preciso que a sentença soberana do homem de Estado decida. O objetivo de uma guerra é seu término. Esforçar-se para consegui-lo por todos os meios, tanto militares como políticos, é o dever de todos quantos dela participam. O General-chefe não conhece outro fim de guerra que não seja a destruição do inimigo. O homem de Estado pode ter visado fins determinados no momento em que a guerra se deflagrou; esses fins podem, no decorrer da guerra, e segundo a feição que toma, limitar-se ou ampliar-se; o homem de Estado ouvirá sempre a opinião do General-chefe a respeito da situação militar, suas perspectivas suas possibilidades, ao mesmo tempo que seu conselheiro diplomático o informará quanto ao efeito que a marcha da guerra produz sobre os outros Estados, e os ministérios do interior o conservarão a par do estado dos recursos de seu próprio país.

Baseado em todas estas informações, o homem de Estado interrogar-se-á continuamente se o termo da guerra se aproxima, se já atingiu seu objetivo, ou se o realizará em futuro próximo, se este objetivo vale novos sacrifícios, se o inimigo, enfim, está pronto para fazer a paz. Depois de ter considerado tudo isto, se o homem de Estado decidir continuar a guerra, o General-chefe continuará a executar sua tarefa, visando o mesmo fim. As dificuldades crescerão quando a guerra se estender sobre espaços maiores, quando for necessário conduzi-la em várias frentes contra inimigos diferentes. Compete naturalmente ao General-chefe julgar contra que inimigo é preciso empregar as forças principais a fim de alcançar um resultado decisivo; mas, já nesta resolução intervêm considerações políticas re-

lativas às consequências possíveis e prováveis da vitória sobre um ou outro dos adversários. O acúmulo de forças num ponto arrasta o enfraquecimento noutro e, diante da possibilidade de um recuo neste, ou diante do sacrifício necessário de partes do território, as considerações políticas podem falar mais alto. Mas as dificuldades duplicam quando se combate com aliados. Assim como a política de alianças que precedeu à guerra, isto é, a conclusão de alianças, ainda que de alianças militares, é da competência do homem de Estado, a colaboração dos aliados durante a guerra necessita continuamente da ação da política. Se é necessário obter a unidade do comando militar, se esta unidade, segundo a experiência da última guerra, é condição prévia do êxito, não se pode entretanto esperar, que as exigências de um dos Estados se subordinem completamente às de outro. Subsistem sempre interesses particulares que não cabe exclusivamente ao General-chefe considerar. Cada Estado desejará ver suas fronteiras protegidas com a maior segurança possível, e somente o exame procedido conjuntamente pelo homem de Estado e pelo general-chefe, poderá estabelecer o que pode ser concedido e o que, por motivos políticos, é forçoso conceder. O sacrifício de um aliado pode parecer desejável do ponto de vista militar, mas inadmissível do ponto de vista político. A desunião entre os departamentos diplomático e militar, e até mesmo uma atividade não combinada, produzirá as mais fúnebris consequências numa guerra de coligação.

Admitamos que a guerra se aproxime de seu termo. A sugestão de concluir a paz pode partir do General-chefe. Em casos felizes, ele pode considerar uma vitória que tenha conquistado como tão importante, que lhe pareça haver destruído a força de resistência militar de seu adversário. Pode igualmente julgar uma derrota sofrida tão decisiva que a continuação da resistência não pareça oferecer-lhe nenhuma probabilidade de êxito. Enfim, pode prever a diminuição das forças do inimigo, mas ao mesmo tempo as de suas próprias, e prevenir disto lealmente, e em tempo oportuno, o homem de Estado.

Nesse momento, a palavra e a responsabilidade cabem ao homem de Estado. No primeiro caso, procurará saber se os êxitos obtidos terão levado realmente o inimigo a abater as armas, se este, por conseguinte, está pronto para aceitar a paz em que o homem de Estado tem em mira. Compete-lhe decidir se pode obter a satisfação de suas exigências por meio da política, ou se a importância delas aconselha o prolongamento da guerra. O General-chefe, após o êxito alcançado, estará em condições de continuar a guerra, mas não poderá incorrer na censura de havé-la prolongado. Perante a confissão de uma derrota, o homem de Estado terá de decidir se quer experimentar concluir a paz tão depressa quanto possível, embora não possa obtê-la naturalmente senão em condições desfavoráveis, ou se, ao

contrário, apesar da declaração do General, julga ver um mal menor na continuação da guerra. Talvez, mais optimista do que o General-chefe, acredite no restabelecimento da situação pelas forças do país; talvez confie no socorro de uma intervenção do exterior. Se assume a responsabilidade da continuação da guerra, o General-chefe nada mais tem que fazer senão continuá-la com todas as suas forças, ainda que sem esperança de vitória. O homem de Estado se encontra na mesma situação quando o inimigo, após a vitória, se recusa a iniciar negociações de paz.

O caso mais difícil é quando se está em situação de esperar o esgotamento de um dos dois adversários. Grande é a responsabilidade do chefe militar que deve externar uma opinião, à qual se atribuirá enorme importância, relativamente a um futuro incerto; mas não deve hesitar em fazer a dolorosa confissão do esgotamento próximo das forças de que dispõe, se procedendo assim der ao homem de Estado a possibilidade de preparar a conclusão da paz, antes que a catástrofe imponha condições muito mais desfavoráveis. A decisão, neste caso, não é mais fácil para o homem de Estado, porque também ele deve jogar com fatores incertos. A iniciativa de propor a paz pode partir também do partido adverso, o inimigo pode fazer um oferecimento, forças do exterior, podem intervir, ou ameaçar intervir ativamente; o homem de Estado pode igualmente considerar como atingidos seus fins de guerra, e o inimigo como amadurecido para negociar. E' então no terreno político que nasce a possibilidade de concluir a paz.

Se por motivos dessa ordem, o homem de Estado decide entabolar negociações, as considerações militares devem passar a segundo plano. Poderá parecer duro ao chefe militar, cujas operações se desenrolaram favoravelmente até então, renunciar a tirar delas todas as vantagens que oferecem; mas deve inclinar-se diante da decisão política do homem de Estado. E' a este que cumpre assumir a responsabilidade de decidir se o momento para concluir a paz é bem escolhido. Todos dois, homem de Estado e General-chefe, fizeram a guerra para obter a paz.

A conclusão da paz concerne ao homem de Estado, se bem que suas negociações tenham por base os êxitos ou reveses militares. O chefe militar, constiltado antes da conclusão, pode exprimir desejos de ordem militar, se houver lugar para elos, e defendê-los, notadamente quando sua satisfação arrastar um acréscimo de segurança para o país, isto é, mais forte garantia de paz. Pode até aspirar, quando a guerra termina com felicidade, correções de fronteira. Não tem outras exigências que formular.

Ganhar a paz é tarefa do homem de Estado; o chefe militar cobriu-se de glória suficiente quando ganhou a guerra.

O ENSINO PRIMARIO NO PARA'

O Estado de S. Paulo em sua edição de 12 de janeiro publica o seguinte artigo:

"RIO, 1 — "Estado" — Via Vasp) — Uma das facetas mais importantes da administração do Coronel Magalhães Barata, à frente do Estado do Pará, é sem dúvida o incremento extraordinário do ensino primário.

Desde que voltou ao governo da terra de Lauro Sodré, levado pela confiança do Presidente Getúlio Vargas, o correto soldado vem dedicando o melhor de sua atenção à obra de alfabetização das populações que se espalham pelos pontos mais distantes do grande Estado nordestino.

Viajando continuamente, indo de um a outro extremo da gleba paraense, o Coronel Magalhães Barata não deixa uma região sem novas escolas, não se despede dos poucos habitantes de um lugarejo qualquer sem deixar-lhes um centro de saúde e um grupo escolar. Essa boa política é praticada com entusiasmo e perseverança pelo enérgico Interventor cujo governo já se tornou conhecido "por governo da instrução e pela instrução". De fato, para ampliar o ensino primário em toda a vastidão paraense, o Coronel Magalhães Barata tem buscado técnicos, fornecendo-lhes todos os recursos reclamados. E tudo isso com tamanha presteza e abundância que, atualmente, no cômputo da despesa com o ensino primário, proporcionalmente ao que foi gasto na verba de toda a instrução pública nos seus vários graus, o Pará aparece com a percentagem de 58,5%, à frente portanto de inúmeros Estados de maior projeção e de recursos muito mais amplos.

No ano de 1944, por exemplo, o Pará conquistou a situação de vanguarda do ensino. Basta citar que apenas pelo decreto n. 54 foram criadas 65 escolas e por atos cutros, esparsos pelos meses do último semestre do ano referido, mais 15 outras casas de ensino passaram a existir na terra paraense. Mas não parou só a ação intensa do Interventor Magalhães Barata em prol do ensino. O Estado encampou também as escolas "13 de Maio", "Alcindo Cacela", "Instituto Carlos Gomes", além das escolas isoladas da "Conceição", oportuna e modelar instituição que atende uma população escolar numerosíssima e paupérrima.

Semelhante programa, que só aplausos merece, está concorrendo para baixar o índice da analfabetização no grande Estado nordestino hoje figurando destacadamente entre as 8 unidades que mais despendem com a instrução básica e popular.

Abordando assim com tamanha decisão dois problemas tão complexos e relevantes, como são saúde e educação, sem prejuízo dos demais pontos de seu avançado e salutar programa de governo, o Coronel Magalhães Barata conquistou a solidariedade absoluta de seus governados, todos colaboradores prestimosos e frances de sua administração humana e fecunda. — G. I. L."

Nova concepção do recrutamento para reserva das Fôrças Armadas

(Te. Cel. OLYMPIO MOURÃO, Chefe do Gabinete da Diretoria de Recrutamento).

- I) — A estrutura geral da nova concepção decorre da articulação dos seguintes princípios:
 - 1º — Separação dos conceitos de Serviço e Instrução Militar, para os efeitos de formação de reservistas;
 - 2º — Novo sistema de alistamento, como primeira operação estatística, indispensável e básica para a convocação;
 - 3º — Convocação geral de toda a classe alistada, regulando a seleção, por meio de inspeção de saúde para:
 - unidades combatentes e Serviços das Fôrças Armadas;
 - centros de Instrução, em caráter compulsório;
 - grupo de não instruídos e Disponíveis para a Reserva;
 - Isentos por incapacidade definitiva.
- II) — Definições —
 - 1º — O Serviço Militar em tempo de paz é prestado exclusivamente nas Unidades Combatentes e Serviços das Fôrças Armadas (Exército, Armada e Aeronáutica).
Em tempo de guerra, incluem-se nesta categoria os serviços relacionados pelo governo, como de Defesa Nacional.
 - 2º — A Instrução Militar é de três graus, e ministrada:
 - 1º grau — nos estabelecimentos de ensino, da idade de matrícula aos 16 anos completos;
 - 2º grau — nos Centros de Instrução das Fôrças Armadas (Tiros de Guerra, E. I. M. e outros);
 - 3º grau — exclusivamente nas Unidades Combatentes e Serviços das Fôrças Armadas, quer durante

a prestação do Serviço Militar, quer em períodos especiais (Cursos de Sargentos do Exército, por exemplo, para estudantes das escolas superiores não selecionados para os C. P. O. R.).

3º — *Reservista* é o cidadão brasileiro nato que terminar o tempo de Serviço Militar com aproveitamento na Instrução de 3.º grau.

— Serão pre-reservistas os cidadãos brasileiros natos que:

- a) — terminarem o tempo de Serviço sem aproveitamento na Instrução do 3.º grau;
- b) — forem aprovados nos Centros de Instrução de 2.º grau;
- c) — terminarem o tempo de serviço nas Polícias Militares.

4º — Os cidadãos brasileiros natos que não forem convocados para o Serviço ou para a Instrução do 2.º grau, embora aptos, serão relacionados como Disponíveis para a Reserva até a idade limite (40 anos).

5º — Os Reservistas, Pre-Reservistas, Disponíveis para a Reserva e os Isentos, são cidadãos quite com a Defesa Nacional.

6º — A idade militar (para a Convocação) é de 18 anos completos. Todo indivíduo que, a partir dos 17 anos não se alistar ou que a partir dos 18 anos, não estando sob as armas ou sob Instrução, não estiver quite com a Defesa Nacional, comete crime.

II) — A infra-estrutura do serviço de recrutamento é o alistamento prévio.

Este deve ter as seguintes características:

- 1) — ser o mais geral possível;
- 2) — centralizado para a planificação e decentralizado ao máximo, para a execução;
- 3) — as operações não devem preceder de muito tempo a convocação, afim de se evitarem alterações demográfico-sanitárias numerosas que contribuiriam, de outro modo, a modificar de muito o resultado estatístico do alistamento, no ato da convocação;
- 4) — ser baseado em infra-estrutura legal própria para forçar o indivíduo a procurar os escritórios de alistamento, e não ser o Estado obrigado à caça do homem;

- 5) — ter, o certificado em caráter provisório, todos os efeitos legais de quitação enquanto não é atingida a data de convocação do portador, a qual deverá constar do referido Certificado;
- 6) — não ter o certificado os característicos de documento de identidade, não só pela impossibilidade de execução em todo o país, como também por não dever o Exército acarretar com o onus de identificar *a priori* cidadãos ainda não reservistas.

II) — Nesta ordem de idéias :

1 — Estrutura —

A rede de repartições deve abranger os elementos seguintes, afim de atender às idéias 1 e 2 do item I:

- A) — Delegacia Geral de Alistamento — repartição integrante da Diretoria de Recrutamento — encarregada de planificar o lançamento do serviço, dirigir e fiscalizar sua execução e centralizar os dados estatísticos indispensáveis à orientação da Chefia.
- B) — Delegacias Estaduais de Alistamento — órgãos imediatos de execução da Diretoria e, por sua vez, orientadores e fiscalizadores do serviço no território dos Estados e centralizadores dos dados estatísticos estaduais;
- C) — Delegacias Municipais de Alistamento — com a missão de execução das operações de alistamento, orientação dos representantes distritais e centralização dos dados estatísticos de todo o município.
- D) — Representantes distritais que, conforme o caso, poderão ser encarregados de operações de alistamento sujeitas a exame pela Delegacia Municipal. Os representantes distritais, serão, de preferência, autoridades civis ou mesmo o cidadão mais qualificado para as funções.

2 — Época do alistamento —

O alistamento feito à revelia, de dados extraídos dos cartórios, revelou-se mau em toda a parte; si o serviço deverá ser feito, por exemplo, na idade de 18 anos, o Estado vai lidar com dados estatísticos de elementos que estiveram sujeitos a mutações durante tantos anos.

Deste modo, aparentemente o ideal seria o sistema de convocação imediata logo após o alistamento, confundindo quasi numa operação única o alistamento e a convocação.

O sistema, porém, não satisfaz porque, seria necessária a inspeção médica no ato do alistamento, afim de selecionar os capazes, e a con-

sequente necessidade de centralização dos futuros conscritos em pontos de reunião, dificultando as operações pelo acúmulo de serviço em pouco tempo e em poucas repartições, além do inconveniente grave de não ser possível comparar com a devida antecedência os efetivos a incorporar com os resultados do alistamento podendo resultar disto, faltas ou excessos no ato da incorporação.

O estudo da estatística demografo-sanitária, autoriza a se afirmar que medeando um prazo de 2 anos, no máximo, entre a data do alistamento feito pelo próprio indivíduo (comprovante absoluto de sua existência no momento de alistar-se) e a data da convocação poucas são as alterações que sofrerá a classe no áto da convocação.

A faixa de tempo de 2 anos pôde ser adotada com grandes vantagens para o indivíduo e o Estado porque àquele proporciona mais tempo para a organização das operações estatísticas indispensáveis para a convocação.

Sendo assim, seria lógico adotar-se o alistamento voluntário a partir da idade de 16 anos completos e o obrigatório, ao completar o indivíduo a idade de 17 anos.

E' preciso, porém, entender-se que o voluntariado é muito relativo, conforme se verá mais abaixo no número 3. Significa somente que o não se alistar até 17 anos completos, não constitue crime, mas, para poder exercer certas atividades, terá necessidade de se alistar antes, isto é, desde 16 anos.

3 — Infra-estrutura legal do alistamento —

A primeira providência da Lei, é definir como crime exceder o indivíduo o limite de idade fixado, sem se alistar.

Além disto, conterá exigências apropriadas a forçarem o indivíduo a procurar alistar-se, tais como:

- não poder exercer, sem prévia apresentação do Certificado de Alistamento, os átos seguintes:
- contrair matrimônio, salvo se por sentença judiciária;
- comprar, vender, hipotecar e doar ou receber bens;
- habilitar-se à herança e herdar;
- viajar para fora do município em empresas de transporte de qualquer natureza;
- hospedar-se em hoteis, pensões e assemelhados;
- alugar casa;
- receber dinheiro em bancos ou instituições de crédito;

- matricular-se em estabelecimento de ensino de qualquer natureza;
- filiar-se a qualquer clube ou associação de caráter desportivo, festivo ou de beneficência.

E' evidente, e não pôde padecer dúvida, que, embora sem estar sujeito à sanção *à posteriori* da lei, dentro dos limites de idade estabelecidos, todos os indivíduos, ao atingirem a idade mínima para o alistamento, irão correr às várias Delegacias, afim de se munirem do Certificado que traduz para seu portador o exercício de uma série de atividades indispensáveis.

E' claro, igualmente, que haverá sempre um certo número de brasileiros que, pelas suas condições de vida, não necessitam nunca exercer os referidos átos e que não se alistarão, mesmo sujeitos às penalidades da lei, e continuarão à margem da vida social. Mas, positivamente ao Exército — que quer formar uma reserva eficiente — esta classe de indivíduos interessa bem pouco não só pela qualidade da matéria prima humana que ela representa, como também pelas imensas dificuldades em fazer qualquer rede de recrutamento alcançá-los.

Em face do exposto, ao Estado competirá articular os órgãos alistadores abrangendo numa rede, toda a carta-geográfica do país e ao indivíduo ficará o onus de procurar se alistar, pois não o fazendo, mesmo sem crime, até à idade limite, fica sujeito a uma tremenda coação e depois dessa, à sanção da lei por crime de infração.

4 — Efeitos legais do Certificado de Alistamento —

Não basta, porém, forçar o indivíduo a se alistar. Sendo certo que nenhum cidadão pôde empregar-se, por exemplo, antes de se quitar com o Serviço Militar (dispositivo legal hoje em vigor), é necessário que o Certificado tenha todos os efeitos legais, em caráter provisório, do documento de quitação definitiva (Certificado de reservista, Certificado de isenção provisória ou definitiva).

Deste modo, a apresentação do Certificado de Alistamento deverá produzir todos os efeitos, menos um: o de identidade.

Com efeito, o Certificado de Reservista pôde e deve ser revestido de, pelo menos alguns característicos de identidade — a fotografia, no mínimo, si houver total impossibilidade de impressão digital com classificação, visto como é possível realizar tais condições.

Mas, o Certificado de Alistamento que será fornecido, na maioria dos casos, em lugares de nenhum recurso, não pode realizar senão os característicos que impeçam sua falsificação.

Assim, ao portador do mesmo deverá ficar o onus indispensável de provar sua identidade ao exibi-lo. As contrafações possíveis tais como relaxamento dos agentes encarregados de verificar a identidade do portador, etc., não tiram ao sistema suas virtudes, pois ele visa efeitos de massa, sobre a maioria.

A obrigatoriedade de se identificar é uma virtude porque facilita o controle policial que passará a ser muito mais eficiente no interior do país. De resto, a prova de identidade policial, para o interior, poderá também ser sumária — como se faz com os salvo-condutos atualmente.

O Certificado deverá ter impressa, em caracteres bem visíveis, a data na qual ele perderá os efeitos legais, tornando-se inutil para o seu possuidor e, verdadeiro documentos de denúncia de infração, caso ele o apresente tentando tirar do mesmo qualquer partido.

III) — Mecanismo do serviço —

Na estrutura da rede de alistamento, apresentada no item II deste trabalho, a repartição cuja função essencial é proceder à operação do alistamento, exclusivamente dos indivíduos que a procurarem para tal fim e com os documentos comprobatórios de idade e residência, é a Delegacia Municipal.

Ao fazer o alistamento, a Delegacia organizará em 3 vias a ficha do alistado, fornecendo-lhe, além disto, caso seus documentos mereçam fé, o respectivo Certificado. Todos os documentos apresentados e examinados ficam arquivados na Delegacia, bem como a 1.^a via da Ficha, remetendo-se as 2 outras para a Delegacia Estadual que conserva uma e transforma a outra em Ficha Adressograf ou a remete para a Delegacia Geral, no caso de convocação centralizada no Rio pelo processo eletro-mecânico.

E' claro que os Certificados são impressos no Rio, numerados e distribuídos como carga para as Delegacias Estaduais que os redistribuem aos Municípios. Afim, porém, de facilitar ao máximo os alistados, as Delegacias Municipais distribuirão Fichas, aos Representantes Distritais. Estes, recebem os documentos dos alistados, preenchem as Fichas, remetem-nas com os documentos ao Município que, após exame dos mesmos, enviará os Certificados a serem entregues, caso os papéis estejam em ordem.

A ABDICAÇÃO DE SAN MARTIN

GENERAL BARTOLOMEU MITRE

Trad. do Cap. Floriano Moller

Diz-se com razão que só duas grandes figuras dos tempos modernos baixaram tranquilas do alto de sua grandeza — Washington e San Martin, — porque eles não foram nem poder, nem ambição, nem partidos, nem ódios, nem glória egoista, senão u'a missão que devia terminar irrevogavelmente num dia, em meio da própria existência.

Washington não abdicou. Ao embainhar sua espada depois do triunfo e ao entregar o poder público em mãos de um povo livre, colocou a coroa cívica sobre sua fronte, seguiu sem violência o largo caminho que lhe estava traçado, e, iluminado por astros propícios, extinguiu-se em repouso, com a angélica serenidade dos gênios tutelares.

San Martin abdicou em meio da luta, antes de completar sua obra, não por sua vontade, como ele o disse, em sua despedida e como se acreditou por muito tempo, senão forçado pela lógica de seu destino e obedecendo às inspirações do bem; e em havé-lo reconhecido em tempo, sob os auspícios da razão serena, consiste a grandeza moral de seu sacrifício. Procurou seu caminho em meio da tempestade em que sua alma se agitava, e o encontrou; e teve previsão, abnegação e fortaleza para segui-lo e por isso o sacrifício não foi estéril.

O Perú havia sido libertado por um pugilo de 4.000 homens (2.000 argentinos e 2.000 chilenos) contra 23.000 soldados que manunham desfraldados os últimos estandartes do Rei de Espanha em toda a extensão do continente americano. San Martin sustentando em seus braços robustos, como muito bem se disse, o cadáver de seu pequeno exército dizimado pela peste e pelos combates, havia declarado a independência do Perú.

Esta grande surpresa realizada com recursos tão parcos, com tanta economia de forças e de sangue, e de tão fecundos resultados, caracteriza-se como profunda combinação política e militar em que se circunscreveu a luta da Independência americana sob um ponto es-

tratégico; em que forçou o último baluarte da dominação espanhola na América do Sul; em que com a espada de Chacabuco e Maipú, acutilou o poder colonial em seu âmago; em que encerrou em um beco sem saída os últimos exércitos republicanos e realistas, dentro do qual devia decidir-se por um supremo e definitivo combate de morte, a causa da emancipação do Novo Mundo.

Desde esse momento, o triunfo da causa da Independência Americana deixou de ser um problema militar e político; para ser simplesmente uma questão de tempo e de perseverança.

Desde esse dia o sol, ao levantar-se sobre o hemisfério de Colombo, não iluminou mais escravos que os que ainda continuavam oprimidos sob os pés dos últimos exércitos realistas, entrincheirados nas montanhas do Perú.

Mas, para alcançar a vitória definitiva, era necessário que o mesmo Perú, fundamentante revolucionado pusesse sob as armas mais 10,000 soldados e ele não os podia dar. O Chile não podia repetir o supremo esforço que havia feito, para equipar novas tropas expedicionárias. A República Argentina, política e socialmente dissolvida, ao mesmo tempo que seus filhos ausentes emancipavam longínquos povos não podia enviar outros contingentes ao Exército Libertador dos Andes.

Enquanto isso, as legiões triunfantes de Bolívar, que desde as bocas do Orinoco haviam cruzado o continente de oceano a oceano, encontravam-se com as de San Martin, que do Prata haviam atingido o Pacífico, dominando-o; e sob a linha ardente do Equador e aos pés do Chimborazo saudam-se as bandeiras independentes das Províncias Unidas do Rio da Prata, do Chile, do Perú e da Colômbia, selando a aliança continental com uma nova vitória iluminada pelos fogos vulcânicos do Pichincha.

Em tal situação a Colômbia era o árbitro do destino do Novo Mundo, e em mãos do Libertador Bolívar estava a massa herculea que devia dar o golpe final, no supremo e definitivo combate que se travaria no Perú.

Para concentrar este supremo esforço, os dois grandes libertadores se encontraram naquele ponto central do mundo, em que seus soldados haviam confraternizado. Seus olhares se cruzaram como dois relâmpagos numa região de nuvens tempestuosas; seus braços se enlaçam, mas suas almas não se confundiram, porque compreenderam que ainda que professassem uma mesma religião, não pertenciam à mesma estirpe moral.

Bolívar era o gênio da ambição delirante, com a témpera férrea dos varões fortes, com o coração cheio de paixões sem freio, com a cabeça povoada de flutuantes sonhos políticos, sedento de glória, de poder, de explendor, de estrépito, que acaudilhando uma grande causa, a referia toda à sua personalidade dominadora e absorvente. Ele mesmo se retratou assim, pronunciando em um de seus teatrais símилacros de renúncia do mando supremo: "Salvai-me de mim mesmo, porque a espada que libertou a Colômbia não é a balança de Astréa.

San Martin era o vaso opaco das *Escrituras*, que escondia a luz no interior de sua alma: o herói impersonal que tinha a ambição honrada do bem comum, por todos os meios, por todos os caminhos e com todos os homens de boa vontade, segundo ele mesmo se havia definido, na intimidade, com estas singelas palavras: "Um americano, republicano por princípio, que sacrifica as próprias inclinações pelo bem de sua terra".

Por isso os dois morreram no ostracismo. Um na idade viril, precipitado do alto, com as entranhas devoradas pelo abutre de sua inextinguível ambição pessoal, chorando até seus últimos momentos o poder perdido. O outro, desceu sereno e resignado a encosta do vale de sua vida, com a estoica satisfação do dever cumprido, guardando em sua ancianidade o segredo roedor de suas tristezas, como nos heróicos dias de sua épica ascensão, havia guardado o sigilo pavoroso de suas grandes concepções militares.

Estas duas naturezas opostas e impenetráveis, uma com suas imperfeições, forte no choque e a outra, por suas qualidades na resistência, mediram-se como dois gigantes ao abraçarem-se e mutuamente se interpenetraram. San Martin foi vencido pelo egoísmo imperioso de Bolívar; mas ele venceu seu rival em glória, mostrando-se moralmente maior do que este.

O Libertador da Colômbia alcançará mais triunfos, colherá mais louros e merecerá mais a admiração da História por sua gloriosa epopeia levada a cabo.

O Libertador argentino, vencendo as mais árduas dificuldades, preparando o caminho e vencendo-se a si mesmo, merecerá em todos os tempos a simpatia etérea das almas bem equilibradas.

San Martin, com seu alto bom senso, aperccebendo-se claramente da situação e de seus deveres para com ela, imolou-se friamente no altar de uma ambição implacável, que era uma força eficiente e cuja dilatação era indispensável ao triunfo de sua causa.

Os realistas conservaram ainda 19.000 homens nas montanhas do Perú. San Martin contava com 8.500 e necessitava forjar novos ráíos para continuar a luta. Bolívar, à frente do exército vitorioso da Colômbia, tinha em suas mãos o ráio, que a um dos seus gestos podia fulminar as últimas relíquias do poder espanhol na América, mas com a condição de não repartir com ninguém sua glória olímpica.

Ante esta solene expectativa, San Martin reconheceu a témpera de suas armas de combate e viu que o Perú fraquejava, que sua opinião pública estava sublevada, que seu exército não tinha já a aceitada témpera de Chacabuco e Maipú, e que não podia dominar estes elementos rebeldes senão fazendo-se tirano. Interrogou o futuro e prevendo que em um termo final sua grande personalidade se chocaria com a de Bolívar, dando, quiçá, um escândalo ao mundo e retardando de todos os modos o triunfo da América, com maiores sacrifícios para ele, preferiu eliminar-se como obstáculo. Sondou sua consciência, compreendeu que não era, como Camabeo, o caudilho de sua própria pátria, e reconhecendo-se sem vontade para ser tirano e sem poder moral e material para continuar a luta com forças insuficientes, abdicou a Bolívar a espada de Chacabuco e Maipú, depois que se convenceu de que seu oferecimento de servir, sob seu comando, não seria aceito.

Tal é o significado histórico e o sentido moral da abdicação de San Martin.

LIVROS NOVOS

JOMINI OU O ADIVINHO DE NAPOLEÃO — Xaxier de Courville, tradução do Cel. R. B. Nunes — Biblioteca Militar — 1944.

Saudamos nessa recente publicação da *Biblioteca Militar* o livro de alto nível e a obra de real interesse, dessas que dão o que refletir e acrescentam alguma coisa ao nosso cabedal intelectual.

E', na verdade, de uma qualidade a que não estamos habituados, nas edições da *B. M.*, o livro traduzido pelo Cel. Renato Batista Nunes. Pode-se dizer, ao cabo da leitura fácil e proveitosa: isto é que é um livro.

O seu bom nível documenta-se no tratamento dos assuntos, na ausência de vulgaridade, nas idéias que repontam a cada passo. E', por exemplo, muito frequente essa forma inteligentíssima de narrar associando conceitos ao fato narrado: "O povo, comprimido na aléia das Tilias para aclamar os vencedores — refere-se ao exército de Napoleão em Berlim — talvez não soubesse se o fazia por admiração, temor ou esperança".

Quando Jomini está a pique de abandonar o serviço de Napoleão e aceitar a situação que lhe oferecem os russos, o seu estado de espírito é assim, fixado: "Três dias se passam ainda, divididos entre o receio e o furor, e durante os quais deixa, enfim, que a colera supere os remorsos."

Noutra passagem ficamos sabendo que "a justiça do Marechal (Ney) voltava a preponderar, quando seu amor próprio não estava mais em causa".

E o leitor, irresistivelmente, considerará, talvez pensando em si próprio — mas quantos haverá que não sejam iguais a Ney?

Aqui, numa pequena caracterização do temperamento de Jomini, insinuam-se traços da psicologia de dois povos: "Antes que Jomini tivesse conseguido corrigir seu temperamento com um pouco da brandura russa e do mundanismo austriaco"...

Depois que já conhecemos o valor de Jomini, o seu caráter firme, a sua sinceridade desassombrada, até inconveniente, a observação que se segue adquire um sentido de irreprimível desalento: "A injustiça é tão universal quanto a arte da guerra. Jomini pode dar a volta ao mun-

do: não encontrará lugar compatível com o seu caráter e o seu talento, nem remedio para a sua misantropia". "

São sempre nesse tom inteligente e profundo, densas sem serem fatigantes, e agradáveis sem serem futeis, extremes de concessões ao mau gosto ou aos lugares comuns, as páginas do original de Xavier de Courville.

Mas não é só isso. Recolhemos nelas um sem conto de informes e agudas interpretações dos homens e coisas dos tempos napoleónicos.

Do próprio Napoleão sucedem-se os bons instantâneos. Este ilustra o sistema e a capacidade de trabalho do genial cabo de guerra em campanha: "Estava extenuado após oito dias de marchas e de vigílias: galopando da manhã à noite, passava as noites ditando ordens para os seis corpos que tinha consigo e para os que estavam nos arredores".

Vemos, por outro lado, que Napoleão, "deslumbrado pelo brilho de sua estrela, que apenas começava a empalidecer, não admitia que um obstáculo natural, se opusesse à execução de suas ordens, e, "tanto mais exigente quanto maior sua inquietação, feria seus mais dedicados servidores, repetindo a todo instante, que *não o serviam*. A Jomini mesmo, que, governador de Vilna, lhe objeta em relatório certas dificuldades de abastecimento, replica rudemente que "em vez de lamentar-se, é preciso levantar-se às quatro horas da manhã, ir pessoalmente aos moinhos, ao abastecimento, e fazer preparar trinta mil rações de pão diariamente; mas que se dormir ou se lamentar, nada conseguirá; que ele deve saber, sem dúvida, que o Imperador, apesar de suas inúmeras ocupações, não deixa de ir todos os dias, visitar pessoalmente os abastecimentos." O Gen. Von Hogendorp, muito embora as suas graduadíssimas funções, como estivesse em choque com Jomini, recebe a brusca recomendação de "que modere seus impetos e não dê razões para queixas."

Os principais colaboradores de Napoleão, cujos nomes interferiram com a atuação de Jomini, são apreciados em pinceladas magistras, tanto pela forma como pelo conteúdo psicológico.

A origem de muitos deles assemelha-se à de Passinge, ajudante de campo de Ney, que "lhe havia tirado a rascadeira das mãos para fazê-lo brigadeiro."

O valor militar de alguns deles nem sempre é tão completo quanto seria lícito imaginar. "Massena só sabe da guerra pela metade; mas é homem inconcebível no perigo: o espírito lhe chega quando os outros perdem a cabeça".

O Gen. Dutaillis, chefe do Estado Maior de Ney, era um veterano das campanhas da Itália e do Egito, tivera o seu cavalo morto em Marengo. Contudo, comandando a praça de Varsóvia, consagrou-se "a irritar os poloneses com requisições e a reclamar os primeiros lugares

nas cerimônias, sob pena de conquistá-lo como um batalhão”, donde a sutil definição do abade Pradt: “O orgulho do comando num homem nascido para obedecer.”

O Marechal Ney é-nos apresentado numa viva aquarela do ambiente em que vivia e dominava: “Nesse imperio recém-nascido, não havia menos festas que manobras, e à mesa do conde de Montbron havia mais belas mulheres do que estrategistas. O Marechal Ney reinava. Um marechal de 35 anos, constituído como um hercules, com feições de camponês, cabeleira revolta, fisionomia bem proporcionada, que mostrava claramente no olhar, nos gestos, na voz, tanta bondade, quanta coragem, e mais simplicidade que orgulho.” Como general “era indeciso deante de uma carta, desorientado pela estratégia, mas o fogo eletrizava-o e dava-lhe, nos limites do campo de combate, visão tão nítida, tal justeza à decisão, que causaria inveja ao mais apurado tático.”

Berthier, que por ciúmes e inveja tanto prejudicou Jomini, é tratado com severidade, mas não, certamente, com injustiça. Eu talento era essencialmente de administrador militar. “Reformando, ou criando, o órgão de execução das vontades do imperador, era a ordem militar em quadros periódicos, alinhamentos a regua e marchas cadenciadas. Tão severo com os inferiores quanto complacente com os superiores, mais rígido à medida que a sorte diminua o numero destes e aumentava o daqueles, reservando, por fim, a afabilidade risonha para seu único chefe. Berthier não tolerava a mais leve infração à hierarquia nem o menor desvio dos regulamentos.” Oh! Berthier, modelo distante e prolífico, que está em toda a parte, através de todas as idades!

Noutras numerosas passagens se completam os dados sobre o feitio moral e profissional do chefe do Estado Maior de Napoleão. “Sua saúde — lemos numa dessas passagens — era insensível tanto à intempérie quanto às explosões de mau humor de seu soberano; tão pouco, era afetada pelas mudanças de regime ou de dinastias.” Positivamente, o molelo-Berthier é um símbolo...

Excelentes páginas são, por igual, aquelas em que o autor distila um justo sarcasmo contra os rígidos prussianos...

Eis aqui. Trata-se da batalha de Iena. Escreve Courville que Jomini “acompanhou, sob mil aspectos diversos, o desfalecimento desse belo exército prussiano que não havia guardado de suas tradições mais do que a manobra impecável, mas vacia de inteligência. Viu como os volteadores do marechal Ney, dispersados pelos telhados de Vierzenheilingen, enfrentavam batalhões soberbos que pretendiam retomar a aldeia em boa ordem; desfilando pela aldeia de Hassenhausen, preocupados em manter o alinhamento, as brigadas prussianas deixavam-se ceifar, como soldados de pau, pelo fogo de 3000 fuzis invisíveis”.

Adiante, falando da falta de flexibilidade do Gen. Hogendorp, volta a mencionar Iena, onde "a ultra-perfeita manobra a pé" foi desastroada pelos "franceses indisciplinados que não sabiam fazer ombro armas em tres tempos, mas que sabiam muito bem degolar os frangos para melhorar o rancho." Convenhamos que isso é bem atual e o será sempre. A disciplina mecanica, tão grata aos germanicos, nunca levará vantagem à inteligencia ativa e coordenada, até porque, mesmo no terreno militar, disciplina não é, necessariamente, automatismo humano, porem ação articulada e orientada numa direção inflexivel. Ai estão os anglo-americanos, reproduzindo o milagre contra as rígidas colunas prussianas dos nossos dias... Só que agora as colunas são de "tanques". E Xavier de Courville sintetiza numa frase todo o problema: "O impossivel, para um Napoleão, não é impossivel, se fôr necessário; para um Hogendorp, se fôr ordenado."

Tambem ficamos cientes de alguns inconcebiveis paradoxos da guerra daqueles tempos...

O exército que se opunha a Napoleão era composto de russos, austriacos, prussianos, ingleses, suecos. Estava diante de Dresde, "o ponto de apoio de todas as manobras de Napoleão, a chave de sua linha do Elba, a sede de seus armazens", e dispunha de uma superioridade esmagadora, pois Dresde, "mal fortificada, meio desmantelada", estava "defendida por um corpo de exército apenas, e a 50 leguas de Napoleão". Jomini prega o ataque imediato, mas embalde, porque o comandante em chefe era o austriaco Schwarzenberg, cujas tropas se aproximam lentamente pelas pessimas estradas que veem de Marienberg, e "é indispensavel que elas participem da vitoria do generalissimo." Perder-se-iam pelo menos 30 horas "em honra das tropas austriacas", e perdeu-se com isso tambem a vitoria, porque no dia seguinte Napoleão chegou a Dresde, modificando-se completamente a situação. Salvou-se, em todo caso, nesse singular episodio guerreiro, o gesto mal-criado de Jomini, que ao ver estragada a oportunidade pela inercia do generalissimo, atirou o chapéu ao chão, bradando: "Ora bolas, Senhor! Já não me admiro de que durante dez anos só tenha conseguido ser batido!"

De menor gravidade, evidentemente, porem não menos ilustrativo das preocupações mindas que muitas vezes prevalecem, mesmo quando está em jogo a sorte de alguns povos, é aquela parada feita para o Czar, antes da batalha, e da qual resulta a prisão dos seus oficiais superiores, "porque os solavancos dos caminhos não deixam que os canhões conservem o alinhamento perfeito do campo de Kasnoie-Selo"... Qual!

Tudo isso muito nos instrue sobre o ambiente, as coisas e os homens do tempo em que Jomini viveu. A obra de Xavier de Courville não sendo propriamente biografica, pois se confina, deliberadamente, naquilo que constituiu a atuação do tatico genial nos Estados Maiores

de Napoleão e depois do Czar, nem assim deixou de recorrer a todos os elementos que podiam ajudar a compreender e julgar essa atuação.

Para aferir o valor intelectual de Jomini fazia-se mister remontar à sua origem, acompanhar passo a passo a sua evolução. Para julgar o seu caráter, por vezes tão discutido, era preciso surpreendê-lo junto a Ney, Napoleão e os dois Czares a quem serviu, tornava-se necessário desfiar a trama de intrigas e invejas que o cercou em todas as situações, ainda aquelas a que se deu com a plena força da sua prodigiosa inteligência e do seu imenso coração. São esses aspectos do excelente livro que a B. M. vem de oferecer-nos que apreciaremos na próxima vez.

LIVROS RECEBIDOS

O Japão por dentro — Cel. Lima Figueiredo — Editora Nacional
— 1944.

Formação da Sociedade Brasileira — Cap. Nelson Werneck Sodré
— Editora José Olímpio — 1944.
Psicologia — Recrutamento — Instrução — 1.º Ten. Otávio Alves
Velho — 1944.



Shell coopera no Progresso do Brasil

Na guerra ou na paz a SHELL tem desempenhado papel saliente no progresso desta grande Nação, procurando sempre cooperar com o governo e as indústrias em todos os problemas relacionados com os fornecimentos de produtos petrolíferos.

ANGLO-MEXICAN PETROLEUM CO LTD
PRACA 15 DE NOVEMBRO N° 10 • RIO.

REVISTAS EM REVISTA

Da "REVISTA MILITAR Y NAVAL" do Uruguai, n.º de fevereiro a julho de 1944 — A CARREIRA MILITAR, pelo Cel. HECTOR MEDINA.

Trata-se de uma conferência pronunciada no "Ciclo de Orientação Vocacional", por iniciativa da direção do liceu "Elbio Fernandez", em Montevideu.

Preliminarmente, o Cel. Hector adverte que se referirá ao exército nacional, no sentido de um organismo de configuração fundamentalmente democrática, integrado por todos os setores da nação e, por conseguinte, legítimo depositário da confiança da pátria; um organismo que aproxima, nivela e amalgama todas as classes sociais, num intercambio de virtudes e mentalidades; em suma, um organismo sob cuja bandeira se adquire a convicção certa de pagar um real tributo à segurança da pátria. E logo atalha, com uma dose de sensatez que nunca devia faltar-nos: não desejo com estas palavras induzir a erro, vislumbrando-se através delas a pretensão de um monopólio absurdo, egoísta e fanático, de que pertença só ao exército o amor e o bem servir à pátria.

Há, em todo caso, acentua logo adiante, uma diferença sensível e característica no amor e no serviço à pátria dentro do exército, porque tudo quanto ali se faz é sem esperança de retribuição.

Essa renúncia deliberadamente aceita em nada afeta as qualidades superiores do espírito. O oficial mantém a sua liberdade de pensamento e seus credos sociais, políticos ou religiosos: apenas os domina, aprisionando-os em si próprio, sem outras exteriorizações que as permitidas pela lei, em salvaguarda dos inalienáveis direitos individuais. Não pode transmitir seus credos pessoais aos homens que comanda, nem expressá-los publicamente, pela imprensa ou pela tribuna, salvo o caso

em que eles se liguem à essencia mesma da consciência nacional.

A renuncia militar é desinteresse, resignação, devoção absoluta ao ideal sagrado da defesa nacional. Não anula de forma alguma a personalidade, antes a apura, sublimizando a virtude com a majestade do sacrifício.

Ainda nessa ordem de considerações diz o Cel. Medina: Sendo homem, o oficial não é, no dizer de Pascal, nem anjo nem besta; mas por ter corpo e alma, vem a ser a mistura harmoniosa de ambos. E como homem o oficial não escapa às grandezas e misérias humanas. Mas, por outro lado, como o sacrifício, o sofrimento físico, os riscos e o perigo são lugares comuns da profissão, o Estado lhe dá uma conformação profissional que o faz idoneo, e uma educação moral que o fortalece, permitindo-lhe nos transes mais amargos manter o imperio da alma sobre o corpo. E com isso lhes outorga certos privilégios legais, tais como a honra de cingir uma espada, levar sobre si símbolos nacionais, ter justiça privativa, estatuto regulador do acesso hierárquico, praticar gratuitamente todos os esportes, fazer viagem ao estrangeiro em representações nacionais, gozar de assistência médica extensiva à família, receber honras postumas, e na guerra a honra de ocupar o primeiro posto na glória e no sacrifício pela pátria.

Toda carreira, para ser nobre, deve ter um ideal: esse ideal é a causa pela qual se estuda, trabalha e até morre. A causa do exército se confunde com a sua própria missão. A missão está na lei.

Criado o exército, que é o instrumento da força, é preciso evitar que essa necessidade nacional se converta na máquina que mata o inventor. Para isso se lhe dá uma moral e disciplina.

O educador militar se especializa com o fim de tornar cada cidadão um homem apto para a defesa nacional. Assim, pois, a primeira função de um oficial é ser mestre de seus subordinados, educador na paz e condutor na guerra. A ação educativa se dirige ao físico para dar-lhe resistência, ao cérebro para dar-lhe instrução, ao coração para virilizá-lo. Dessa forma a tarefa

essencial do oficial é fundamentalmente humana, e como tal baseada em um profundo conhecimento do homem.

A educação física fortalece o corpo, forma o caráter, desenvolve a noção de higiene, e por emulação intensifica o sentimento da dignidade. Ademais, quando coletiva, reforça a disciplina, cria solidariedade, golpe de vista, arrojo, perseverança, vontade e domínio de si mesmo. E como grande parte do êxito na atividade pedagógica se funda no prestígio e no exemplo do mestre, aparece aqui uma primeira visão do que deve ser o oficial: forte, agil, valente, tenaz, sereno, digno. Ante sua tropa deve apresentar-se sempre como o mais senhor dos próprios músculos, e o mais capaz de triunfar. Seus homens devem olhá-lo sem temor, mas com confiança e admiração.

A educação moral do oficial, destinada a provê-lo da energia necessária para vencer todas as correntes emocionais, dirige-se primeiramente ao domínio da vontade, que com o sentimento do dever cria a noção do sacrifício.

A vontade tende logicamente a vencer fraquezas, melhorando a psique para sobrepor-se às debilidades orgânicas. Sua fonte está no ideal da pátria, identificado com a missão do exercito, por onde se chega a dominar o medo, suportar privações, desgraça e dor.

O amor próprio é também fator da vontade, enquanto não seja excessivo ou se transforme em vã orgulho. Sua melhor expressão é um claro sentido da dignidade humana, traduzido na honra. Seus freios são o domínio e o respeito de si mesmo, assim como a justa apreciação das virtudes ou desfechos dos de-mais.

Esse potencial interior, ou força moral, se completa com formas exteriores: boas maneiras, palavra fina mas não isenta de firmeza, atitude prestativa, apresentação correta e agradável.

Quanto à educação intelectual, interfere com a física e a moral, na formação do oficial, mas isoladamente nunca foi um fator essencial de mando. E mesmo quando prima sobre a educação física e moral não dá a autoridade integral de que o oficial necessita. E indubitável que o saber guia a ação e se su-

bordina ao caráter. "Não se tem vontade porque se sabe; em compensação se sabe porque sem vontade." O saber permite melhorar sempre os meios de atuar.

O oficial deve saber para si e para os demais. Seus subordinados são seres conscientes, aos quais instrue, educa e comanda. O quartel lhe dá, na estruturação do soldado cidadão, amplo campo de aplicação. Mas se suas inquietudes o impulsionam às especulações intelectuais, os horizontes se dilatam. Pode ser um técnico, um tático, pode especializar-se, pode escrever, inventar, criar. Todas as ciências estão a serviço da defesa nacional. Portanto, o aperfeiçoamento do oficial não termina nunca, a não ser quando se encerra a sua própria atividade militar.

Quem manda, busca desde logo ser obedecido. Para isso em primeiro lugar, é necessário saber mandar. Ora, a lei dá ao oficial o direito de mandar, mas a superioridade física, moral e intelectual é que lhe confere a faculdade de fazê-lo bem. A disciplina regula o exercício do mando; é a relação de detalhe entre o dever e o direito; particulariza as relações entre superiores e subalternos, humaniza o comando, dignifica a obediência e freia a arbitriadade.

Logicamente a disciplina militar é mais rígida que a comum, por quanto envolve a responsabilidade de preparar e conduzir o homem a morrer pela pátria. Mas, como sempre, vamos encontrar a cabeça da disciplina na superioridade física, moral e intelectual, que ligada ao exemplo induz o homem a obedecer espontaneamente, por admiração e convição.

Nos velhos exércitos feudais ou mercenários educava-se o homem para inculcar-lhe, como única virtude a disciplina, e o meio de obtê-lo era o terror. Os exércitos modernos, nacionais, integrados por todos os elementos da sociedade, são completamente diferente. Não se busca a indignidade de criar uma força maquinaria e cega, senão uma vibração coletiva, solidária, consciente.

Comandando, o oficial é pai, é mestre, juiz e guia de seus soldados, com tanto mais influência direta quanto sendo menor a sua graduação vive e pulsa mais perto dos seus homens. Assim, não esquecerá que a distribuição adequada de licenças,

premios e sanções; a vigilância de sua alimentação, vestuário e alojamento; a ordem energica quando é necessário, o conselho paternal e carinhoso; o interesse por sua saude e pelo bem estar da sua família; o sacrificio por um subordinado sem subversão da autoridade; o exercicio de faculdades sempre enquadradas nas formulas regulamentares, a equanimidade, a palavra persuasiva ou inflamada, o gesto digno e a vida sã, são coadjuvantes que, a curto prazo e sem nenhum esforço, conquistam o coração do soldado, qualquer que seja seu grau de cultura ou agilidade mental. A presença e participação do oficial nos lugares de maior trabalho, perigo ou emoção, eleva a disciplina e devoção espontânea dos homens a limites insuspeitados.

A disciplina serve tambem para limitar as possibilidades de excessos do superior, assinalando-lhe o grau da sua propria responsabilidade. Ao subalterno faz conhecer previamente as fronteiras da sua sujeição.

A disciplina assim compreendida, escreve o articulista, não mata a individualidade, pelo contrário, fomenta a iniciativa e a decisão, concomitante do valor ante a responsabilidade. E o oficial não é patrão nem amo; é, lisa e lhanamente, chefe, mestre, camarada e amigo.

Ao concluir o seu agudo e elevado estudo o Cel. Hector Medina ainda lança luz sobre um setor ligado ao seu tema, e que tanto se tem prestado a confusões perigosas. Referimo-nos aos termos "militarismo" e "militar". O articulista repele energica e fundamentalmente a aproximação dos dois. Explicada que "militarismo" é pura e simplesmente uma absurda doutrina que pretende o predominio dos militares sobre as demais classes da sociedade. E exemplifica: não são "militarista nem a Inglaterra, nem a França, nem Estados Unidos ou a Russia, não obstante terem brilhantes militares e poderosos exércitos; são "militaristas" a Alemanha, o Japão e a Italia fascista porque fizeram de suas forças armadas instrumentos de opressão interna e agressão externa.

Cada país, escreve ainda, tem o exército que quer ou o que merece. O exército é, sensivelmente, um ramo do povo, participa de sua propria composição, cultura e aspirações.

BOLETIM

Foi inaugurado no dia 5 de janeiro um "Curso de Emergência para a Formação da Reserva da Justiça Militar". Uma parte muito importante desse curso constou das aulas do Cel. G. B. Magalhães, subordinadas aos seguintes temas: A guerra total e a preparação da ação para guerra. — O surto da guerra moderna. — As forças armadas e a guerra moderna.

* * *

Do "Livro Branco" sobre o esforço de guerra do Reino Unido da Grã Bretanha:

"Até o mês de julho de 1944, a Grã Bretanha produziu: 722 navios de guerra de grande porte; 13.512 cañhões pesados e médios; 25.116 tanques e 102.609 aviões, dos quais 38.025 caças".

As perdas humanas até 3 de setembro de 1944 foram: das forças armadas da Inglaterra 176.081 mortos, sendo que as demais nações da comunidade e do Império tiveram até à mesma data 66.914 mortos. Não estão aí incluídos 29.629 homens da Marinha mercante mortos em torpedeamento, nem 57.298 civis que perderam a vida com os bombardeios aéreos.

* * *

Referindo-se à última edição de "Grandes Soldados do Brasil", de autoria do Cel. Lima Figueiredo, o Ministro Gen. Eurico Dutra, teve expressões de alta sutileza contestando a inclusão do seu nome na conspícua galeria:

"Entre tantos valores incluir-me foi falha só explicável na boa intenção que por certo a inspirou, fazendo que o autor aqui se transmudasse de historiador em amigo. Não excusando o erro do historiador, agradeço ao amigo a gentileza com que me quis brindar e felicito o autor pelo magnífico trabalho com que tanto enriqueceu a nossa literatura que o tem, por seguro, como um de seus melhores valores na atualidade".

* * *

A moto-mecanização, na Cavalaria, está absorvendo a fina flor dos seus oficiais superiores. Já antes tivéramos os coronéis Manuel de Azambuja Brilhante, Francisco Reifsneider e Ciro Riopardense de Rezende, os Tenentes-Coronéis Paiva Chaves, Teófilo Arruda, Descartes Cunha, Antero de Matos, Majs. Anaurelino dos Santos Vargas, e José Púlio Ribeiro, todos consagrados definitivamente a comando ou funções moto-mecanizadas. Agora mais três notáveis cavaleirianos que se des-

locam para a esfera do motor: o Cel. Artur Carnauba e os Tenentes-Coronéis Ladário Teles Pereira e Heitor Camicha.

* * *

Nas promoções do Natal foi promovido por merecimento o Cel. Lima Figueiredo. "Troupier" tanto quanto oficial de Estado Maior, homem de ação e intelectual do melhor quilate, desenvolve constantemente uma atividade que abrange os mais variados setores, sempre, porém, relacionados com a vida do Exército, que é a sua suprema preocupação. "A Defesa Nacional", particularmente, deve-lhe muito. Desde vários anos vem recebendo a sua esclarecida orientação técnica, graças à qual tem podido levar à massa dos nossos oficiais, informações idôneas sobre a atualidade militar, bem como a discussão das questões militares nacionais.

* * *

A propósito do tri-centenário da publicação da "Areopagitica", de Milton, Salvador Madariaga escreveu um estudo do qual extraímos o seguinte:

"Sou de opinião que três são as condições que deve ter todo bom defensor da Liberdade de pensamento: 1) — haver examinado os fundamentos do seu próprio pensamento para o que pede liberdade; 2) — estar disposto a conceder tanta liberdade ao pensamento alheio como a que pede para o próprio; 3) — vigiar pela pureza da sua atitude afim de que não se mescliem nela sem motivos indignos nem baixas paixões".

* * *

Estas as novidades bibliográficas:

"Formação da Sociedade Brasileira", pelo Cap. Nelson Werneck Sodré. O autor ao concluir o 1.^o ano da Escola de Estado Maior deu-nos esse novo estudo sociológico, incorporado à "Coleção Documentos Brasileiros", da Editora José Olímpio. Não podia ser mais expressivamente assinalada a promoção de ano do ilustre capitão de Artilharia alunp da E. E. M.. O estudo em apreço desenvolve-se dentro dos seguintes títulos: O alvorecer dos tempos modernos; Papel Histórico de Portugal; Proto-história do Brasil; Início do Povoamento; Guerra pelo monopólio; A conquista da terra; O destino do ouro; Preparação à autonomia; Fim do monopólio — a independência; Da anarquia à reação; Fim do império; A federação republicana".

"O Japão por dentro", pelo Cel. Lima Figueiredo, oportunamente movimentado volume em que são postos à descoberto os bastidores da vida japonesa.

"Psicologia — Recrutamento — Instrução", pelo 1.^o Ten. Otávio Alves Velho, jovem oficial já cheio de recomendações pela sua inteligência alerta e cultivada.

* * *

Na Escola de Moto-Mecanização, logo após cada data de promoção, os oficiais fazem de um dos seus almoços diários, no intervalo da ins-

trução, um almoço festivo, em que saudam os camaradas promovidos e oferecem-lhes as novas ombreiras.

Desta vez, a festa íntima da E. M. M. sem adquirir solenidade, revestiu-se de uma importância toda especial, porque entre os oficiais promovidos estava o seu próprio comandante, o Cel. Artur da Costa e Silva. Houve ainda outra nota de relevo — a presença do Ministro Viriato Vargas, esse proíbido mestre de coisas e de fé patriótica, porque, na verdade, quem quer que acompanhe de perto os naturais entusiasmos da vida brasileira, neste momento crucial da humanidade, já terá escutado as ressonâncias da sua palavra de doutrinador sereno e aparelhado.

Fez a saudação oficial do almoço o Cap. Umberto Peregrino, que assim se exprimiu referindo-se ao ambiente escolar:

"A nossa Escola adquiriu uma personalidade que deve orgulhar-nos. E' o que devêra ser toda Escola: uma casa franca, saudável, humana, e, sem embargo, ativa, inflexível nos seus propósitos. Todos aqui encontram atenção para as suas idéias, encontram oportunidade para as suas iniciativas, interesse para os seus problemas, desde, naturalmente, que não colidam com as orientações superiores a que estamos subordinados. E porque assim é a Escola de Moto-Mecanização tem podido superar tarefas, por vezes, superiores à sua capacidade material. E porque assim é, torna-se possível, num meio de semana, ao termo da primeira parte dos nossos trabalhos diários, reunirmo-nos jovialmente para festejar a promoção de alguns camaradas".

Noutro trecho da sua oração o Cap. Umberto Peregrino focalizou o desempenho do Cel. Costa Silva como comandante da E. M. M.:

"Na sua estirada atuação à frente desta Escola — disse o orador — setor difícil e espinhoso, porque as missões sobre estarem quase sempre em descompasso com os recursos disponíveis, eram invariavelmente missões urgentes e essenciais ao esforço militar do Brasil, na presente guerra, o Cel. Costa e Silva exibiu qualidades que o colocam em posição destacada no quadro dos nossos oficiais superiores".

"Vi-o muitas vezes debruçado sobre a mesa de trabalho repassando as notas das matérias do Curso, que os instrutores lhe submetem, ou organizando programas cada vez mais delicados, ante as imposições conditórias dos assuntos novos e do tempo exiguo".

"Vi-o em todas as oportunidades indicadas pedir sugestões aos seus auxiliares, para aceitá-las ou não, sempre, porém, discutindo-as ampla e livremente".

"Vi-o permanentemente interessado no aperfeiçoamento pedagógico desta Escola, ora preocupado em melhorar os nossos métodos de ensino, ou tornar mais racional o nosso sistema de trabalho, ora proporcionando aos instrutores novos e modernos meios, do que é exemplo mais recente o gabinete de eletricidade, que acaba de ser organizado pelo Ten. Cruz".

"Vi-o conduzir sempre o seu quadro de instrutores de uma forma extraordinariamente inteligente, criando-lhes as melhores condições de trabalho. O instrutor sob a direção do Cel. Costa e Silva não será nunca um transmitidor de lições feitas. Há de ser, em vez disso mediocre, um estudioso, um pesquisador, constantemente empenhado em aperfeiçoar o seu curso, porque o Comandante dá-lhe tempo, autonomia e ainda o instiga com as suas frequentes interferências renovadoras".

"Vi-o incansavelmente solicitó e compreensivo face às necessidades de ordem particular dos seus comandados, atendendo a todos dentro do justo e às vezes além do que outros considerariam razoável".

"Vi-o em repetidas ocasiões varar pela noite estudando com os oficiais-alunos um tema tático e emendar pela madrugada a executá-lo no terreno".

"E vi-o no terreno, muitas e muitas vezes, ao volante de um "jeep", controlando tudo e tudo orientando, num ritmo de trabalho físico verdadeiramente assombroso. Não é qualquer um, posso garantir com experiência pessoal, que se sentirá confortavelmente como convidado do Cel. Costa e Silva num "jeep", em dia de exercício da Escola, no Gericinó. Será preciso ter o mesmo arrojo esportivo, a mesma coragem física, a mesma confiança no material, nos reflexos e no punho, coisas que só um sólido espírito moto-mecanizado pode dar".

Por fim o orador fixou a especial importância da ascenção do Comandante da E. M. M. ao posto de coronel:

"A nossa moto-mecanização, nessa fase paradoxal de grande desenvolvimento e de grandes dificuldades, precisa do impulso de chefes valerosos, e que além de conhecereem os seus problemas sejam também apaixonados por ela. O Cel. Costa e Silva é um desses, e já agora está desempedido o caminho que o fará um dos primeiros generais autênticos da moto-mecanização brasileira".

O Cap. Umberto Peregrino, concluiu a sua oração com as seguintes palavras:

"Cristalizando, finalmente, todas as sensíveis emoções desse instante de fraternal camaradagem, convido os presentes, a erguerem as suas taças pela grandeza do Brasil, com o pensamento nos companheiros da Força Expedicionária, que regem o chão da Itália com o seu sangue generoso, em busca de um mundo mais justo".

COMPANHIA SIDERURGICA BELGO-MINEIRA

AV. NILO PEÇANHA, 26

RIO DE JANEIRO



Invejável a situação econômico - finan- ceira de S. Paulo

**Resgatados mais de 300 mi-
lhões de cruzeiros - As dire-
trizes do governo conseguiram
neutralizar consequências sérias
causadas pelo estado de guerra**



Interventor Fernando Costa

Nesses três anos de governo à frente de S. Paulo, um dos pen-
tos capitais do programa administrativo do Interventor Fernando
Costa tem sido trazer as finanças do Estado em boa ordem.

Realizando empreendimentos notáveis, dando particular atenção
à solução dos mais diversos problemas, construindo e avançando, fa-
zendo-se autor de uma obra administrativa digna de louvores irres-
critos, o sr. Fernando Costa o faz contudo dentro de um equilíbrio

financeiro imperturbável. Desse modo, desde sua investidura no importante posto, pôde o abalizado homem de governo realizar o quase milagre de fugir aos déficits, muito embora seja, sem que nisso vá qualquer força de expressão, o governante que mais há realizado nesses últimos anos em prol do progresso e da solução de problemas de São Paulo.

Assim, não fugindo de maneira alguma às diretrizes que se traçou, desde o dia em que o preclaro Presidente Vargas lhe confiou o governo de seu Estado, o Interventor Fernando Costa pôde vencer o ano de 1944 que passou dentro do mesmo prisma correto, ou seja mantendo as finanças estaduais em situação promissora, sem embargo da situação criada com o estado de guerra.

SITUAÇÃO FINANCEIRA ABSOLUTAMENTE SATISFATÓRIA

Perseverando na prudente política que se traçou com o objetivo de sanear as finanças do Estado, não só fomentando a produção de modo a obter maiores receitas, como comprimindo as despesas, pode o Governo anunciar que a situação financeira do Estado é satisfatória, sendo de prever que o exercício financeiro se encerre com equilíbrio entre a receita e a despesa.

Releva notar, entretanto, que esse resultado foi conseguido sem sacrifício das legítimas necessidades de vários setores da administração ou da pontualidade no pagamento dos compromissos do Tesouro. Foram, efetivamente, custeadas vultosas obras públicas e o pagamento dos débitos do Tesouro tem sido feitos muitas vezes antecipadamente, o que permitiu a obtenção de descontos. Além disso, pôde ser atendido prontamente, com os recursos ordinários, o aumento de vencimentos concedidos ao funcionalismo público.

RESGATE DE MAIS DE 300 MILHÕES DE CRUZEIROS

A boa situação financeira do Estado permitiu-lhe reduzir a taxa de juros de sua dívida flutuante, que em alguns casos atingia a 3%.

para 6,5%. Permitiu-lhe ainda o resgate de mais de trezentos milhões de cruzeiros a saber:

Promissórias, Cr\$ 229.912.864,50; Bonus, Cr\$ 39.629.500,00; Obrigações Mairink-Santos e 7.^a série, Cr\$ 40.796.600,00. Total, Cr\$ 310.338.964,50.

No que concerne à administração financeira, um dos problemas de maior importância é o que respeita à movimentação de fundos do Tesouro, isto é, a arrecadação da receita e os pagamentos da despesa e método o Estado.

EVITANDO A DISPERSÃO DO NUMERÁRIO ARRECADADO

Para evitar a natural dispersão de numerário arrecadado pelas exatórias causa frequente de dificuldades no processamento da despesa embora satisfatória, em conjunto, a situação financeira — firmou o Governo na Pasta da Fazenda, um convênio com o Banco do Estado em julho de 1943, no sentido de ser diariamente recolhido, pelas exatórias áquele Banco, o produto da arrecadação da receita, obrigando-se o mesmo estabelecimento de crédito a cumprir, independentemente de comissão, as ordens de pagamento que forem emitidas pela Secretaria.

Esse convênio vem sendo rigorosamente cumprido com os excelentes resultados que dele eram esperados.

Em virtude do Convênio o Tesouro confere juros sobre as importâncias depositadas e, graças à concentração de numerários, já pode obter descontos pela antecipação do pagamento de suas contas.

MEDIDAS DE CARATER ECONÔMICO-FINANCEIRO

Alem das providências legislativas ordinárias relacionadas com a administração econômico-financeiro do Estado, várias outras foram decretadas pelo sr. Fernando Costa, no exercício de 1944, na Pasta da Fazenda. Entre elas devem ser citadas as que se consubstanciam nos decretos leis números 14.014, 14.339 e 14.401, respectivamente, de 30 de maio e de 5 e 26 de dezembro.

Pelo primeiro desses diplomas transferiram-se para a Diretoria dos Serviços Mecânicos do Departamento da Receita os serviços rela-

cionados com o fornecimento, na Capital do Estado, de certidões negativas de débitos fiscais, atribuído anteriormente à Procuradoria Fiscal do Estado. Dessa transferência resulta a centralização do serviço em apreço no Departamento da Receita, evitando o contato do contribuinte com várias repartições da Secretaria e abreviando, assim, a obtenção de certidões que, como é sabido, envolvem respeitáveis interesses.

AS ENTIDADES AUTARQUICAS

O decreto-lei n.º 14.339, de 5 de dezembro findo, dispôs sobre a tutela econômica financeira das entidades autárquicas vinculadas à administração estadual.

A subordinação, em grau mais ou menos acentuado, das entidades que desenvolvem função de delegados do poder público ao aparelhamento administrativo, do qual constituem desmembramentos, é um dos traços característicos das autarquias.

A tutela assim exercida pelo Estado assume, porém, na prática, duplo aspecto, tendo-se em vista as atividades específicas, de ordem político-social, que constituem o fim precípua das autarquias, ou as atividades paralelas, da natureza estritamente econômico-financeira.

Organismos relativamente recentes no quadro da administração estadual, não obedeceram as autarquias existentes, quando de sua instituição.

ADMINISTRAÇÃO DAS CAIXAS ECONÔMICAS

Pelo decreto-lei n.º 14.401, de 26 de dezembro findo, reorganizou-se a administração das Caixas Econômicas do Estado transformando, entre outras medidas, a atual diretoria das Caixas Econômicas em Departamento.

Essa reorganização coroa uma série de medidas ultimamente postas em prática no sentido de facilitar quanto possível a administração das Caixas Econômicas, cujo desenvolvimento, nestes últimos anos, ultrapassou as expectativas mais otimistas.

De tal ordem tem sido esse desenvolvimento que a organização destinada a exercer a supervisão, a administração geral dos serviços dessas entidades e o necessário controle de suas operações — a Diretoria acima referida — já se mostrava insuficiente pela precariedade de

seu aparelhamento, para dar exato cumprimento às suas importantes atribuições normais previamente determinadas que visassem o ordenamento de seus sistemas orçamentários, de sua contabilidade e prestação de contas e estabelecessem de maneira precisa e uniforme a fiscalização a ser exercida pela Secretaria da Fazenda.

O decreto-lei n.º 14.339 em referência veio normalizar a matéria.

FRUTOS MAGNÍFICOS

Graças à sabedoria da política financeira do Interventor Fernando Costa, o Estado pôde, em 1944, construir inúmeros edifícios públicos, dando início a outros, inclusive aquele onde funcionará a Secretaria da Fazenda. Igualmente foram construídos prédios próprios para o funcionamento de agências da Caixa Econômica, aparelhando-as plenamente afim de que tais entidades fiquem em condições de servir bem ao grande público.

INSTALAÇÃO DE CAIXAS ECONÔMICAS NO INTERIOR

Dessas Caixas já se acham instaladas em prédios próprios a de Santos e Jundiaí; a de Piracicaba, Tietê e São João da Boa Vista, terão seus prédios inaugurados em breve; a de Campinas, Ribeirão Preto, Amparo, Franca, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Rio Claro, São José Rio Pardo, Tapira e Botucatú tem, em elaboração os projetos de construção; têm construção inicial a de Bragança, Jaboticabal e Pinhal; possuem autorização para adquirir terreno a de Bariri, Bauru, Jaú, São Carlos e Araras; têm em andamento processos de autorização para aquisição de terrenos os de Araraquara, Capivari, Itatiba, Itú, Limeira, Pirassununga, Santo Amaro, Santo André, Sorocaba, Taquaritinga, Taubaté, Tatui e Catanduvas; iniciaram estudos para aquisição de terreno os de Araçatuba, Guaratinguetá, Atibaia, Avaré, Bedouro, Itapetininga, Jacareí, Leme, Marília, Rio Preto, São Roque, Santa Cruz do Rio Pardo, Ribeiro Bonito e Santo Amaro.

OUTRAS REALIZAÇÕES

1944 foi, portanto, um ano de realizações as mais importantes a recomendarem a capacidade de administrador, tantas vezes afirmada, do sr. Fernando Costa. Em todas as Secretarias de Estado, sob a orientação do ilustre homem público, concretizaram-se iniciativas uteis à vida e progresso de São Paulo. Trabalhou-se, enfim, pela grandesa da terra de Piratininga e, consequentemente, pela potencialidade do Brasil. E tudo isso sem o fantasma dos "deficits".

A DEFESA NACIONAL

Matéria para o número de 10 de Fevereiro de 1945

- 1.^º — EDITORIAL.
- 2.^º — CARTAS DE GUERRA — Cel. Lima Figueiredo.
- 3.^º — OS PRINCÍPIOS DA PERSEGUIÇÃO — Trad. Cel. Paulo Mac Cord.
- 4.^º — NOVAS I. D. F. — Major Waldemar Mena Barreto.
- 5.^º — NOTAS E TRADUÇÕES SOBRE O BATALHÃO BLINDADO DE MANUTENÇÃO — Cap. Waldyr da Costa Godolphim.
- 6.^º — AS NOVAS FORMAS DA DEFESA — Major Temistocles Azevedo.
- 7.^º — O IMPORTANTE PAPEL DA CAVALARIA SovIETICA — Major Paulo Enéas F. da Silva.
- 8.^º — INSTRUÇÃO NOTURNA — Cap. Rui Alencar Nogueira.
- 9.^º — SUGESTÕES PARA O TRABALHO DIRIGIDO — Major Emanuel Moraes.
- 10.^º — O BATALHÃO EM CONSTRUÇÃO COMO UNIDADE DE INSTRUÇÃO — 1.^º Ten. Lidenor de Melo Mota.
- 11.^º — LIVROS DO EXÉRCITO.
- 12.^º — REVISTAS EM REVISTA.
- 13.^º — NOTICIARIO E LEGISLAÇÃO.

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra publicados no «Diário Oficial» de 20 de Novembro a 20 de Dezembro de 1944

ALUNOS DO C. P. O. R. e NÚCLEOS DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA — (Matrícula).

— Os alunos dos C. P. O. R. e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva, quando tiverem suas matrículas trancadas, por ordem do Ministro da Guerra, poderão ser rematrículados desde que satisfagam os requisitos de saúde, no ano letivo seguinte.
(Aviso n.º 3.692 de 6. — D.O. de 8-12-944).

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter).

— O Centro de Recompletamento de Pessoal da F.E.B. passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.
(Aviso n.º 3.815 de 14. — D.O. de 16-12-944).

CLASSIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTO — (Solução de consulta).

— I — Consulta o Comandante do 34.º B. C., a propósito de classificação de comportamento, sobre se a classificação "insuficiente" do Regulamento Disciplinar em vigor corresponde à classificação "regular" do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 2.429, de 4 de março de 1938.
II — Em solução, declaro que há equivalência entre as referidas classificações de comportamento.
(Aviso n.º 3.745 de 8. — D.O. de 11-12-944).

COMANDO DE GRUPOS DE REGIÕES MILITARES — (Instruções).

O Diário Oficial n.º 270 de 21-12-1944 (página n.º 19701) publica a Portaria n.º 7.460 de 18-12-1944, do Ministério da Guerra que aprova as instruções provisórias para o exercício do Comando de Grupo de Regiões Militares.

COMANDO DE GUARDAS E CONTINGENTES — (Arregimentação).

— Sómente se computa como arregimentado o tempo passado pelos Capitães e 1.ºs Tenentes no comando de Guardas e Contingentes previstos no art. 12, alínea d, da Lei de Promoções, quando estes preencherem os seguintes requisitos:
a) organização análoga à da companhia ou a do pelotão e não sómente efetivo;

Edições da A Defesa Nacional

Contribuição para a História da Guerra	
entre Brasil Buenos Aires — Gen.	
Bertoldo Klinger	13,00
Estratégio do Terror — Trad. Cel. J. B.	
Magalhães	15,00
Formulário Processual — Ten. Cel. Niso	
de Viana Montezuma	16,00

b) instrução e administração, asseguradas por aqueles oficiais, nos melhores de um corpo de tropa.

Outrossim é necessário que haja nomeação para aquêle comando e não sómente o desempenho por fôrça do cargo que exercem (ajudante de ordens, adjunto, secretário, etc.).

(Aviso n.º 3.725 de 8. — D.O. de 11-12-944).

CURSOS REGIONAIS DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS — (Matrícula).

O Diário Oficial n.º 287 de 11-12-944 (página n.º 20.757) publica o Aviso n.º 7.515 do Ministro de Estado da Guerra, que resolve aprovar as instruções para a matrícula nos cursos Regionais de aperfeiçoamento de Sargentos, que deverão vigorar para o ano de Instrução de 1944-1945.

CURSO DE MOTORISTAS — (Extinção).

— Fica extinto o Curso de Motoristas anexo ao Serviço Central de Transportes do Exército.

As Regiões Militares estão autorizadas a organizar Cursos de Formação de Motoristas (C. R. F. M.), para as categorias B e C, nas unidades motorizadas ou moto-mecanizadas com sede em seu território.

Na organização desses cursos devem ser observadas as diretrizes da Diretoria de Moto-Mecanização constantes do "Regimento do Motorista Militar", "Instrução para a formação de motoristas e motociclistas", "Instruções provisórias para a inspeção de viaturas automóveis e para a manutenção orgânica", "Teste de aptidão para motoristas" e "Programa de 120 horas".

(Aviso n.º 3.534 de 18. — D.O. de 21-12-944).

DIRETORES DE REVISTAS E JORNais — (RECOMENDAÇÕES).

— Vezes várias tem chegado ao conhecimento dêste Ministério que indivíduos inescrupulosos e conhecidos infratores das leis penais iludem a boa fé de oficiais do Exército, alguns de elevada patente, incluindo seus nomes como diretores de revistas e de jornais, a fim de se servirem do prestígio da classe para obtenção de publicidade remunerada e de transações outras, nem sempre das mais limpas, relacionadas com as referidas publicações.

A fim de evitar a reprodução de tão lamentáveis fatos, que redundam no mesmo tempo em desprestígio da classe e dos próprios oficiais que a tal se prestam, dou por muito recomendado que, salvo no caso das revistas consideradas de interesse militar e por isso auxiliadas pelo Ministério da Guerra, os oficiais da ativa, da reserva ou reformados só poderão aceitar cargos de redação ou direção de tais órgãos e fazer constar neles expressamente sua condição de oficial do Exército, após obterm prévia licença do Ministro, que se encarregará de mandar colher no Departamento de Imprensa e Propaganda e na Polícia Civil as necessárias informações sobre a idoneidade do órgão de publicidade em causa e dos elementos civis que o dirigem.

Em qualquer desses casos, fica, entretanto, vedado aos oficiais o exercício de funções relacionadas com a parte comercial, assim como angariar assinaturas e publicidade remunerada.

(Aviso n.º 3.705 de 6. — D.O. de 8-12-944).

Edições da A Defesa Nacional

Memento do Artilheiro — Cap. Amir	
oBrges Fortes	11,00
Morteiro — Cap. Gutemberg Ayres de	
Miranda	11,00
Noções de Topografia em Campanha —	
Gen. Paes de Andrade	13,00

EMPREGADOS DOS ESTABELECIMENTOS FABRIS — (Solução de consulta)

— I — Consulta o Chefe da 1.^a C. R. sobre se devem ou não ser incluídos no Exército os empregados dos estabelecimentos fabris considerados de interesse militar, processados como desertores na conformidade do Decreto-lei n.^o 5.412, de 16 de abril de 1943 quando condenados.

II — Em solução, declaro que os civis condenados como desertores na conformidade do Decreto-lei referido, devem ser recolhidos às Penitenciárias Cívicas, cumprindo aos comandantes de Região interessados promover os necessários entendimentos com as autoridades competentes.

(Aviso n.^o 3.622 de 29-11-944 — D. O. de 1-12-944).

ENFERMEIRAS DA RESERVA DO EXERCITO — (Convocação)

— As enfermeiras do Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército só podem ser convocadas com destino à Força Expedicionária Brasileira, não sendo permitido o aproveitamento das mesmas em qualquer outra situação. (Aviso n.^o 3.537 de 20. — D.O. de 2212-944).

ENSINO COMERCIAL — (Solução de consulta)

— O Comandante da 2.^a Região Militar, em Ofício datado de 6 de junho do corrente ano, consulta se é extensiva aos estabelecimentos de ensino comercial a obrigatoriedade da instrução pré-militar.

Em solução, declaro que, em face do que dispõe o artigo 13, § 1.^o, do Decreto-lei n.^o 6.141 de 28 de dezembro de 1943, não há dúvida quanto à obrigatoriedade dessa instrução.

Em consequência:

- é obrigatória a Instrução pré-militar nos estabelecimentos de ensino comercial, aos alunos dos cursos de formação, até a idade de 16 anos;
- deverá a 2.^a Região Militar providenciar para que no próximo ano letivo seja convenientemente ministrada essa instrução.

(Aviso n.^o 3.856 de 16. — D. O. de 19-12-944).

ESCOLA DE TRANSMISSÃO — (Funcionamento)

— Deverá funcionar na Escola de Transmissão um novo curso para Oficiais da ativa de todas as armas, com a duração de 13 semanas.

O inicio do curso será a 15 de dezembro próximo, com um efetivo de quinze alunos, todos oficiais com o posto de tenente, sendo:

4 da Arma de Infantaria. 2 da Arma de Cavalaria. 4 da Arma de Artilharia. 5 da Arma de Engenharia. As matrículas serão efetuadas de acordo com o Regulamento daquela Escola.

(Aviso n.^o 3.617 de 29-11-944 — D.O. de 1-12-944).

ESCOLA TÉCNICA DE AVIAÇÃO — (Matrícula)

O Diário Oficial n. 279 de 1-12-944 (página n.^o 20.292) publica o aviso n.^o 3.615, do Ministro da Guerra, dando as instruções para a matrícula de praças do Exército na Escola Técnica de Aviação.

ESCOLA DE TRANSMISSÕES DO EXÉRCITO — (Permissão)

— Tendo em vista a falta de candidatos, com a graduação de cabo para matrícula no Curso C da Escola de Transmissões do Exército, cujo funcionamento se acha autorizado em Aviso n.^o 3.300 de 23 de outubro de 1944,

Edições da A Defesa Nacional

O Tiro de Grupo nas I. Rápidas — Cap.

Breno Borges Fortes 6,00

O Serviço de Informações e de Transmis-
sões em Campanha — Cap. Geraldo
de Menezes Cortes

11,00

Os Pombos Correios e a Defesa Nacional
— Dr. Freitas Lima

6,00

e considerando que o Aviso n.º 3.475, de 9 de novembro de 1944, mudou para 3.º Sargento o posto de ingresso inicial no Quadro Rádio do Exército, permito:

- 1) — A matrícula de todos os cabos auxiliares especialistas que ainda não se acham habilitados com o Curso C, bem assim o ingresso de acordo com o disposto no Aviso n.º 2.175, de 21 de agosto de 1942.
 - 2) — A matrícula de 3.º Sargento até completar o número de 120 alunos, com que deverá funcionar inicialmente o Curso em aprêço. Para essa matrícula os referidos Sargentos deverão satisfazer as seguintes condições:
 - ter, no máximo 28 anos de idade;
 - operar na cadência de vinte palavras de cinco letras por minuto;
 - estar em boas condições de saúde e vigor físico, comprovadas em inspeção por junta médica militar;
 - não possuir curso de outra especialidade;
 - estar classificado com boa conduta militar.
 - 3) — Entre os 3.º Sargentos que satisfizerem às condições enumeradas no item anterior, deverão ter preferência à matrícula os possuidores dos cursos B ou B-1 da Escola de Transmissões ou de C. I. T. R. e os que já estiverem operando com aproveitamento na Ráde Rádio do Exército.
 - 4) — Os candidatos com a graduação de 3.º Sargento deverão se renderados pelas Regiões Militares à Diretoria de Ensino do Exército, com os esclarecimentos constantes do item anterior e requisitados por intermédio da Diretoria das Armas.
 - 5) — O curso deverá iniciar-se em 15 de janeiro próximo vindouro, durante a instrução vinte e uma semanas, com funcionamento intensivo.
- (Aviso n.º 3.855 de 16. — D. O. de 19-12-944).

FORMAÇÃO DE 3.º SARGENTOS — (Autorização).

— O Comandante da 1.ª Companhia Especial de Manutenção é autorizado, em caráter provisório, a formar 3.º Sargentos para preenchimento de claros da unidade, em cooperação com a E. M. M., C. I. E., A. G. e F.M.T. (Aviso n.º 3.768 de 11. — D.O. de 13-12-944).

GERENAIIS E SUPERIORES DA AERONÁUTICA DO EXERCITO E DA MARINHA. — (Movimentação).

A movimentação de oficiais generais e superiores da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, implicando em transferência, classificação ou exercício de funções de comando, direção e chefia, será feita por Decreto. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições me contrário.

(Decreto-lei n.º 7.052 de 16-12-944. — D.O. de 22-12-944).

HOSPITAL MILITAR DE TEOFILÓ OTONI — (Extinção).

Fica extinto o Hospital Militar de Teófilo Ottoni, criado pelo Decreto-lei n.º 5.968, de 29 de outubro de 1943.

(Decreto-lei n.º 7.166 de 15. — D.O. de 18-12-944).

INSIGNIA DOS COMANDOS DE G. DE REGIÕES — (Adoção).

— Fica adotado o pavilhão-distintivo das extintas Inspetorias de Grupos de Regiões para insignia dos comandos de Grupos de Regiões Militares.

(Aviso n.º 3.804 de 13. — D.O. de 15-12-944).

Edições da A Defesa Nacional

Pequeno Manual do Serviço em Campanha na Cavalaria — Trad. Maj. José Benedito de Aquino	16,00
Regulamento para Instrução dos Quadros eda Tropa	3,00
Regulamento de Educação Física 1. ^a parte (N. ^o 7)	25,00

INSIGNIAS DO C. R. DO PESSOAL DA FORÇA EXPEDICIONARIA BRA-

SILEIRA — (Aprovação).

— Aprovo as insígnias do Centro de Recompletamento de Pessoal da Fôrça Expedicionária Brasileira.
(Aviso n.º 3.850 de 15. — D.O. de 18-12-944).

JUSTIÇA JUNTA AS FORÇAS EXPEDICIONÁRIAS — (Funcionamento).

O Presidente da Repùblica, considerando que as condições especiais que revestem atualmente as operações em que estão sendo empregadas as Fôrças Expedicionárias Brasileiras, não exigem o acompanhamento das tropas pelos tribunais de segunda instância e usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

O Conselho Supremo de Justiça Militar, de que trata o Decreto-lei n.º 6.396 de 1 de abril de 1944, passa a ter sua sede na Capital da Repùblica ou onde for designado pelo Governo.

Os artigos 8.º e 9.º do Decreto-lei n.º 6.396 citado passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8.º — Ao Auditor compete:

I — presidir a instrução criminal dos processos em que forem réus praças, civis, ou oficiais até o posto de coronel, inclusive.

II — julgar os praças e os civis.

Art. 9.º — Ao Conselho de Justiça compete:

— o julgamento dos oficiais até o posto de coronel, inclusive.

II — decidir sobre o arquivamento dos autos do inquérito, se o fato estiver justificado, ou sobre a instauração do processo, na hipótese contrária, nos casos de violência praticada contra inferior para compelí-lo ao cumprimento do dever legal, ou em repulsa a agressão".

O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogada todas as disposições que, implícita ou explicitamente, colidirem com o que determina.

Decreto-Lei n.º 7.057 de 20-12-944. — D.O. de 22-12-944.

MATRÍCULA DO CURSO "D" DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DE DEFESA ANTI-AÉREA — (Realização).

— As provas de seleção para os candidatos à matrícula no Curso "D" do Centro de Instrução de Defesa Anti-Aérea, de que trata a Portaria n.º 7.177, de 14 de novembro de 1944, deverão ser realizadas nos dias 4 e 5 de janeiro de 1945.

(Avisos n.º 3.660 de 1 — D.O. de 4-12-944).

MONITORES — (Acrescimos).

— Fica acrescido de dez o número de monitores fixado pelo Aviso n.º 2.539, de 23 de outubro de 1943, para a Escola de Transmissões do Exército.
(Aviso n.º 3.857 de 16. — D.O. de 19-12-944).

MONITOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA — (Declaração).

— Em face da falta de terceiros sargentos com o curso da especialização, declaro que a função de Monitor de Educação Física poderá ser exercida indistintamente, por 3.º ou 2.º sargento, na Escola Preparatória de Porto Alegre.

(Aviso n.º 3.661 de 1. — D.O. de 4-12-944).

Edições da A Defesa Nacional

Tática de Infantaria — Cel. X	3,00
áctica de Infantaria nos Pequenos Escalões	
— Ten. Cel. Alexandre José Gomes	
da Silva Chaves	16,00
Travessia de Cursos Dagua — Maj. José	
Horacio Garcia	6,50

OFICIAL QUE TIVER INGRESSADO NOS QUADROS DE ACESSO. — (Interstício).

O oficial que tiver ingressado nos quadros de acesso por efeito de dispensa ou redução de qualquer requisito, caso não seja promovido durante o prazo fixado de validade daquela dispensa ou redução, não será excluído do quadro de acesso, mas só poderá concorrer às promoções após satisfazer integralmente aos requisitos normais.

Os interstícios fixados no artigo 13 do Decreto-lei n.º 5.625, de 28 de junho de 1943 são computados da forma seguinte:

a) — Promoção a 1.º Tenente e Sapitão — em relação às datas de promoção.

b) — Promoção a oficial superior — em relação às datas fixadas no artigo 43 do Decreto-lei n.º 5.625, de 28 de junho de 1943.

Parágrafo único. — As reduções de interstício são computadas da mesma forma.

O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 7.096 de 29-11-944. — D.O. de 30-11-944).

OFICIAIS NÃO PARTICIPANTES AO Q. T. A. — (Proposta).

— I — As propostas de oficiais não pertencentes ao Q. T. A. para as Diretorias de Engenharia, Material Bélico, Transmissões e Moto-Mecanização, assim como para os Serviços Regionais correspondentes, serão sempre feitas pelos Diretores daquelas através da Diretoria das Armas.

II — No caso da proposta de um oficial do Q. T. A. para os diferentes Serviços Regionais e para as unidades de tropa, deve a mesma partir da Diretoria interessada por intermédio da Diretoria das Armas.*

III — Quando se tratar de oficiais do Q. T. A. duma Diretoria para servir em outra, a proposta partira da Diretoria interessada por intermédio da Diretoria que estiver inculado o oficial pela sua especialidade.

IV — Fica sem efeito o Aviso n.º 3.565, de 23 de novembro de 1944.
(Aviso n.º 3.636 de 29-11. — D.O. de 1-12-944).

OFICIAIS E PRAÇAS DA PRIMEIRA COMPANHIA RODOVIARIA INDEPENDENTE — (Diárias).

— Aos oficiais e praças da Primeira Companhia Rodoviária Independente devem ser abonadas as gratificações e diárias a que fazem jus as unidades e comissões militares encarregadas do serviço de construção de estradas e constantes da Portaria numero 528, de 23 de maio de 1944 (do Ministério da Viação e Obras Públicas).

(Aviso n.º 3.706 de 6. — D.O. de 8-12-944).

OFICIAIS TECNICOS — (Proposta).

— As propostas de oficiais — técnicos ou não para as Diretorias de Engenharia, Material Bélico, Transmissões e Moto-Mecanização, assim como para os Serviços Regionais correspondentes, serão sempre feitas pelos Diretores daquelas através da Diretoria das Armas.

(Aviso n.º 3.565 de 23. — D.O. de 25-12-944).

PRAÇAS CONDENADAS PELAS JUSTIÇAS MILITAR — (Solução de consulta).

— I — Consulta o Comandante da 3.^a Região Militar sobre como proceder com as praças condenadas pelas justiças militar ou comum, em face do Disciplinar do Exército, do art. 170 do Estatuto dos Militares e do art. 52 Aviso n.^o 1.149, de 15 de maio de 1942, dos arts. 51 e 52 do Regulamento do Código Penal Militar.

II — Em solução, declaro:

a) — que o novo Código Penal Militar, baixado com o Decreto-lei n.^o 6.227, de 24 de janeiro de 1944 revogou as disposições sobre exclusão de praças condenadas, que colidem com as nele contidas;

b) — que em face do disposto em os arts. alínea II, 43 e 52 do referido Código, somente a condenação à pena privativa da liberdade por tempo superior a dois anos acarreta a exclusão da praça, como pena acessória;

c) — que continuam em vigor as disposições dos arts. 51 e 52 do Regulamento Disciplinar do Exército, no que se refere a exclusão da praça condenada a qualquer tempo de prisão por crime da competência da justiça comum.

(Aviso n.^o 3.746 de 8. — D.O. de 11-12-944).

PROMOÇÃO — (interstício).

O interstício para as promoções decorrentes do Decreto-lei n.^o 7.040, de 10 de novembro de 1944, é o que estabelece o art. 13 do Decreto-lei n.^o 5.625, de 28 de julho de 1943 (Lei de Promoções).

O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.^o 7.095 de 29-11-944. — D. O. de 30-11-944).

REQUERIMENTOS E OUTROS PAPEIS — (Endereço).

— Os requerimentos e outros papéis cuja solução seja da alçada dos Comandantes, Diretores de Repartições e Chefes de Serviço não devem ser encaminhados nem restituídos a autoridades superiores.

(Aviso n.^o 3.536 de 20. — D.O. de 22-12-944).

SEÇÃO COMERCIAL — (Criação).

— Fica autorizada a Diretoria do Material Bélico a criar, quando julgar oportuno, nas fábricas e arsenais sob a sua dependência, a seção comercial de que trata o Decreto n.^o 19.706, de 14 de fevereiro de 1931, e instruções correspondentes, baixadas com a Portaria de 10 de junho do mesmo ano.

(Aviso n.^o 3.689 de 5. — D. O. de 8-12-944).

SOLDADOS DOS CONTINGENTES — (Autorização).

— No caso de impossibilidade de preenchimento dos claros de soldados dos contingentes pelas formas previstas na Nota n.^o 168 de 16 de março de 1944, no item II letra c do Aviso n.^o 1.312 de 23 de maio de 1944 e Aviso n.^o 2.950 de 20 de setembro de 1944, autorizo preencher tais claros com sorteados convocados (conscritos) desde que possuam as necessárias aptidões para os

serviços de que se incumbirão, excedam as necessidades dos corpos de tropa e possam receber instrução militar de conformidade com o disposto no Aviso n.º 09 de 14 de fevereiro de 1935, embora ministrada no próprio órgão em que sirvam.

(Aviso n.º 3.835 de 15 — 12 — 944).

UNIDADES MOTOMECHANIZADAS — (Ordem).

— Atendendo a que ainda se acham em fase de organização ou de transformação, passam a depender diretamente do Ministro da Guerra, por intermédio da Diretoria de Moto-Mecanização, as unidades motomecanizadas e de manutenção com sede nos territórios da 1.ª e 2.ª Regiões Militares.

(Aviso n.º 3.704 de 6. — D.O. de 8-12-944).

UNIFORME DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA — (Proibição).

— Sendo os uniformes da Força Expedicionária Brasileira destinados às operações de guerra, não devem ser usados pelos oficiais que, embora pertencentes aquela Força, exerçam sua atividade em território nacional. Esta proibição não se estende aos oficiais e praças pertencentes às unidades que aguardem embarque ou que aqui se encontrem a serviço.

(Aviso n.º 751 d 18. — D.O. de 21-12-944).

USO FACULTATIVO DE UNIFORME (Prazo).

— Fica dilatado, até 31 de dezembro de 1945, o prazo de permissão para o uso facultativo de calções de gabardine, cinza e verde-oliva, com bota, pelos oficiais, quando a pé, em atos ou solenidades de caráter não oficial.

(Aviso n.º 3.724 de 8. — D. O. de 11-12-944).

VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES DO EXÉRCITO. — (Fixação).

— I — De acordo com o § 2.º do art. 205 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército, modificado pelo Decreto-Lei nº 6.369 de 14 de setembro último, são fixadas para o próximo exercício de 1945 as gratificações mensais abaixo, a que terão direito os militares compreendidos no aludido artigo e seu § 1.º:

Generais, Cr\$ 500,00. Oficiais superiores Cr\$ 400,00. Capitães e Tenentes Cr\$ 350,00.

II — Para controle da dotação orçamentária própria a Diretoria de Recrutamento deverá remeter com urgência, à Comissão de Orçamento deste Ministério uma relação contendo postos, nomes e repartições em que servem oficiais e sargentos da inatividade em exercício de qualquer função neste Ministério e que recebam gratificações à conta da sub-consignação 12, n.º da verba 1 — Pessoal, do orçamento deste Ministério.

III — Nenhuma proposta de nomeação ou designação de pessoal inativo deverá ser encaminhada a despacho sem que a Diretoria de Recrutamento informe haver saldo disponível para pagamento das respectivas vantagens.

V — Este aviso substitui o de numero 3.454, de 7 de novembro de 1944. (Aviso n.º 3.707 de 6. — D.O. de 8-12-944).

Dispersão do Tiro — Ten. Cel. Arnaldo Morgado da Hora	12,00
Do Brasil à Itália — Gen. Newton Braga	8,00
Dicionário de Termos Militares (Inglês-Português) — H. Castro Jobim	25,00
Educação Física Militar — Cap. Gutemberg Ayres de Miranda ..	10,00
Educação sobre a Instrução Militar — Trad. Maj. José Horacio Garcia	13,00
Estudos sobre Granadas de Mão e Fuzil — Cap. Moacyr N. Assumpção	11,00
Educação Moral do Soldado — Cap. Frederico Trotta	10,00
Emprego Tático das Transmissões — Cel. Paulo Bolívar Teixeira ..	17,00
Exercício Combate Companhia — Maj. Alcibiades Tamoyo da Silva ..	18,00
(x) — Estratégio do Terror — Trad. Cel. J. B. Magalhães	15,00
Externo e Julgamento dos Equídeos — Walter Jardim	30,00
Escola de Fogo I e II parte — Maj. Rubens Monteiro de Castro ..	16,00
Escola de Fogo II parte — Maj. Rubens Monteiro de Castro	7,50
Escola de Fogo III parte — Maj. Rubens Monteiro de Castro	7,50
Escola de Fogo IV parte — Maj. Rubens Monteiro de Castro	7,50
Euclides da Cunha — Cap. Umberto Peregrino	4,00
Fichário para I. de Educação Física — Cap. Jair Jordão Ramos	16,00
Formulário do Contador — Cap. José Salles	5,00
(x) — Formulário Processual — Ten. Cel. Nise de Viana Montezuma ..	16,00
Fenômeno Militar Russo — Cel. J. B. Magalhães	30,00
Fenômeno Militar Russo — desconto de 10 % aos Assinantes da Revista "A Defesa Nacional"	27,00
Guia para o Cmt. de Plt. de Fuzileiros 1. ^a parte — Maj. Tamoyo	16,00
Guia para o mt. de Plt. de Fuzileiros, 2. ^a parte — Maj. Tamoyo	13,00
(x) — Guerra de Secesão Separata n. ^o 53 — Ten. Cel. Arthur Carnauba	5,00
Guia para a Instrução Militar — Maj. Ruy Santiago	21,00
História do Duque de Caxias (Ilustrada) — Cap. Frederico Trotta	5,00
História Militar do Brasil — Gustavo Barroso	13,00
Indicador Alfabetico — Odon Antonio da Cunha Braga	4,00
Indicador Paranhos 1935 — Eurico Paranhos	13,00
Indicador Paranhos 1936 — Eurico Paranhos	6,00
Invasão e Tomada das Ilhas Bálticas — Trad. José J. da Silva	5,00
Impressão de Estágio no Exército Francês — J. B. Magalhães	5,00
(x) — Instrução na Cavalaria Separata n. ^o 54 — Maj. José H. Garcia ..	5,00
Instrução de Obs. nos Corpos de Tropas — Ten. Cel. Armando Baptista Gonçalves	9,00
Instrução de Transmissões — Ten. Cel. Lima Figueiredo	11,00
Iniciação Tática — Cel. Inácio José Veríssimo	21,00
Introdução ao Estudo da Estratégia — Cel. Inácio J. Veríssimo	11,00
Inquerito Policial Militar — Amador Cygneiro	21,00
Índice do C. J. M. de 1933 — Cel. José Faustino da Silva Filho	3,00
(x) — Limites do Brasil — Ten. Cel. Lima Figueiredo	11,00
Lições D'Arrnas — Gen. Valerio Falcão	19,00
Manual de Orientação em Campanha — Cap. Antonio Pereira Lira	6,00
Manobras de Niac — Gen. Bertoldo Klinger	21,00
Manual da Socorrista de Guerra — Raul Briquet	26,00
Manual de Topografia Militar — Cap. Evandro Del Corona	11,00
Manual de Instrução Pré Militar — Cap. Moacyr Faião G. de Abreu	11,00

Manual do Soldado de Engenharia	6,00
(x) — Memento do Artilheiro — Cap. Amir Borges Fortes	11,00
Mais uma Carga Camaradas — Gen. Benicio da Silva	21,00
(x) — Morteiro — Cap. Gutemberg Ayres de Miranda	11,00
Noções de Desenho Topográfico — Cel. Arthur Paulino	16,00
Notas sobre o Comando do Btl. no Terreno — Cmt. Audet	5,00
Notas de Tática de Cavalaria — Cap. Alvaro Lucio Areas	11,00
Narrativas Autobiográficas — Gen. Berardo Klinger	
(x) — Noções de Topografia em Campanha — Gen. Paes de Andrade	13,00
O Livro do Observador — Cap. Paladini	11,00
O Exército Alemão — Cel. Leony de Oliveira Machado	27,00
O Surto no Japão — Maj. Nicanor G. de Souza	2,00
O Tiro de Artilharia de Costa — Cap. Ary Silveira	5,00
O Tiro da Seção do Morteiro Brand. 81m/m — Maj. Pavel	16,00
(x) — O Tiro de Grupo nas I. Rápidas — Cap. Breno Borges Fortes	6,00
O Tiro de Morteiro — Cap. Goberi de Couto e Silva	11,00
O Livro do Carro de Combate — Cap. Frederico Reis Pimentel	11,00
O Serviço de Campanha na Arma de Cavalaria — Cap. Antonio	
O Oficial de Cavalaria — Gen. Benicio da Silva	11,00
(x) — O Serviço de Informações e de Transmissões em Campanha — Cap. Geraldo de Menezes Cortes	11,00
(x) — Os Pombos Correios e a Defesa Nacional — Dr. Freitas Lima	6,00
(x) — Pequeno Manual do Serviço em Campanha na Cavalaria — Trad. Maj. José Horacio Garcia	13,00
Pedagogia de Educação Física — José Benedito de Aquino	16,00
Pastas para Folhas de Alteração	8,00
(x) — Regulamento para Instrução dos Quadros e da Tropa	3,00
(x) — Regulamento de Educação Física I.ª parte (N.º 7)	25,00
(x) — Tática de Infantaria — Cel. X	3,00
Sinalização a braços e ótica — Ten. Cel. Lima Figueiredo	3,00
Telemetria — Cap. José Joaquim Gomes da Silva	16,00
Telemetros de Inversão Zeiss — Cap. José J. Gomes da Silva	9,00
(x) — Tática de Infantaria nos Pequenos Escalões — Ten. Cel. Alexandre José Gomes da Silva Chaves	16,00
(x) — Travezia de Cursos Dagua — Maj. José Horacio Garcia	6,50
Transposição de Cursos Dagua — Ten. Cel. Lima Figueiredo	8,00
Transferidor Militar (Tipo A) — Carlos Morim	75,00
Transferidor Militar (Tipo B) — Carlos Morim	25,00
Transferidor de Derivas e Alças — Carlos Morim	80,00
Theoria e Progressões de Logaritmos — Floriano Daltro Ramos	5,00
Theoria e Emprego dos Milésimos — Cap. Eduardo Campello	5,00
Tres anos de Ortografia S. Brasileira — Gen. Bertoldo Klinger	16,00
Topografia Práticas — Cap. João Augusto Fernandes — Rubens Castro	31,00
Transferidor Militar (Tipo A)	7,00
Transferidor Militar (Tipo-B)	25,00
Transferidor de Derivas e Alças	80,00
Um ano de Obs. no Extremo Oriente — Ten. Cel. Lima Figueiredo	15,00
Vade-Mecum de Matemática Elementar — Frederico J. Nunes Dias	13,00

(x) — Este sinal indica que a obra foi publicada pela C.M.E.C.I. "A Defesa Nacional.

Colaboram neste número:

Col. R. B. Nunes.

Ten. Col. Olympio Mourão.

Ten. Col. Armando Vasconcelos.

Major Adelardo Fialho.

Major Newton Franklin do Nascimento.

Major R. D.

Major Antônio Moreira Coimbra.

Cap. Floriano Möller.

Cap. Tasso de Aquino.



Cr\$ 5,00

EDITORA FERNANDO VELHO

(Esportes - A. Náutica)